

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Gisele Dayane Milani

A Interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2016**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Gisele Dayane Milani

A Interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley.

SÃO PAULO
2016

São Paulo, / / _____

BANCA EXAMINADORA

“É certo que deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a ‘casa grande e senzala’ do passado, para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arranha-céu; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau-a-pique, mal disfarçados, aqui e acolá, por aquele moderno sem que minorias dominantes e seus auxiliares mais graduados se esforçam com maior ou menos sucesso por acompanhar aproximadamente, com o teor de suas atividades e trem de vida, a civilização dos nossos dias. [...] Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante”

(Caio Prado Júnior)

“Dis-moi et j’oublierai,
montre-moi et je me souviendrai,
implique-moi et je comprendrai”
(Confucius)

Esta dissertação é dedicada especialmente a meu pai e a todos(as) que contribuíram para a realização deste sonho, que acreditaram junto comigo, quando eu mesma já não tinha mais forças.

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

AGRADECIMENTOS AO SOLO BRASILEIRO

A produção de conhecimento é sempre resultante de um esforço coletivo, de trocas de ideias, de experiências, de análises e reflexões. Digo isto porque esta dissertação é fruto de um esforço coletivo e, portanto, pertence a muitas pessoas que compartilharam comigo o processo de amadurecimento sobre o tema, de investigação, de interpretação e dividiram acima de tudo, vivências.

Desejo expressar aqui meus agradecimentos, com muito carinho, às inúmeras pessoas que contribuíram para a construção desta dissertação, desde a etapa das aulas na PUC-SP à coleta de dados junto às organizações pesquisadas e análise dos resultados.

Agradeço aos professores das disciplinas que cursei na PUC-SP, por todos os ensinamentos: Dra. Maria Lucia Barroco, Dra. Maria Carmelita Yazbek, Dra. Mariangela Belfiore Wanderley, Dra. Maria Lucia Martinelli, Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, Dr. Antonio Carlos Mazeo, Dra. Raquel Raichelis e Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

Registro, com imenso carinho, meus agradecimentos à Mariangela Belfiore Wanderley, orientadora desta dissertação. Sou grata desde a seleção do mestrado, as ideias para elaboração do projeto de pesquisa até a conclusão deste trabalho. Sua dedicação e rigor teórico e metodológico legou-me as chaves para que eu amadurecesse criticamente enquanto pesquisadora e traçasse os caminhos de uma rica temática.

Expresso meus agradecimentos a Roberto Galassi Amaral, pois o desenvolvimento desta dissertação, sem dúvidas, pertence a todos os seus ensinamentos deixados no momento da qualificação do mestrado e suas indicações de pesquisa. Sua contribuição foi essencial para que eu corrigisse desvios e descobrisse novos caminhos.

Agradeço com muito carinho Maria Lúcia Martinelli, excelente professora que esteve em minha banca de qualificação. Obrigada pelos ensinamentos para o meu cotidiano profissional e pela contribuição para o amadurecimento em relação ao objeto de pesquisa da presente dissertação.

Deixo também um agradecimento especial aos/às queridos/as professores/as do Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente, onde iniciei minha trajetória no Serviço Social. Profissionais de excelência.

À família. Sem dúvida, agradecer o berço em que nasci é quase que uma obrigação. Agradeço a minha mãe, Sirlene, pela vida e cuidados. Ao meu pai, Ronaldo, por me ensinar o que é o amor, a felicidade e a simplicidade da vida. Pai, de exímio caráter e exemplo, obrigada pelo berço que vale mais do que ouro.

Agradeço com muito carinho cada um de meus queridos amigos/as pelas contribuições, companheirismo e motivos especiais que cada um conhece, essenciais nesta minha jornada: Kely Fonseca, Karina Caputti, Isabella Santucci, Sonaira Fortunato, Cleonice Dias, Bruno Karam, Rômulo Santos, Silmara Mendes, Tassiany Maressa, Kelly Noli e Jacqueline Tumitan.

Preciso agradecer também os incentivos pessoais e financeiros de todos os que contribuíram para a viabilização de minha viagem à França para cursar o mestrado: aos primos Jefferson e Elaine, aos tios Claudio e Nilcemara, aos tios Toledo e Regina, a meus avós paternos Neuza e Amígdio, e meus vizinhos Maximina e Shinji e ao patrocinador oficial, meu pai.

Agradeço o GIFE pelas informações prestadas.

Em memória de meus avós Manoel e Irene.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo suporte financeiro.

Boa leitura!

REMERCIEMENTS EN FRANCE

Je veux remercier tous ceux qui ont contribué à cette extraordinaire opportunité.

Merci à Mme. FARGEON Valérie et M. LAMOTTE Bruno par les enseignements et les orientations.

Merci à tous les professeurs du Master Professionnel & Recherche Spécialité Evaluation & Management des Politiques Publiques pour les enseignements.

Merci à tous mes collègues du Master 2 pour votre immense patience et pour l'amitié. Et merci beaucoup Emmanuèle pour m'aider avec mon mémoire en France.

Aux membres de l'association PEPS - Association des étudiants et diplômés de politiques sociales de Grenoble.

Merci à mes amis de la Résidence Gabriel Fauré et mes autres amis de toutes les parties du monde d'embellir ma vie! Votre amitié m'est tellement précieuse!

Pour le soutien financier de la bourse Coopération et Mobilité Internationales Rhône Alpes – CMIRA.

Alors, on se met dans les mots et c'est parti!

Bonne lecture.

RESUMO

MILANI, Gisele Dayane. **A Interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

A presente dissertação de mestrado tem como objeto a interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado, estudo que parece ser pioneiro na área do Serviço Social. Nosso objetivo geral foi conhecer e analisar o investimento social privado e sua interface com o Serviço Social em empresas, institutos e fundações associadas ao Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE, situadas na cidade de São Paulo. Para tanto, utilizamos o conceito de investimento social privado do GIFE, que o define para delinear investimentos privados de interesse público em projetos e programas sociais externos de forma planejada, monitorada e sistemática. O desenvolvimento do investimento social privado no Brasil ocorreu de um modo muito próximo ao movimento da responsabilidade social empresarial. Do exposto, podemos afirmar que dentro do conjunto de *stakeholders* da responsabilidade social empresarial, destaca-se a comunidade, a qual, dentro desse modelo de relação, representa o investimento social privado. A responsabilidade social empresarial se apresenta, então, pela abrangência e complexidade, como um modelo de gestão; já o investimento social privado, como um instrumento apropriado de relação e conexão com a comunidade externa. Em termos metodológicos, esta dissertação tem como base uma perspectiva teórica ancorada no método dialético. Nossa pesquisa é qualitativa e, para o equacionamento do objeto, realizamos pesquisas bibliográficas e de campo, nas organizações associadas ao GIFE. Abordamos as mudanças ocorridas no cenário histórico e que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento do tema em questão. Além disso, tecemos considerações sobre o desenvolvimento sustentável, tema macro que assume crescente importância no atual cenário social e que possui relação direta com a responsabilidade social empresarial e com o investimento social privado. Com esse percurso analítico e com a pesquisa de campo realizada junto aos associados do GIFE, identificamos que o investimento social privado se constitui em um campo ocupacional do/a assistente social, porém, com pouca visibilidade e pouca presença de tais profissionais. Também vimos que, quando requisitado, o/a assistente social atua nas expressões da questão social que se manifestam em aspectos peculiares da classe trabalhadora, sobretudo aqueles relativos à educação, à assistência social, à alimentação e à saúde. As demandas, destarte, evidenciam uma atuação voltada ao “extra muro” das organizações. Devido ao nosso vínculo com o mestrado da Université Grenoble Alpes – UGA, apresentamos, também, a responsabilidade social empresarial e o Investimento Socialmente Responsável na realidade francesa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Responsabilidade Social Empresarial; Investimento Social Privado; Serviço Social.

ABSTRACT

MILANI, Gisele Dayane. **The Interface of Social Work with Private Social Investment**. Dissertation (Master's degree) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation aims to examine the interface of Social Work with Private Social Investment. This study seems to be a pioneer in the Social Work area. Our overall objective was to identify and analyze private social investment and its interface with social work in companies, institutes and foundations associated with Group of Institutes Foundations and Companies - GIFE, located in São Paulo. Therefore, we used GIFE's concept of private social investment that defines as a private investment and the public interest for projects and external social programs in a planned, monitored and systematic way. Private social investment in Brazil has developed closely along with the movement of corporate social responsibility. In light of the foregoing, we have demonstrated that within the conjunct of stakeholders of corporate social responsibility, there is the community, which within this relation model, represents private social investment. Corporate social responsibility is presented by coverage and complexity, as a management model; and private social investment as an appropriate instrument for managing relationships and connections with the external community. In methodological terms, this dissertation is based on a theoretical perspective founded on the dialectical method. Our research is qualitative and to solve the issue, we did bibliographic research and field research in organizations associated with GIFE. We presented the changes in the historical scenario which contributed to the emergence and development of the theme. Besides that, we took sustainable development into consideration, a macro theme with growing importance in the current social scenario with direct relations to corporate social responsibility and private social investment. With this analytical trajectory and field research with members of GIFE, we have identified that private social investment constitutes a labor camp for the Social Worker, but with reduced visibility and little presence of these professionals. And when a social worker's expertise is required, they work on "the expressions of social question" manifested in particular aspects of the working class, especially those concerning education, social assistance, food and health. The demands make evident a more focused action to the "extra wall" of the organizations. Due to our relationship with the Master's Degree program of the Université Grenoble Alpes - UGA, we have also presented corporate social responsibility and private social investment in France.

Key-words: Sustainable Development; Corporate Social Responsibility; Private Social Investment; Social Work.

RÉSUMÉ

MILANI, Gisele Dayane. **L'Interface du Service Social avec l'investissement social privé.** Mémoire (Master) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Ce mémoire a pour sujet l'interface du service social avec l'investissement social privé, une étude qui semble être pionnière dans le domaine du service social. Notre objectif global est de connaître et analyser l'investissement social privé et son interface avec le service social dans les entreprises, instituts et fondations associés au Groupe d'Instituts Fondations et Entreprise - GIFE, situés à São Paulo. Pour ce faire, nous utilisons la notion du GIFE d'investissement social privé, défini comme les investissements privés d'intérêt public concernant les projets et les programmes sociaux externes d'une manière planifiée, monitorée et systématique. Le développement de l'investissement social privé au Brésil se produit d'une manière très proche du mouvement de la responsabilité sociale des entreprises. De ce qui précède, nous avons démontré que dans la gamme de « *stakeholders* » de la responsabilité sociale des entreprises, il y a la communauté, qui, dans ce modèle de relation, est l'investissement social privé. La responsabilité sociale des entreprises est présentée pour sa couverture et complexité, comme un modèle de gestion; l'investissement social privé comme un instrument approprié pour la relation et la connexion avec la communauté extérieure. La méthodologie de ce mémoire est basée sur la perspective théorique fondée sur la méthode dialectique. Notre recherche est qualitative et nous effectuons des recherches bibliographiques et sur le terrain, dans les organisations associées au GIFE. Nous aborderons les changements dans le contexte historique et qui ont contribué à l'émergence et au développement de ce thème. De plus, nous présenterons des considérations sur le développement durable, macro thème qui prend une importance de plus en plus grande dans le scénario social actuel et qui est directement lié à la responsabilité sociale des entreprises et à l'investissement social privé. Avec cette trajectoire analytique et la recherche sur le terrain avec les associés du GIFE, nous avons constaté que l'investissement social privé constitue un champ de travail pour l'assistant social, mais avec une faible visibilité et peu de présence de ces professionnels. Nous avons également vu que, quand demandé, l'assistant social travaille avec « les manifestations de la question sociale » qui se posent dans des aspects particuliers de la classe ouvrière, en particulier ceux liés à l'éducation, à l'aide sociale, à l'alimentation et à la santé. Les demandes du Service Social montrent une action plus dirigée en « extra-muros ». En raison de notre séjour à Université Grenoble Alpes – l'UGA, nous présenterons également la responsabilité sociale des entreprises et l'investissement socialement responsable dans la réalité française.

Mots-clés: Développement Durable; Responsabilité Sociale des Entreprises; l'Investissement Social Privé; Service Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura das relações de cooperação	63
Quadro 2 – Diferenças Básicas entre Associações e Fundações	77
Quadro 3 – Títulos, qualificações e/ou certificados	78
Quadro 4 – Fundações e Associações Empresariais	99
Quadro 5 – Fundações e Associações Familiares	100
Quadro 6 – Fundações e Associações Independentes	100
Quadro 7 – Fundações, Institutos e Associações Comunitárias.....	101
Quadro 8 – Empresas	101
Quadro 9 – Profissionais que integram o Investimento Social Privado	109
Quadro 10 – Demandas e Atividades.....	125
Quadro 11 – Possibilidades de Trabalho.....	129
Quadro 12 – Qual é a contribuição do setor privado?	132
Quadro 13 – Expectativas profissionais	134
Quadro 14 – Datas-chave da responsabilidade social	138
Quadro 15 – Organizações de promoção do ISP	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Forma de atuação por área de investimento.....	104
Tabela 2 – Origem dos recursos.....	106
Tabela 3 – A formação profissional do quadro do investimento social privado..	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O guarda-chuva da Responsabilidade Social Empresarial.....	60
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

AMCHAM	Câmara Americana de Comércio para o Brasil
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
COP	Conferência das Partes
CSR	Corporate Social Responsibility
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ETHOS	Instituto Ethos de Responsabilidade Social
EU	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social Privado
IFC	International Finance Corporation
INSEE	National Institute of Statistics and Economic Studies
ISO	International Organization for Standardization
ISP	Investimento Social Privado
ISR	Investimento Socialmente Responsável (4º capítulo)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
SGA	Sistemas de Gestão Ambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSE	Responsabilité Sociale des Entreprises (4º capítulo)
WINGS	Worldwide Initiative for Grantmaker Support

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
1 O CENÁRIO DA PESQUISA: BRASIL E FRANÇA	27
1.1 A Cidade de São Paulo	28
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INCURSÃO HISTÓRICA, ASPECTOS CONCEITUAIS E RELACIONAIS DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO	31
2.1 Contexto de Mudanças.....	33
2.2 Notas sobre o Desenvolvimento Sustentável	40
2.3 A Responsabilidade Social Empresarial.....	50
2.4 Investimento Social Privado	58
2.5 Considerações sobre o Terceiro Setor	66
2.5.1 Das Fundações, Associações e Institutos	76
3 OS ASSOCIADOS GIFE E A INTERFACE DO SERVIÇO SOCIAL COM O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO	80
3.1 Considerações sobre o Serviço Social	80
3.1.1 O Serviço Social e o Cotidiano	88
3.2 A Rede GIFE	91
3.2.1 Censo GIFE e o Investimento Social Privado.....	102
3.3 O Mosaico de Iniciativas: a Leitura dos Dados da Pesquisa	108
3.3.1 A Prática do Investimento Social Privado	113
3.3.2 Da Pesquisa: o Serviço Social e o Investimento Social Privado	123
4 O TEMA NA FRANÇA	137
4.1 La Responsabilité Sociétale des Entreprises	137
4.2 Investimento Social Privado na França: L’Investissement Socialement Responsable	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	168

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Porque o momento no qual a palavra feliz é pronunciada, jamais é o momento feliz. Porque quem morre de sede não pronuncia sua sede. Porque na boca da classe operária não existe a palavra classe operária.”

Hans Magnus Enzensberger

Esta dissertação é produto da realização de dupla diplomação de mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e mestrado em Envelhecimento, Sociedade e Tecnologia, especialidade Avaliação e Gestão de Políticas Sociais, de Saúde e do Envelhecimento na Université Grenoble Alpes - UGA, na França.

Nosso interesse pelo objeto de pesquisa tem certa trajetória histórica. Perpassa pela Graduação em Serviço Social, quando tivemos a oportunidade de realizar o trabalho de conclusão de curso intitulado “A outra face da responsabilidade social empresarial para os Assistentes Sociais: reflexões sobre os desafios e possibilidades de atuação profissional”. Para o mestrado, iniciamos uma pesquisa sobre a responsabilidade social empresarial e, no decorrer do processo, deparamo-nos com o investimento social privado. Logo verificamos a relevância de tomá-lo como tema de estudo.

A presente dissertação tem como **objeto**, destarte, a interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado. Trata-se de um assunto relevante e que pode ser de interesse de pesquisadores e profissionais, dado que, a priori, parece ter certo pioneirismo na área do Serviço Social. Contribuímos, assim, para a interação e o crescimento da produção sobre uma temática atual e desafiadora.

O objeto de estudo é datado historicamente a partir de mudanças ocorridas na forma de se organizar a produção capitalista no século XX, quando o papel da empresa com o ambiente social foi ampliado, como bem o aponta Fischer (2002, p. 74-75). Cabe adicionar que essas mudanças não são apenas nominais, são históricas, e falar em história na perspectiva dialética é falar de uma história que se transforma.

Ora, esta pesquisa está situada em um momento histórico privilegiado, momento em que a busca de uma sociedade sustentável se destaca no discurso dos empresários e da mídia, somado ao evento da Conferência das Partes - COP 21 e à comemoração de 20 anos do GIFE. De fato, a atuação socialmente responsável vem assumindo uma posição importante, assim como a questão do “verde” se tornou um símbolo imprescindível para todos os setores da sociedade. Isso faz deste um momento privilegiado para articular o desenvolvimento sustentável e o investimento social privado. E ainda, de melhor conhecer, problematizar e divulgar a forma de investimento social em que as empresas e a sociedade civil são conclamadas a compartilhar responsabilidades com o Estado e que se configura também como um campo de trabalho do/a Assistente Social.

A fim de definir o conceito de investimento social privado, utilizamos documentos do GIFE, grande rede atuante nesse segmento. De acordo com o GIFE (2015), o “investimento social privado” é uma terminologia utilizada para delinear os investimentos privados de interesse público realizados em projetos e programas sociais externos de forma planejada, monitorada e sistemática.

No âmbito acadêmico, o estudo relativo ao investimento social privado está presente, sobretudo, na área da Administração, que estuda essa nova forma de gestão dos negócios, e nas Ciências Sociais, onde se insere o Serviço Social, que atua nesse espaço sócio-ocupacional. Cabe ainda dizer que, no decorrer do processo de desenvolvimento da presente dissertação, identificamos a ausência de produções atuais do Serviço Social que abordam o Investimento Social Privado e uma quantidade ainda modesta de produções que abordam os espaços relativos ao campo empresarial e de responsabilidade social empresarial.

O investimento social privado, a responsabilidade social empresarial e as organizações do terceiro setor possuem expressividade econômica, estão envolvidos nas principais demandas sociais enfrentadas pela sociedade e são assuntos cercados de desafios e contradições. É com tal perspectiva que esta dissertação tem com o **objetivo geral** conhecer e analisar o investimento social privado e sua interface com o Serviço Social em empresas, institutos e fundações associadas ao GIFE situadas na cidade de São Paulo. É preciso lembrar, também,

que foram realizadas aproximações do objeto de pesquisa à realidade francesa devido a nossa vinculação ao mestrado na UGA, como já citado.

Como **objetivos específicos**, nosso trabalho pretende identificar a conjuntura que propiciou o surgimento e desenvolvimento do Investimento Social Privado; mapear os associados do GIFE que desenvolvem investimento social privado na cidade de São Paulo; identificar quem são os profissionais envolvidos nas ações, projetos e programas de investimento social privado; identificar a presença ou não de Assistentes Sociais, e, se presentes, em que setor estão inseridos.

Para formulação do problema de pesquisa, seguimos Marconi e Lakatos (2003, p. 159): “problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução”. Os autores afirmam, ainda, que o problema deve ser analisado sob o aspecto de sua valoração em viabilidade, relevância, novidade, exiguidade e oportunidade. Logo, **problematizamos** como o investimento social privado se constituiu e como está estruturado? Em que áreas as organizações atuam? Há Assistentes Sociais nesse campo? Em que em que medida podemos discutir o mundo do investimento social privado, dos projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, como um espaço de atuação ocupacional também do Serviço Social?

Como **hipótese**, na tentativa de verificar a validade do problema de pesquisa, mas que ao mesmo tempo é uma afirmação que pode ser desafiada, temos que o investimento social privado se constitui em um campo ocupacional do/a assistente social com pouca visibilidade e pouca presença dos profissionais de Serviço Social pela fragilidade da formação profissional nesse campo e pelo desconhecimento, por parte das organizações empresarias, das atribuições e contribuições desse profissional.

Esta dissertação está embasada em uma perspectiva teórica ancorada no método materialista histórico dialético, ou pelo menos a compreensão que tiramos dele. Através do movimento do real foi identificado o objeto do presente estudo e, por meio do acervo teórico consultado, criaram-se reflexões a fim de se estudar a temática escolhida. Lembra Netto (2009, p. 25):

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação.

Uma vez definido o objeto, para conhecê-lo, nos apoiamos na proposta de Marx a partir a exposição do trecho da “Introdução de 1857 aos Grundrisse”:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia Política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezamos, por exemplo, as classes que a compõem. [...] Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos de voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente Economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para apropriar-se do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. (MARX, 1982, p. 14).

Marx começa pelo “real e pelo concreto” até chegar em conceitos e abstrações. O materialismo histórico e dialético apreende a dinâmica histórica da

realidade. Com base na dialética marxista compreende-se a realidade social enquanto um objeto de conhecimento em permanente reconstrução, unindo dialeticamente o teórico e o prático. É justamente a investigação que possibilita a aproximação do autor com o objeto de estudo, que o permite encontrar mais dúvidas do que respostas e compreender os vínculos indissociáveis do contexto social em que o objeto está inserido.

Esta é uma pesquisa qualitativa com o intuito de identificar e analisar em profundidade o contexto dos/as Assistentes Sociais inseridos no investimento social privado. Conforme Martinelli (2005, p. 119), “[...] a finalidade última da pesquisa qualitativa é conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados que atribuem a tal experiência”.

A abordagem qualitativa é “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável” (CHIZZOTTI, 2010, p. 79). Foi escolhida, pois é a abordagem que permite uma aproximação maior com o sujeito pesquisado. Como afirma Minayo e Sanches (1993, p. 244):

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Para o equacionamento do objeto desta dissertação, foram realizadas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental em fontes secundárias e a pesquisa de campo nas organizações associadas ao GIFE.

Para a **pesquisa de campo** o GIFE foi escolhido como objeto empírico, pois concentra associados que desenvolvem algum tipo de investimento social privado em todo Brasil. Assim, foi realizado um primeiro contato com o grupo, que encaminhou uma lista de seus associados: empresas, ONGs, OSCIPs, Institutos e Fundações localizadas na cidade de São Paulo.

Primeiramente, através do “Fale conosco” de cada um dos sites dos associados GIFE, foi enviado um formulário com perguntas a fim de se identificar se

eles possuíam Assistente Social no seu quadro funcional, em que setor estaria inserido e que outros profissionais comporiam esse quadro. Foi realizado contato telefônico com as organizações que não responderam através do site. As organizações que responderem ao questionário e possuíam um ou mais Assistentes Sociais inseridos no investimento social privado, ou mesmo aquelas que não possuíam, constituíram o universo de nossa pesquisa.

Cabe apontar que a pesquisa foi realizada através de questionários enviados e recebidos via e-mail devido a distribuição geográfica das instituições e ao tempo para sua realização.

O projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil como exigência do Comitê de Ética da PUC/SP e por ela aprovado, como é possível consultar em nossos anexos. Posteriormente, foi realizada a etapa de coleta e sistematização dos dados e sua respectiva análise.

Quanto à organização contedística, esta dissertação é composta por quatro capítulos. O **primeiro capítulo** apresenta uma breve contextualização do Brasil e da França. Cabe apontar que foram realizadas aproximações do objeto de pesquisa na realidade francesa devido a nossa vinculação com Programa de Dupla Diplomação. A respeito do contexto brasileiro, a cidade de São Paulo foi contextualizada nos aspectos relacionados ao nosso objeto de pesquisa, pois as organizações pesquisadas estão situadas nesta cidade.

É importante ressaltar que entendemos a necessidade do cuidado com a comparação entre os países Brasil e França, uma vez possuem realidades históricas díspares.

O **segundo capítulo** expõe reflexões que permeiam o campo do investimento social privado e procura compreender o significado dessa forma de investimento no contexto econômico e social, com a finalidade de descortinar e trazer os demais aspectos relacionados ao tema. Para tanto, trouxemos um panorama econômico e social que se delineia a partir do século XX, decorrente do processo de globalização e de reestruturação produtiva, os quais contribuíram, em larga medida, às transformações na gestão das empresas e nos processos de trabalho.

É nesse contexto que ocorre a crise fiscal do Estado, que acentuou privatizações, que tendeu à desregulamentação e flexibilizou o processo produtivo. Com isso, o otimismo a respeito da capacidade do Estado em intervir na complexidade dos problemas de ordem econômica, social e política se desgastou. Verifica-se que há uma substancial retração do Estado, em especial nas últimas décadas, face a uma sociedade com cada vez necessidades.

Em seguida, trouxemos algumas notas sobre o desenvolvimento sustentável, pois é uma questão que vem assumindo crescente importância no atual cenário societário. Sua formulação retrata uma tentativa de resposta à problemática ambiental no modo de produção capitalista. O desenvolvimento sustentável é o tema maior que temos para discutir, o tema macro; depois é que se deve sinalizar, no setor privado, quais são, enfim, as ações relativas a ele.

No cenário brasileiro, o investimento social privado tem seu marco inicial no final dos anos de 1980 com a criação do GIFE. Podemos citar ainda, para fins de conhecimento, que existem outras instituições dedicadas ao tema em tela, como, por exemplo, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social Privado - IDIS¹ e o *Worldwide Initiative for Grantmaker Support* - WINGS². No campo da responsabilidade social empresarial, a instituição mais conhecida é o Instituto Ethos de Responsabilidade Social – ETHOS.

O investimento social privado em projetos sociais de interesse público é associado, por vezes, com o amplo conceito de Responsabilidade Social Empresarial, que por sua vez transcende o conceito de investimento social privado. Ambos estão relacionados ao aspecto da relação das empresas e das organizações do terceiro setor com a comunidade e foram abordados neste trabalho.

¹ O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS é uma organização da sociedade civil, com sede em São Paulo e atua “desenvolvendo iniciativas pró-ativas e atendendo demanda de apoio técnico de empresas, fundações, institutos e indivíduos” (IDIS, 2015). Mais informações disponíveis em: IDIS. **Sobre o IDIS**. Disponível em: <<http://idis.org.br/sobre/>>. Acesso: 31 dez de 2015.

² A WINGS é uma rede global de associações de apoio para investidores sociais privados. Chegou no Brasil em 2011, com sede na cidade de São Paulo, e promove e fornece liderança no desenvolvimento de investimento filantropia e social em todo o mundo. Foi criada no ano de 2000 e já atuou nos Estados Unidos, Filipinas e Bélgica. Mais informações disponíveis em: WINGS. **About us**. <<http://www.wingsweb.org/?page=AboutWINGS>> Acesso: 17 nov de 2015; e em GIFE. Brasil se torna sede da WINGS em janeiro. Disponível em: <<http://site.gife.org.br/artigo-brasil-se-torna-sede-da-wings-em-janeiro-14023.asp>>. Acesso: 17 nov de 2015

No **terceiro capítulo** foram realizadas considerações sobre o Serviço Social a fim de situá-lo no contexto da pesquisa. O/a assistente social é entendido aqui como um profissional que vende sua força de trabalho e que, portanto, é também parte da classe trabalhadora. Em seu cotidiano profissional de trabalho, dentro de determinados limites que a realidade apresenta, é requisitado para intervir na “questão social”³, de modo enfrentar suas múltiplas expressões. Entendemos que esse cotidiano profissional é pleno de contradições e de desafios. E é, acima de tudo, permeado pela luta de classes.

Realizamos também uma contextualização da Rede GIFE e de sua história de origem. Contamos com publicações e depoimentos de dois profissionais que fizeram parte do quadro profissional e da história de tal organização. Em seguida, foram expostos seus associados e dados estatísticos do Investimento Social Privado.

A exposição de ambos, Serviço Social e GIFE, constituiu a base para que posteriormente fosse construída o que chamamos aqui de a interface do Serviço Social com o investimento social privado. Em seguida, foi realizada uma pesquisa junto aos associados localizados na cidade de São Paulo e aos assistentes sociais inseridos no investimento social privado.

No **quarto e último capítulo**, devido ao nosso vínculo com o mestrado na França, fizemos uma breve exposição da responsabilidade social e do investimento socialmente responsável na França, conceito que mais se aproxima do Investimento Social Privado no Brasil.

Por fim, seguem as **considerações finais**. Cabe acrescentar que o texto segue as determinações do Código de Ética do Serviço Social (2011), no que tange ao reconhecimento da linguagem de gênero. Logo foram adotadas, simultaneamente, as formas masculina e feminina (o/a assistente social). Trata-se de um posicionamento político, de negação do machismo na linguagem e de reconhecimento de uma categoria que é majoritariamente feminina.

³ De acordo com Iamamoto (2008, p. 27) a Questão Social pode ser apreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”, em que a produção social coletiva é monopolizada por parte da sociedade e que pode ser designado como um conflito entre capital e trabalho e problematizado historicamente por atores sociais.

1 O CENÁRIO DA PESQUISA: BRASIL E FRANÇA

Neste primeiro capítulo apresentaremos, ainda que de forma introdutória, a partir de traços gerais, um panorama do Brasil, em especial da cidade de São Paulo, e da França com o objetivo de situar os locais onde esta pesquisa foi realizada. Para tanto, entendemos a necessidade do cuidado com a comparação entre os países envolvidos, Brasil e França, pois segundo Behring (2013) há entre eles significativas diferenças, a começar pelas realidades históricas díspares, decorrentes, sobretudo, de questões estruturais, como o desenvolvimento do capitalismo e de questões conjunturais, a saber, a organização da classe trabalhadora em cada país.

A realização de análises comparativas exigiria que o campo a ser comparado fosse delimitado. No entanto, como critérios e conceitos não são universais, apresentamos apenas algumas linhas gerais a respeito da realidade de cada um destes países.

A primeira e evidente distinção a ser apontada é a posição geográfica em que tais países se encontram, e, particularmente, o lugar que ocupam na economia e geopolítica mundial. O Brasil, situado na América Latina, contando com pouco mais de 500 anos de história e com um legado deixado pela forma como foi “descoberto” e explorado no período colonial por um país hoje partícipe da União Europeia, diga-se Portugal, integra a “[...] periferia imediata do mundo do capital” (BEHRING, 2013, s.p). Segundo Behring (2013), o Brasil que não conheceu o pleno emprego do modelo fordista-keynesiano, e por esse motivo distingue-se da França, país no qual o pleno emprego foi uma realidade pós-guerra, lado a lado ao Estado Social.

Localizada no Oeste da Europa, a França possui uma população estimada em 66.63 milhões de habitantes em 2016, dados do National Institute of Statistics and Economic Studies - INSEE⁴ (2016) e ocupa a sexta posição no *ranking* das economias mundiais com um PIB de US 2,829 (WORLD BANK, 2014). Paris é

⁴ National Institute of Statistics and Economic Studies – INSEE. **Population**. Disponível em: <<http://www.insee.fr/en/>>. Acesso em: 21 jan. 2016

sua capital e atualmente é governada por François Hollande. Historicamente, o país figurou entre eventos cruciais no cenário mundial econômico: as Cruzadas, a expansão do mercantilismo, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais etc.

Com um PIB de US\$ 2,346 trilhões em 2014 (WORLD BANK, 2014), o Brasil ocupa o *ranking* de economias mundiais com relação ao PIB com a sétima posição, segundo dados do World Bank⁵. Maior país da América do Sul, com extensão territorial de 8.515.767,049 km² (IBGE, 2014) e população estimada em 202.033.670 habitantes (IBGE, 2014), possui Brasília como capital e atualmente é governado pela presidenta Dilma Rousseff.

O país é também membro do Grupo dos Vinte⁶, conhecido como G-20. Trata-se de um fórum que reúne 19 países e a União Europeia e promove debates entre países industrializados e emergentes relacionados a assuntos-chave para estabilidade econômica global.

1.1 A Cidade de São Paulo

A cidade,

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao

⁵ De acordo com os dados do World Bank em 2014, segue o ranking do PIB das economias mundiais: 1º lugar, Estados Unidos, com um PIB de US\$ 17,419; 2º lugar, China, com US\$ 10,354; 3º lugar, Japão, com US\$ 4,601; 4º lugar, Alemanha, com US\$ 3,868; 5º lugar, Reino Unido, com US\$ 2,988; 6º lugar, França, com US\$ 2,829; e em 7º lugar o Brasil, com US\$ 2,346. Fonte e mais informações disponíveis em: **GDP (current US\$) The World Bank**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>> Acesso em: 11 out. 2015.

⁶ **Grupo dos Vinte** (G-20). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?G20>>. Acesso em: 11 out. 2015.

fazer a cidade, o homem refez a si mesmo⁷ (PARK apud HARVEY, 2013, p.47).

A partir da citação de Park, podemos afirmar que a dinâmica das cidades apresenta facetas diversas: bairros, territórios, povos e hábitos múltiplos. Este tópico trará um panorama inicial e plural da cidade e uma aproximação entre os aspectos históricos e demográficos a ela relacionados a fim de subsidiar a posterior pesquisa com organizações que realizam o Investimento Social Privado na cidade.

Nesse contexto, é necessário relembrar rapidamente sua história. Nos idos de 1553, quando os padres jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, em busca de um local para se instalarem e propagar a sua fé entre os pagãos, chegaram ao planalto de Piratininga, lá construíram um colégio, próximo aos rios Anhangabaú e Tamanduateí. Neste local celebraram uma missa aos 25 de janeiro de 1554, marcando na história a data da fundação da cidade que recebeu o nome de Piratininga e que mais tarde se chamaria São Paulo (SAMPAIO, 2014, s.p).

De fato, foram 157 anos como Piratininga até que o Rei de Portugal, alteraria o nome de sua colônia para São Paulo, o principal ponto de partida de expedições em direção ao interior do país em busca de minerais preciosos e de índios para mão-de-obra escrava (SAMPAIO, 2014, s.p). Cabe apontar, ainda, que no final do século XIX São Paulo tornou-se um importante centro econômico graças à cultura do café.

Além disso, a cidade receberia imigrantes de vários países para o trabalho nas lavouras e, posteriormente, como a chegada da Revolução Industrial, nas indústrias. De acordo com Santos (2003, p. 54), “[...] é provável que a enorme massa dos trabalhadores que entraram em São Paulo e, conseqüentemente, os que foram trabalhar na Capital do Estado, tinham sua origem nas lavouras em seus respectivos países.”

O setor de serviços apenas ganhou destaque na economia nos anos de 1940. Indústrias migraram para o ABCD, como é conhecida a região de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

⁷ Robert Park é um sociólogo urbano. Cf: PARK, Robert. *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago: Chicago University Press, 1967.

Segundo dados do IBGE⁸, a cidade de São Paulo possui como dimensão territorial uma área total de 1.521,110 Km². A população foi estimada no ano de 2015 em 11.967.825 habitantes. A densidade demográfica da unidade territorial em habitante por Km² é de 7.398,26.

São nestes dados que se encontra, claramente, o diverso e o heterogêneo. E a razão para fenômenos como a verticalização, característica do centro da cidade que também chegou à periferia; não apenas na forma de conjuntos habitacionais, mas em cômodos construídos no sentido vertical, uma vez que a terra é cada vez mais escassa nesta cidade que não para de crescer.

Segundo Sposati (2013, p. 21), na cidade de São Paulo “os bairros populares permanecem crescendo por meio de diversas formas de ocupações, adentrando áreas públicas e privadas, áreas de proteção ambiental, áreas de risco.” São essas as formas que tais bairros encontram em busca de um sentido para lar, mesmo que o preço sejam os riscos de deslizamento ou enchente, por exemplo.

Sem dúvida, “a cidade de São Paulo é complexa: tem múltiplas escalas de vivência, de decisões e de conexões. É heterogênea: tem centralidades interurbanas e relações metropolitana e mundial” (SPOSATI e KOGA, 2013, p. 183). De fato, seu grande número de moradores é acrescido diariamente com uma população itinerante que utiliza sua infraestrutura, seja para trabalhar, fazer compras ou ir a o médico. Sposati e Koga (2013, p. 38) ainda apontam que “ela é a principal infovia do país, além de lócus de tecnologia de ponta na saúde – gerando inclusive o chamado turismo de saúde, que abrange até visitantes de outros países latino-americanos”.

⁸ IBGE. **São Paulo.** Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo>. Acesso em: 18 jan. 2016.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INCURSÃO HISTÓRICA, ASPECTOS CONCEITUAIS E RELACIONAIS DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

“Precisamos de novas concepções mentais para compreender o mundo”

(HARVEY, 2011, p. 192)

Neste tópico iremos expor algumas reflexões que permeiam o campo do Investimento Social Privado. Por meio delas, procuraremos compreender o significado desse movimento no contexto econômico e social com o objetivo de descortinar tal forma de investimento e de trazer os demais aspectos relacionados ao tema.

Representante do setor privado, a empresa sempre possui relevância social nas comunidades onde esteve inserida e, como lembra Alessio (2008, p. 13), “há muito desenvolve práticas filantrópicas de forma voluntariosa, não-planejada e não-sistemática”. A novidade atual é que a responsabilidade social tornou-se um valor para a sociedade e assumiu características de exigibilidade.

Segundo Grayson e Hodges (2002, p. 70):

As preocupações com a responsabilidade das empresas se manifestam paralelamente ao questionamento dos objetivos e do papel delas na sociedade. Há grandes expectativas de que a empresa, como motor principal do crescimento e do desenvolvimento, tenha uma liderança mais participativa para ajudar a abordar um espectro mais amplo de questões. Hoje existe um questionamento maior sobre o papel da iniciativa privada na sociedade.

E conclui Antônio Martinelli (2005, p.81): “as empresas são organismos vivos e, ao longo do tempo, acabam incorporando mudanças e procedimentos para se adaptar às novas realidades e garantir a sobrevivência”. Enquanto organização que desempenha seu papel como agente econômico, ela deve realizar atividades que têm como fim atender às necessidades dos consumidores, além, claramente, de objetivar o lucro.

Além de sua função econômica, a empresa também dispõe de muitas das condições necessárias para a realização da promoção do desenvolvimento sustentável. Logo, ela poderia encarnar uma grande força transformadora, pois exerce ascendência nas comunidades, nos valores e na formação de ideias, e dispõe de recursos financeiros e tecnológicos.

No entanto, cabe esclarecer que é na empresa que se dá a relação de produção entre o capitalista, dono dos meios de produção, e os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho em troca de salário para a subsistência. Ela é, enfim, o local de confronto direto entre o capital e o trabalho.

A respeito da Responsabilidade Social e do Investimento Social Privado no Brasil, historicamente pode-se afirmar que ambos têm seu marco no final dos anos de 1980, período em que se intensificou o debate sobre a redução da presença do Estado, sobre as demandas por ele não equacionadas no país e sobre a necessidade de se fortalecer a sociedade civil.

A origem da Responsabilidade Social e do Investimento Social Privado no Brasil remete às seguintes organizações: Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE criada em 1977; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE⁹, fundado em 1981 por Herbert de Souza¹⁰; e enfim, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS, e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organizações que tiveram um papel central no envolvimento do empresariado brasileiro junto às causas sociais e na disseminação de boas práticas com o envolvimento do capital privado.

Dentre as organizações mencionadas acima, há duas que serão mais exploradas neste estudo: o GIFE, grupo criado em 1995, escolhido como campo

⁹ O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma organização de cidadania ativa e sem fins lucrativos. Fundado em 1981, após anistia política, por Hebert de Souza, conhecido como Betinho, Carlos Afonso e Marcos Arruda. Mais informações disponíveis em: <<http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

¹⁰ Herbert de Souza, conhecido como Betinho, foi quem fundou o IBASE. Em 1990, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil com a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que ficou conhecida como campanha contra a fome. Resistiu ao golpe de 1964 e à ditadura no Brasil; partiu para o exílio em 1971 e morou no Chile, no Canadá e no México. Faleceu em 1997. Em 2012, sua história foi reconhecida pela Unesco. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/betinho/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

empírico para a pesquisa uma vez que trabalha com o conceito de investimento social privado; e o Ethos, criado em 1998, com o conceito de Responsabilidade Social.

De acordo com Rossetti (2010, p. 270), o GIFE centrou-se no que já é conhecido pelo Hemisfério Norte, isto é, o trabalho com o investimento privado em empresas, organizações sociais sem fins lucrativos e organizações familiares. E o Ethos, por sua vez, com a responsabilidade social de inspiração americana, concentrou-se nas práticas éticas de atuação corporativa.

Para Sergio Amoroso (2005, p. 20), adotar a Responsabilidade Social Empresarial “[...] já não se trata mais de uma opção”. Atualmente, lembra o autor, ela é condição fundamental para a “saúde” da empresa. E em um futuro bem próximo, será uma estratégica demandada pela sociedade: “[...] quem não tiver uma ação social sólida e eficiente será simplesmente ‘desqualificado’ do mercado, mesmo atuando com eficiência e bons produtos” (ibid., loc. cit).

Esta nova forma de gestão empresarial, com um olhar para o social, equivale a uma nova maneira para se pensar em estratégias e processos que envolvam uma relação socialmente responsável com as ações empresariais. Por meio dela, as organizações podem ainda criar impactos positivos no meio em que estão inseridas e contribuir para uma sociedade mais sustentável.

No caso do Brasil, as organizações atuam frequentemente com ações socialmente responsáveis em espaços em que o Estado, por ineficiência de suas ações ou falta de investimentos, embora tenha a primazia, não se faz presente. Para suprir tal ausência, são criadas alianças com empresas e organizações do terceiro setor.

2.1 Contexto de mudanças

Entendemos que as mudanças ocorridas no cenário histórico e que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento do campo da Responsabilidade

Social Empresarial e do Investimento Social Privado não são apenas nominais, são essencialmente históricas. Com o intuito de esboçar tal contexto, julgamos necessário trazer um recorte das últimas décadas do século XX, principalmente a partir do início na década de 1970, na qual figura a crise do capital e a reorganização das esferas de produção e do Estado, as quais possuem desdobramentos ainda no século XXI.

Este recorte inicia-se com o fim da Segunda Guerra Mundial¹¹. As três décadas que seguem ao seu término, segundo Hobsbawm (1995) foram os “anos dourados do capitalismo”, que remontam aos anos de 1945 até 1975 e representaram anos de resultados econômicos desde então inéditos. Havia, então, a orientação macroeconômica de matriz keynesiana, ligada ao modelo taylorista-fordista¹² de produção, na qual “[...] a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 212).

No entanto, o cenário acima mencionado não foi mais do que um breve episódio na história do capitalismo e os “anos de ouro” encontrariam seu fim na última metade da década de 1970. O sistema capitalista, declara Montaño (2014, p. 73),

[...] ingressa numa profunda crise estrutural, que se manifesta como crises do seu padrão de produção (fordista), do seu sistema de regulação (keynesiano), como crise do Estado intervencionista (de bem-estar social) e na crise fiscal, como crise do emprego ou do salário, crise do padrão dólar, das fontes energéticas (petróleo), do subconsumo.

¹¹ A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945. Seu início remete aos efeitos da crise de 1929, que provocou uma atmosfera de depressão, de inflação e de desemprego em massa. Em 1933 Adolf Hitler assume o poder na Alemanha pelo Partido Nacional Socialista, apoiado pela ideologia anti-semita nazista. Hitler tinha como programa de governo a recuperação econômica e militar alemã, bem como a revisão do Tratado de Versalhes (tratado de paz assinado por países europeus após a Primeira Guerra Mundial, que deixou “sementes” para a Segunda Guerra, pois impôs encargos e reparações à Alemanha, citada como a responsável pela guerra). Após 6 anos de guerra e com a rendição alemã, estima-se que 50 milhões de pessoas tenham morrido, dentre militares, civis e judeus exterminados nos campos de concentração nazistas. Mais informações disponíveis em: FGV. **Segunda Guerra Mundial.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/SegundaGuerraMundial>>. Acesso: 24 dez. 2015.

¹² O binômio taylorismo/fordismo, de Frederick Taylor e Henry Ford, respectivamente, refere-se a formas de organização de produção industrial em massa que visavam a maximização da produção e também do lucro (ANTUNES, 2002, p. 31).

O capital monopolista registra, assim, uma recessão generalizada. Um conjunto de respostas que visava a sua reestruturação é então formulado e implementado. Ele seria articulado, sobretudo, pelo grande capital, diga-se, pela burguesia monopolista, o que acabaria provocando mudanças destrutivas em diversas esferas da vida social, como também ao *Welfare State*¹³ (NETTO e BRAZ, 2006).

Segundo Harvey (2011, p. 14), “houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973 [...]. A primeira crise em grande escala global do capitalismo no mundo pós-segunda Guerra começou na primavera de 1973”. E “os anos dourados” chegaram ao fim com a profundidade dessa crise, que também trouxe consigo, como mencionamos, medidas a fim de transformar o cenário econômico, político, social e cultural.

Tais medidas, bem destacam Netto e Braz (2006, p. 214), configuraram a restauração do capital e foram sintetizadas sobre um tripé que envolvia a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.

Uma onda recessiva instalou-se no lugar da anterior expansão. Esgotado o modelo keynesiano e taylorista-fordista, rearranjos de flexibilização – acumulação flexível¹⁴ - ganharam espaços nos processos de trabalho, na produção, nos produtos e nos padrões de consumo. Cabe ainda mencionar que essa flexibilidade foi operada na reestruturação produtiva, que envolve intensa incorporação tecnológica, e, conseqüentemente, reduz a demanda por trabalho vivo (NETTO e BRAZ, 2006).

Nesse contexto de desenvolvimento da crise, de baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, o capital investirá em um projeto

¹³ *Welfare State* (em português: Estado de bem-estar social) foi um modelo de sistemas de seguridade social, de políticas como a assistência, a educação, a saúde, entre outras, de matriz keynesiana ligada à produção taylorista-fordista. Segundo Chauí (2001, p. 311), o Estado de Bem-Estar Social era sustentado por uma economia política composta principalmente por três características: 1) fordismo na produção; 2) inclusão crescente no mercado de trabalho – ideia de pleno emprego; 3) monopólios e oligopólios com o Estado nacional como referência reguladora. Cabe apontar que, no Brasil, o *Welfare State* não configurou-se da mesma forma como nos países de economia avançada, e não foi implantado em sua plenitude.

¹⁴ Segundo Harvey (1993, p. 140), a acumulação flexível é caracterizada pelo surgimento de novos setores de produção, de novos mercados, de novas formas de oferta de serviços financeiros e de taxas intensificadas de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. A acumulação flexível é apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, de seus mercados e dos padrões e produtos de consumo.

ideológico conhecido como neoliberalismo. Tal projeto, em síntese, define-se como uma ideologia de mercado, uma proposta do liberalismo metamorfoseada em neoliberalismo, que prega a redução da intervenção do Estado na economia e na sociedade.

Para Chaui (2011, p. 311), o neoliberalismo que conhecemos hoje é a economia política que foi proposta em 1947 por um grupo de cientistas políticos, economistas e filósofos reunidos em Mont Saint Pélérin, Suíça, em torno do austríaco Hayek e do americano Milton Friedman. Contrários à instalação da social-democracia após o término da Segunda Guerra Mundial, opunham-se também ao surgimento do Estado de Bem-Estar de modelo modo keynesiano e à política norte-americana conhecida como *New Deal*.

Assim é que, em ataque ao Estado Providência, aos seus encargos e à função de regulamentação das atividades de mercado, o grupo Mont Saint Pélérin elaboraria um projeto econômico e político. Contudo, até o início dos anos de 1970, as ideias neoliberais não encontrariam campo fértil. Somente quando a crise capitalista trouxe consigo baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, situação também conhecida estagflação, conforme aponta Chaui (2011, p. 313) é que elas se desenvolveriam. Um diagnóstico foi então realizado e nele sugeriu-se:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e reduzir os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afaste da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação (CHAUI, 2011, p.313).

É possível visualizar que se trata de retirar o controle do Estado nos investimentos na produção, no campo financeiro, bem como nas legislações antigreve e na privatização. De acordo com Chaui (2011, p. 313), esse modelo foi aplicado num primeiro momento no Chile, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e

só posteriormente foi expandido para outros países, à exceção dos países asiáticos e, por fim, para o Leste europeu, após a queda do muro de Berlim¹⁵.

Sobre neoliberalismo, estabelece enfim Harvey (2011, p.16):

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder de classe capitalista (HARVEY, 2011, p.16).

Acrescenta o autor, trata-se de um projeto bem-sucedido no que tange a “incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que adotaram o caminho neoliberal” (HARVEY, 2011, p.16).

A ideologia neoliberal, em suma, legitima o projeto do capitalismo monopolista. Para Netto e Braz (2006, p. 227), “o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado [...]”. Construiu-se, além, em um processo destinado a suprimir ou reduzir direitos e garantias sociais. O capital proclama um “Estado mínimo”, mas o que na verdade pretendem é “um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (ibid., loc. cit), do âmbito estatal para a esfera mercantil de parte de suas atividades.

Aliada a esse processo, a financeirização do capital aparece como resultante da superacumulação e da queda da taxa de lucro registrada entre 1970 e 1980 (NETTO e BRAZ, 2006, p. 231). E no marco desta financeirização é que surgem as propostas de “reforma” recomendadas por agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Como já mencionamos, na década de 1970 o neoliberalismo ganha forças e impulsiona a globalização econômica. Devido aos mercados saturados, as empresas são, então, desafiadas à busca constante por inovações tecnológicas, por

¹⁵ O Muro de Berlim foi uma construção de 1961 erguida pelo regime socialista. Destinava-se a separar a cidade de Berlim entre o lado capitalista e o socialista. Tornou-se um símbolo da Guerra Fria, derrubado apenas em 1989. Após a queda do muro e da União Soviética (URSS), o mundo vivenciaria um processo de globalização, privatização e liberalização. Mais informações disponíveis em: ESQUERDA MARXISTA. **A queda do Muro de Berlim – História e consequências**. <<http://www.marxismo.org.br/content/queda-do-muro-de-berlim-historia-e-consequencias>>. Publicado: 18/11/2014. Acesso em: 20 dez. 2015.

diferenciais etc. Os princípios neoliberais foram desde então “[...] incorporados no livre-mercado e no livre-comércio” (HARVEY, 2011, p. 110), e tal incorporação exigiu o retrocesso do Estado de bem-estar social:

A crise do Estado de Bem-Estar leva à diminuição da esfera pública ou ao gradual desaparecimento da identidade entre bem público e direitos. Essa diminuição, na medida em que é determinada pela destinação do fundo público ao capital, significa a ampliação da esfera privada. Sob essa perspectiva, *podemos definir politicamente o neoliberalismo como encolhimento da esfera pública e ampliação da esfera privada.* (CHAUI, 2011, p. 317).

No cenário brasileiro, o neoliberalismo surgiu com mais expressividade a partir de 1990, momento em que o país vivia a pós aprovação da Constituição Federal de 1988 e a gestação das políticas sociais ainda frágeis no contexto do Estado mínimo. Houve, certamente, se considerarmos tal cenário, uma tensão entre o processo de redemocratização e sua efetivação. A consolidação dos direitos conquistados via Constituição Federal encontrou, assim, um Estado que se dizia incapaz de assumi-lo em sua plenitude.

As propostas de “ajustes” e “reformas”, com a orientação de “corte de gastos”, chegaram ao Brasil em um momento em que o cenário era o do término do regime militar¹⁶, de fomento à democracia, de problemas de governabilidade, assim como de funcionamento administrativo etc. É nesse momento que ganha destaque a Reforma Administrativa do Estado brasileiro.

De acordo com Bresser Pereira (1997, p. 07), a crise do Estado esteve presente desde 1970 devido ao seu “crescimento distorcido” e ao processo de globalização, mas somente se manifestou de forma mais evidente a partir de 1980, com a crise fiscal. Segundo o autor,

¹⁶ O regime militar no Brasil foi instalado através de um golpe de estado em 1964 e a conjuntura da época era o auge da Guerra Fria. Somente na metade de 1970 é que o regime perderá forças e não conseguirá mais se reproduzir, em virtude do adensamento da resistência democrática e da reinserção da classe operária no cenário político. O regime que possuía caráter autoritário e nacionalista durou até 1985 e foi marcado por torturas e assassinatos. Mais informações em: MEMORIAS DA DITADURA. **Formação do Regime Militar**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/formacao-regime-militar/>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

O estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que desde então ocorreram em todo o mundo (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 07).

O Estado brasileiro foi então marcado por agentes do capital financeiro e pelos ditames do *Consenso de Washington*. Como parte do processo de reestruturação do capital, a minimização do Estado sob a égide neoliberal se deu sob a forma de Reforma do Estado, proposta no governo Fernando Henrique Cardoso, dirigida por Bresser Pereira no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Para Bresser Pereira (1997, p. 25),

No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc. [...] estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados.

Na concepção do autor, não há razão para que tais atividades acima descritas sejam monopolizadas pelo Estado e é preciso, além disso, redefinir o seu papel. De responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, diante do projeto de reforma, seu papel se fortalecerá como regulador e promotor. Para tanto, o Estado fará uso da descentralização, da privatização e da publicização.

Essa proposta operará uma redefinição das atribuições estatais e até mesmo determinada desresponsabilização do Estado no que tange os direitos sociais e a intervenção em expressões da “questão social”. Com tal reforma liberalizante, deixar-se-á, de certa forma, uma abertura para questões não mais equalizadas no âmbito do Estado.

A globalização, por sua vez, também será uma marca da década de 1980. Segundo Octavio Ianni (1996, p. 80),

É no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. A globalização que revolucionou a realidade mundial e colocou por terra as certezas e a segurança existentes até então, expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e voos da imaginação.

A globalização, enfim, enquanto processo econômico e social, integra países, governos, empresas e a pessoas no mundo todo. O conceito é complexo e trata de um conjunto de processos que atinge cada local de forma diversa. Para Wanderley (2013, p. 63), ela é frequentemente entendida como “um processo crescente de mudanças que mundializam os mercados, as finanças, a informação, a comunicação, os valores culturais, criando um sistema de vasos comunicantes entre países e continentes”.

A globalização se expandiu e orienta hoje a economia, as relações internacionais, a política, a vida social e a cultura. “Desde então convivemos com a primazia dos interesses do mercado e com políticas globais de desenvolvimento econômico, centradas na voracidade de novos paradigmas de acumulação”, sustenta Yasbek (2012a, p. 118).

É em meio a esse contexto e processo de retração do Estado e de suas políticas públicas que o mercado e as organizações do terceiro setor surgem como alternativas na prestação de serviços sociais.

2.2 Notas sobre o Desenvolvimento Sustentável

“Sem o setor privado, o desenvolvimento sustentável continuará sendo apenas um sonho distante. Não estamos pedindo às empresas que façam algo diferente de seus próprios negócios; estamos pedindo para fazerem seus negócios de maneira diferente” (Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU apud Urani, 2005).

Teceremos, neste subitem, algumas observações acerca do desenvolvimento sustentável, tema macro que assume crescente importância no atual cenário social e possui relação direta com a responsabilidade social empresarial e com o investimento social privado.

O que podemos afirmar, primeiramente, é que sua formulação retrata uma tentativa de resposta à problemática ambiental no modo de produção capitalista. Tal problemática se expandiu e colocou em questão o crescimento econômico, o qual não tem propiciado padrões sustentáveis de exploração dos recursos naturais, do consumo de água e energia e dos insumos da biodiversidade, além de não propor soluções efetivas contra a poluição e as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O panorama que se delineia nos dias atuais revela o colapso ambiental que o mundo enfrenta e torna evidente a necessidade de mudanças. Traz, também, o desafio da colaboração sistemática entre atores para a construção de medidas que possam ser tomadas na luta contra a destruição da vida no planeta.

No curso da evolução histórica, muitos eventos colaboraram para a discussão da chamada questão ambiental. No entanto, não cabe aqui elucidar todo esse processo, pode-se apontar que o movimento ambiental teve seu início após a industrialização.

Hoje, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU ocupam lugar de destaque na disseminação de questões que se colocam na área ambiental. Segundo a ONU-BR (2014), após a Segunda Guerra Mundial, já na era nuclear, surgiram rumores (e temores) sobre a poluição por radiação. O uso sustentável do planeta, então, tornou-se uma preocupação universal. A fim de debater tal problemática, em 1972 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano¹⁷, conhecida como Conferência de Estocolmo.

¹⁷ Mais informações em: ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>> e em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc.>. Acesso em: 13 ago. 2015.

Sem o intuito de alargar as questões aqui apresentadas, apenas ressalta-se que tal evento foi um importante marco: ele conferiu visibilidade aos assuntos ambientais e os colocou na agenda pública.

De acordo com Fischer (2002, p. 43):

No final do século XX, a cena na qual se desenrolou o debate acerca do desenvolvimento social sustentado no Brasil foi sendo, gradativamente, ocupada por uma multiplicidade de atores: as ONGs, que reassumiram sua posição de defesa de direitos e interesses; as associações, principalmente aquelas que agregam comunidades populares; as entidades beneficentes e filantrópicas; e surpreendentemente, as empresas, as associações empresariais, as fundações e os institutos vinculados a corporações.

O desenvolvimento sustentável relacionado à preservação do meio ambiente foi concebido, destarte, quando os danos causados pela industrialização e pelo crescimento econômico foram sentidos na natureza. Ele se tornaria, não sem razão, um espaço de debate político e exigiria, certamente, um olhar para a sociedade como um todo.

Ora, não escaparia dessas discussões o setor privado, para quem a sustentabilidade se tornaria um alvo necessário. E para atingi-lo, a responsabilidade social deveria se tornar um modelo de gestão empresarial.

Segundo Silva (2009, p. 28):

Pode parecer paradoxal, mas o desenvolvimento mais significativo do pensamento estratégico nos últimos 20 anos foi justamente a introdução do conceito de “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” no rol das discussões empresariais, tanto que, atualmente, assistimos a uma avalanche de mudanças e crescentes expectativas dos gestores das organizações no sentido de um agir e de um posicionamento mais rígido nos aspectos éticos, institucionais e ambientais. A questão ambiental deixou de ser um modismo ou mesmo uma preocupação passageira para fazer parte integrante das políticas organizacionais.

Para o autor, a preocupação com o meio ambiente tornou-se um fator de influência nos anos de 1990 e também uma “variável de importância significativa na gestão dos negócios no mundo atual” (SILVA, 2002, p. 28).

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, podemos dizer que ele foi criado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1972 e expõe, no documento original em inglês da *World Commission on Environment and Development*, que: “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”¹⁸ (WCED, 1987, p.41). Por meio desta citação compreendemos que o desenvolvimento sustentável seria uma tentativa de conciliação com o desenvolvimento econômico, satisfazendo as necessidades da humanidade sem comprometer as necessidades de gerações futuras, o que implicaria agir pela sobrevivência sem comprometimento do ecossistema.

Por outro lado, o conceito não contesta a expansão econômica enquanto fator de destruição de caráter ambiental. Ele apenas exalta a adoção de instrumentos que garantam a regulação dos efeitos atuais e dos recursos para o futuro.

Ainda a respeito da responsabilidade social, atesta o site WWF Brasil¹⁹:

Nos últimos anos, práticas de responsabilidade social corporativa tornaram-se parte da estratégia de um número crescente de empresas, cientes da necessária relação entre retorno econômico, ações sociais e conservação da natureza e, portanto, do claro vínculo que une a própria prosperidade com o estado da saúde ambiental e o bem-estar coletivo da sociedade.

A partir da citação entende-se ser necessária a relação entre a atividade econômica e a conservação da natureza. É importante, então, o reconhecimento, por parte das empresas, da necessidade de conservação dos recursos naturais, que são finitos. E, nesse processo, o consumidor pode ser um grande aliado, já que está cada vez mais consciente do ônus ecológico de suas escolhas.

¹⁸ Nossa tradução: “O desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.41).

¹⁹ WWF-BRASIL. **Da teoria à prática.** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/participe/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/>. Acesso em: 08 ago. 2015.

Muitas empresas, a partir deste consumidor, e de olho nessa nova “tendência”, agora visam a um outro tipo de produto. Claro está, a colaboração do mundo privado se torna essencial para que a sustentabilidade, enquanto alvo, seja atingida.

Antes de refletirmos mais detalhadamente sobre esse ponto, vamos à contextualização de alguns eventos históricos que marcaram o percurso em busca da sustentabilidade. Para tanto, é preciso lembrar da política ambiental brasileira e que começou a ser delineada em 1981 com Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981, simbolizando um marco histórico no país. Foi inovadora para a época, lembrando que foi promulgada antes da Constituição Federal de 1988, trazendo aspectos normativos que remetem ao desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Essa primeira legislação possibilitou transformar a visão sobre a questão ambiental e de se construir um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável. A lei ainda está em vigor, apenas com algumas mudanças no texto. A Constituição Federal de 1988 trata da questão ambiental no Título VIII (Da Ordem Social), capítulo VI artigo 225: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A área ambiental é hoje uma das áreas mais normativas, logo foge aos objetivos do texto mencionar demais aspectos.

É necessário lembrar também que em 1992 ocorreu uma conferência sobre a questão ambiental, chamada de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como “Eco 92”, “Rio 92” ou “Cúpula da Terra”. Nela foram formuladas a Agenda 21 e a Carta da Terra²⁰.

A Eco 92 deve ser mencionada por ter colocado em pauta o compromisso de organizações e de pessoas com o escopo ambiental. Segundo informações do site do Ministério do Meio Ambiente²¹, a Eco 92 contou com 179 países participantes que acordaram e assinaram o que ficou conhecido como

²⁰ A Carta da Terra denota a importância e a necessidade de mudanças na atitude e no estilo de vida.

²¹ **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Agenda 21 Global. Tratava-se de um programa de ação, com base em um documento, que constitui uma tentativa de promoção, em escala planetária, de um novo padrão de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, agenda ambiental, representaria, assim, o desejo de mudanças para o desenvolvimento no século XXI.

Segundo Alessio (2008, p. 89), “os países que participaram assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas, metas que os coloquem no caminho do desenvolvimento sustentável [...]”. A Eco 92 teve um impacto muito significativo e, dentre os seus desdobramentos, nasceu a ideia da ISO 14000, fruto das discussões sobre desenvolvimento sustentável realizadas durante a conferência.

A série ISO 14000²², criada pela *International Organization for Standardization* – ISO, agregaria, deste então, as normas internacionais para a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental - SGA. No Brasil, a ISO é representada pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT²³.

Apenas para complementar, informamos que na Agenda 21, além das questões ambientais e dos danos causados ao meio ambiente pelos padrões de desenvolvimento, seriam discutidos também “a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional” (ONU-BR, 2014).

Acerca da responsabilidade social nas empresas, podemos afirmar que a área de gestão ambiental dispõe de uma larga legislação e estabelece diversas normas dentro do setor. Citemos, a título de exemplo, algumas ideias: a Norma Brasileira 16001 do Inmetro²⁴ que normatiza o sistema de gestão da

²² “ISO 14000 is actually a SERIES of international standards on environmental management. It provides a framework for the development of both the system and the supporting audit program” (ISO14000). Nossa tradução: ISO 14000 é uma série de normas internacionais de gestão ambiental e fornece uma estrutura para o desenvolvimento de ambos sistemas e programa de auditoria de apoio. Mais informações: ISO14000 **Series Environmental Management Systems**. Disponível em: <<http://www.iso14000-iso14001-environmental-management.com>>. Acesso: 23 ago de 2015.

²³ Mais informações: ABNT NBR ISO. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=58666>>. Acesso: 23 ago. 2015.

²⁴ Mais informações: ABNT NBR 16001. **A Norma Nacional – ABNT NBR 16001**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>. Acesso: 23 ago de 2015.

responsabilidade social; a SA 8000²⁵, que normatiza as relações de trabalho baseada na Declaração dos Direitos Humanos, nas convenções da ONU e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT; e a ISO 26000²⁶, norma internacional de diretrizes sobre a Responsabilidade Social.

Cabe também apontar que foi na década de 1990 que ocorreu o *boom* do terceiro setor e a Eco 92, que, segundo o GIFE (2006, p. 36),

[...] funcionou como catalisadora para a consolidação de redes como a ABONG – a Associação Brasileira de ONGs²⁷, enquanto a Campanha Nacional de Combate à Fome marcou o primeiro esforço de coordenação e integração de esforços da sociedade civil por uma causa pública.

A campanha de Betinho²⁸ chamada de “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, conhecida também como Campanha contra a Fome, foi apoiada por empresários de todo o país. De acordo com Fischer (2012, p.60), a citada campanha é considerada um marco que contribuiu para aceleração do processo de conscientização da responsabilidade social.

Outro evento de renomada importância foi o Tratado Internacional Sobre o Clima no Japão, em 1997, na Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças do Clima das Nações Unidas, denominada Protocolo de Kyoto. Tal documento tratava da redução de CO₂ (gás carbônico) e da neutralização de carbono, causadores do efeito estufa (KYOTO, s.d.)²⁹.

²⁵ Mais informações: SA8000. **SA8000® Standard and Documents**. Disponível em: <<http://www.sa-intl.org/index.cfm?fuseaction=Page.ViewPage&PageID=937>>. Acesso: 23 ago de 2015.

²⁶ Mais informações: **ISO26000**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso: 23 ago de 2015.

²⁷ A Fundação ABRINQ foi criada em 1990 por empresários. Em 1995 lançou o selo Empresa Amiga da Criança, ainda vigente, atribuído a corporações que não utilizam o trabalho infantil. Criou também o Programa Prefeito Amigo da Criança, que desde 1996 mobiliza e reconhece esforços de equipes e gestores públicos no desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, proteção que garantam recursos para a garantia de direitos e melhorias nas condições de vida de crianças e adolescentes em seu município. Mais informações: ABRINQ. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

²⁸ Cf. rodapé nº 08.

²⁹ Mais informações: KYOTO, Protocolo de. **Conferências sobre Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://protocolo-de-kyoto.info/conferencias-sobre-meio-ambiente.html>>. Acesso: 09 ago de 2015.

No entanto, apesar da importância desta Conferência, nem todos os países se comprometeram a reduzir suas emissões. Para o jornal online Carta Capital (s.d.)³⁰, o Protocolo de Kyoto está “esvaziado e combalido”.

Segundo Palmisano e Pereira (2009, p. 100), “somente nos anos 1990 é que começou a se tratar a gestão ambiental de todo o processo produtivo, com foco na redução do impacto ambiental, na prevenção, em tecnologias limpas e na preservação ambiental”. Nesse período, de fato, observou-se a criação de ONGs para atuação na defesa, na vigilância e na denúncia, com vistas à prevenção ambiental.

De acordo com Landim (1993, p. 11), o termo Organização não Governamental – ONG foi designado pela ONU em 1940. Começou a ser empregado após a ECO 92, que também deu destaque aos conceitos de biodiversidade, de desenvolvimento sustentável etc., todos ligados, principalmente, a movimentos pela defesa de direitos e pela preservação ambiental. As ONGs se configuram, desse modo, como iniciativas que põem em destaque o caráter privado das ações sociais e a figura de empresários com empresas socialmente responsáveis.

Já no ano de 2000 foi lançado o Pacto Global das Nações Unidas, que escreveu sua história também no Brasil, então conduzida pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social. A partir desse desenvolvimento inicial, foi idealizado, em 2003, o Comitê Brasileiro do Pacto Global, integrado por instituições do setor privado, pela comunidade acadêmica, pela sociedade civil e organizada e pelas agências do Sistema das Nações Unidas, com a finalidade de fortalecer o Pacto Global no Brasil e a agenda da responsabilidade social corporativa (PACTO GLOBAL, 2013).

O Pacto Global das Nações Unidas lançaria, então, um Guia de Sustentabilidade Empresarial com a criação do Futuro Sustentável (versão em inglês) e a apresentação de cinco passos a serem seguidos pelas empresas em busca da sustentabilidade. Em primeiro lugar, segundo o *Guide to Corporate*

³⁰ Mais informações: CARTA CAPITAL. **Sustentabilidade: Entenda a COP 21 e as disputas em jogo.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/entenda-a-cop-21-e-as-disputas-em-jogo-5188.html>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

Sustainability (2014, p. 8-11), os negócios deveriam ser baseados em princípios, com operações que respeitassem os direitos humanos, o trabalho, o meio ambiente e o combate à corrupção. O segundo passo incentivava as empresas a olharem para além de seus muros e a apoiarem a sociedade ao redor. Olhar, por exemplo, para a pobreza, para a escassez de recursos, para os conflitos etc. Já o terceiro passo abordava o compromisso com a liderança e com a divulgação; o relatório de progresso, por sua vez, figurava como o quarto passo. Finalmente, o quinto passo tratava da ação local, dado que, embora os princípios do Pacto Global fossem universais, em cada nação e comunidade na qual as empresas poderiam instalar existiam substantivas diferenças e expectativas.

Cabe adicionar, também, que uma importante participação e mobilização das organizações do Pacto Global no Brasil ocorreu em 2005, quando então houve a promoção da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Devemos, da mesma forma, destacar que após dez anos da realização da ECO 92 aconteceria a Rio+10, na África do Sul. E que, em 2012, seria realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. Nela seria renovado o compromisso político com desenvolvimento sustentável, que se ancorava em dois princípios: “a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”³¹ (PORTAL BRASIL, s.p.; s.d.).

Do exposto, podemos afirmar que a Rio+20 teve grande importância no contexto temático aqui abordado, uma vez que mobilizou e articulou agentes não governamentais na defesa de propostas de sustentabilidade. Várias questões debatidas nas edições da ECO, de fato, se desdobrariam em normativas para o modelo de gestão das empresas e da responsabilidade social. E, mais, refletiriam em mudanças no cenário empresarial, como o investimento em causas sociais.

O evento mais recente no tocante ao desenvolvimento sustentável aconteceu em Paris, entre 29 de novembro a 11 de dezembro de 2015, e foi nomeado Conferência das Partes - COP 21 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança no Clima – UNFCCC e 11ª Reunião das Partes no Protocolo

³¹ Mais informações: PORTAL BRASIL. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 25 jul. 2015.

de Kyoto. A cidade francesa foi o coração da esperança pela luta contra as mudanças climáticas, uma vez em que nesse momento se decidia o próximo capítulo da história do planeta. Dentre os participantes estavam políticos, membros da sociedade civil, jornalistas e membros do setor privado (LEMONDE, 2015).

De acordo com a ONU (2015),

A COP21 busca alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, aplicável a todos os países, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C. A UNFCCC foi adotada durante a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, em 1992, e entrou em vigor no dia 21 de março de 1994. Ela foi ratificada por 196 Estados, que constituem as “Partes” para a Convenção. Esta Convenção-Quadro é uma convenção universal de princípios, reconhecendo a existência de mudanças climáticas antropogênicas – ou seja, de origem humana – e dando aos países industrializados a maior parte da responsabilidade para combatê-la.

A fim de tentar conter o aquecimento global, um acordo inédito e histórico foi então estabelecido envolvendo 196 partes, o que significa 195 países mais a União Europeia. Segundo informações do site oficial da COP21³², o documento final produzido visa reduzir as emissões de carbono e efeitos do aquecimento global. O diferencial desse acordo é que engloba todas as nações.

Desde 1995, destarte, ocorre, anualmente, uma COP em um país diferente. Já em sua primeira edição era notório o interesse em retardar o aquecimento global. Nas edições mais recentes, como a de Copenhague em 2009 e a de Cancun em 2010, podemos notar, entretanto, que os avanços são lentos. Isso em razão também das “forças do mercado”, diga-se, da força dos interesses financeiros, do grande capital.

A respeito da COP 21, ainda podemos ressaltar que ela firmou o chamado “Acordo de Paris”. Sobre ele, o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável RIO + (2015, s.p) publicaria uma análise na qual expôs o fato de que existem ainda incertezas de como cada governo colocaria em prática o ficou estabelecido na discussão sobre o quesito climático.

³² Mais informações: COP21. **Les Mots de la Conférence**. Disponível em: <<http://www.cop21.gouv.fr/les-mots-de-la-conference/>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

Dado o contexto atual, isto é, o de um mundo regido pelo capitalismo selvagem e pela ordem burguesa, é preciso apontar a impossibilidade de se assegurar plenamente uma existência sustentável. Ora, é evidente que se trata de um verdadeiro desafio tornar compatíveis a produção capitalista e a sustentabilidade.

Segundo Palmisano e Pereira (2009, p. 95) “ao que tudo aponta, não há futuro para organizações que ignoram a questão da sustentabilidade”. O que resta, assim, é aproveitar todo conhecimento até então adquirido, isto é, o avanço da ciência e da tecnologia, como as fontes de energia renovável e limpa, caminhos promissores a serem adotados por corporações e pela sociedade.

Ao relacionar a sustentabilidade com a responsabilidade social empresarial, Amaral (2009, p. 79) aponta que:

[...] examinar a Responsabilidade Social da Empresa (RSE) como um modelo de gestão comprometido com valores superiores se faz necessário, de tal forma que se possa tomá-lo como uma “ferramenta” poderosa, a partir do setor privado, a serviço da conjugação dos atores sociais que buscam o desenvolvimento sustentável.

2.3 A Responsabilidade Social Empresarial

Sob a égide do capitalismo, na sociedade de produção, surge a responsabilidade social empresarial. Proveniente de determinado estágio da gestão empresarial, essa nova forma integra valores éticos como norteadores de negócios e requer o pensamento em estratégias e políticas que envolvam uma relação socialmente responsável por parte das empresas, tornando-as agentes e parceiras

de uma sociedade mais sustentável. Além disso, tal forma deve envolver o público com o qual se relaciona, os *stakeholders*³³.

Segundo Fischer (2002, pp. 74-75), no início do século XX correntes de pensamento buscaram ampliar a relação da empresa com o ambiente social, ressaltando a importância da interação das organizações com o sistema social do qual faziam parte. Conforme a autora,

Desta reflexão surge o conceito de responsabilidade social empresarial ou corporativa, que é cunhado, no âmbito da teoria das organizações, como uma das funções organizacionais a serem administradas, no fluxo das relações e interações, que se estabelecem entre os sistemas empresariais específicos e o sistema social mais amplo (FISCHER, 2002, p. 75).

De início, afirma Fischer, o conceito não foi absorvido. As empresas explicitavam a intenção de aderir ao cumprimento de sua função social, mas na prática se limitavam a ações pontuais e esporádicas.

O cenário complexo da globalização econômica tornou, de todo modo, propício o ressurgimento do exercício da Responsabilidade Social. Em síntese, as empresas competem entre si de forma acirrada e pressões como a citada globalização, a intensificação da inovação tecnológica, consumidores cada vez mais exigentes, fazem parte de um cenário em que apenas a qualidade e o preço não são mais tão atrativos como outrora. A sobrevivência e o sucesso da corporação empresarial passaram também a requerer a adoção de práticas que tragam um diferencial, que conquistem a preferência dos consumidores.

Fischer (2002, p. 44), mais uma vez, ajuda a compreender esse processo, o qual se relaciona ao contexto histórico já apresentado:

As crises econômicas abalaram a economia do país, a confiança dos investidores externos, a segurança e auto-estima dos empresários nacionais. Nos anos noventa, o movimento de globalização da economia pressionou o Brasil a adotar políticas liberalizantes e a enfrentar os desafios da modernização. A indústria local sucumbiu à competição acirrada e à

³³ Segundo Machado Filho (2006, p. 03), "*stakeholders*" se refere a todos os públicos com os quais a empresa se relaciona, a saber: funcionários, consumidores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço, comunidade, governo etc.

perda das medidas protecionistas do Estado. Crise fiscal, abertura às importações, privatizações e intensificação da entrada de capital internacional transformaram, radicalmente, o cenário da economia brasileira na passagem do século sem, contudo, promover a erradicação dos desequilíbrios econômicos e sociais que agravam cada vez mais a vida dos brasileiros.

No amplo cenário acima destacado, as alianças e parcerias entre Estado, Mercado e Sociedade Civil adquirem uma importante dimensão, mesmo até necessária no esforço de se promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Alessio (2003, p. 04), em meados da década de 1960 a Responsabilidade Social já estava em uso nos Estados Unidos, mas só foi incorporada no Brasil à medida em que os empresários notaram as vantagens que tal prática poderia trazer para os negócios. Ela se intensificou a partir da década de 1990 no contexto do processo de redemocratização, de abertura econômica e de incentivo à Reforma do Estado no Brasil, que, por sua vez, esteve atrelada aos interesses das novas configurações das relações internacionais em meio à crise global do sistema capitalista e do neoliberalismo. As empresas começaram, por exemplo, a desenvolver políticas de preservação do meio ambiente e a se sensibilizar com iniciativas de apoio a ações de cunho social.

Assim, recorda-nos Alessio (2008, pp. 100-101),

[...] o movimento da responsabilidade social das empresas, cuja projeção nos EUA e na Europa aconteceu em meados da década de 60, passou a ser pauta na agenda dos empresários brasileiros, com mais visibilidade, na década de 90, incentivado pelo período de redemocratização e abertura econômica do País, pelos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988, pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em 1990, pela aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1992, que contribuíram para uma maior conscientização e organização da sociedade civil sobre seus direitos, também favorecendo a fundação de ONGs e o fortalecimento do Terceiro Setor.

A ideia de responsabilidade social, desse modo, ganhou projeção no meio empresarial brasileiro apenas nos anos de 1990. Segundo Grayson e Hodges (2012, p. 74), “numa economia global interconectada, os consumidores (que hoje são em geral mais bem informados e mais afluentes do que nunca) serão fiéis a

marcas e organizações que lhes deem razões para confiar”. De acordo com o autor, para garantir contratos e negócios, também é importante que as companhias demonstrem determinado envolvimento com o meio ambiente e com a comunidade.

Neste sentido, Paes (2003, p. 25) afirma que:

Diante dessa nova organização empresarial global, as organizações privadas possuem uma nova diretriz nos rumos da obtenção do lucro, pois simplesmente as vantagens oferecidas em relação a valores (preços) não estão sendo suficientes para a obtenção de um mercado consumidor. Cada vez mais a qualidade do produto está relacionada à relação da empresa com a sociedade e seu comportamento ético e esses fatores determinam o comportamento dos consumidores.

Nota-se que a responsabilidade social empresarial surge no momento em que o papel das empresas também é questionado e sofre transformações. É interessante acrescentar que as atividades predatórias oriundas da intensa fabricação de novos produtos começaram a gerar insatisfação por parte da sociedade e reconheceu-se, desde então, que o consumo possuía implicações sociais. Do exposto, pode-se afirmar que a notoriedade da responsabilidade social se deu também devido à deterioração dos ecossistemas na sociedade industrial.

Terminologias como “empresa cidadã” também fazem parte deste contexto. Segundo Falconer (1999, p. 16):

Cidadania Empresarial é um termo que tem sido utilizado para descrever o papel de responsabilidade social e ambiental das empresas. Não se trata exclusivamente de filantropia, no sentido da caridade desinteressada, mas de investimento estratégico: um comportamento de aparência altruísta, como a doação a uma organização sem fins lucrativos, que atende a interesses (mesmo que indiretos) da empresa, como a contribuição à formação de uma imagem institucional positiva ou o fortalecimento de mercados consumidores futuros.

Não sem motivo, portanto, o uso dos termos “empresa cidadã” e “cidadania empresarial”, pois eles trazem a ideia de uma qualidade. No entanto, em geral, tal qualidade é atribuída a um indivíduo – cidadão/cidadã – e neste caso foi utilizada para uma organização privada. Há, por sua vez, uma crítica em relação ao

termo. De todo modo, a expressão permaneceu e ainda pode ser encontrada, com menor incidência, em algumas publicações.

De acordo com Drucker (2001, p. 48),

[...] há apenas alguns anos, tanto os administradores quanto os economistas consideraram a dimensão social tão intangível que não seria possível esclarecer objetivos de desempenho para ela. Sabemos agora que o intangível pode transformar-se em muito tangível mesmo. Lições como a do consumismo ou a do ataque às indústrias que prejudicam o meio ambiente são métodos dispendiosos para aprender que uma empresa precisa pensar em suas responsabilidades e nos impactos que causa e estabelecer objetivos para ambos.

Assim, a sobrevivência das empresas também depende de satisfação das partes envolvidas. Entendemos que as relações entre a sociedade e as organizações são dialéticas, o que significa dizer que a sociedade interfere na existência da empresa e que, como as empresas fazem parte da sociedade, elas também sofrem alterações.

O foco de trabalho do Instituto ETHOS³⁴, destarte, será a Responsabilidade Social. Segundo o ETHOS (2007, p. 04), uma série de instituições adotaram o conceito de responsabilidade social empresarial, como a *Corporate Social Responsibility - CSR-Europe*, o *Sustainability Institute, Business for Social Responsibility - BSR*, a *International Finance Corporation - IFC*, o *Institute of Social and Ethical Account-ability*, o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social etc. Tal conceito é definido

[...] pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (stakeholders) no curto e no longo prazo. Os públicos de relacionamento da empresa envolvem inúmeras organizações de interesse civil/social/ambiental, além daqueles usualmente reconhecidos pelos gestores — público interno, acionistas e consumidores/clientes. (ETHOS, 2007, p. 4).

³⁴ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado em 1998 por empresários e executivos da iniciativa privada e é uma organização da sociedade civil de interesse público – Oscip. Tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (ETHOS, s.d.;s.p.). Mais informações em: ETHOS. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

É, ainda, organizado em sete tópicos: “valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores/clientes; comunidade; governo e sociedade” (ETHOS, 2007, p. 04). Segundo o ETHOS, a responsabilidade social pode ser compreendida, assim, como um modelo de gestão empresarial, de condução dos negócios com foco na gestão, a ser levado por qualquer empresa, utilizando-se recursos privados para fins públicos.

Nesse sentido, temos ainda o conceito da ABNT NBR ISO 26000³⁵ :

Segundo a ISO 26000, a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.

Os dois conceitos, dessa maneira, abordam a responsabilidade social como modelo de gestão corporativa e denota uma postura pautada em valores éticos na condução das ações organizacionais, capaz de integrar o público com o qual a empresa se relaciona.

A Responsabilidade Social também é contemplada nos princípios da atividade econômica da Constituição Federal de 1988, Art. 170 e seguintes, onde se estabelece a propriedade privada e sua função social, a defesa do consumidor e do meio ambiente e a redução das desigualdades tanto regionais quanto sociais.

De acordo com Fischer (2002, pp. 36-37),

Inspiradas pelos padrões de uma filantropia empresarial que sempre existira de forma difusa e assistemática, as iniciativas de atuação social empresarial vêm, gradativamente, transformando-se em ações estruturais e permanentes, que exigem uma definição estratégica além de planejamento e operação cuidadosos. Nesse contexto, as alianças internacionais asseguram benefícios para todas as organizações em interação: ONGs e

³⁵ Mais informações: **ISO 26000**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: 18 nov. 2015.

organizações públicas beneficiam-se de conhecimentos e práticas profissionais das organizações de mercado e estas absorvem a experiência, a flexibilidade e a metodologia de trabalho das entidades do Terceiro Setor.

Como bem sintetiza a referida autora, o quadro exposto acima forma alianças estratégicas. Se a tarefa de agregar as diversidades aí presentes não é fácil, ao menos tem trazido experiências inovadoras e tem, também, estimulado uma rede de cooperação na qual um dos objetivos comuns é o desenvolvimento social e sustentável.

Para Grayson e Hodges (2002, p. 39),

As empresas e as ONGs têm assumido funções e responsabilidades antes exclusivas do setor público e, ao mesmo tempo, aprendem a lidar com o desafio de contrabalançar os interesses e as preocupações de diferentes *stakeholders*.

Grayson e Hodges (2002, p. 90) ainda ressaltam a necessidade de se olhar para as “expectativas intensificadas” dos *stakeholders* e para o fato de que nem sempre todos possuem expectativas condizentes. É importante considerar, além, que pode haver uma oposição imprevista entre os *stakeholders*.

Lembra Fischer (2002, pp.80-81),

Ao contrário do pensamento que predomina entre o empresariado, não são apenas empresas de grande porte, com elevados faturamentos e patrimônios, que detêm os recursos e as condições para estender sua responsabilidade social além dos limites do seu negócio, atuando em benefício da comunidade. A verdade é que “tamanho não é documento” quando se trata de promover uma atuação social empresarial, pois ela é uma construção coletiva acionada pelas motivações pessoais e poderá ser expressa no âmbito das condições de cada empresa. [...] É óbvio que grandes corporações transnacionais podem implantar estratégias globais para expressar seus valores de Responsabilidade Social, assim como detêm amplo volume de recursos diversos para apoiar organizações comunitárias. Isto não impede, contudo, que as organizações empresariais de menor porte tenham uma atuação social estratégica e eficaz. Pelo contrário, quando se trata de operar no seu próprio entorno físico-social, a empresa local pode ter melhores condições de agir pela familiaridade com a vizinhança e facilidade de contato.

A responsabilidade social, assim, pode variar nas organizações de acordo com as características destas. E projetos e programas de responsabilidade social devem, por consequência, enfrentar as diversas expressões da questão social. Conforme Alessio (2004, p. 88),

[...] embora se constate que o movimento da responsabilidade social das empresas no Brasil ainda esteja em seus primeiros movimentos, dado a gravidade dos problemas sociais que o País precisa enfrentar, a responsabilidade social do setor privado vem redefinindo seus rumos e tendo uma importante e decisiva contribuição para o enfrentamento da questão social.

A autora, em seu livro, reconhece a contribuição que o exercício da responsabilidade social pode propiciar no enfrentamento das expressões da questão social. No entanto, entendemos que o fator motivador da adoção da responsabilidade social vai além da contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, da sociabilidade ou da sustentabilidade (MILANI et al, 2014a). A outra face da responsabilidade social, de fato, é permeada de interesses que propiciam uma série de vantagens às empresas, como, por exemplo, o fortalecimento da imagem e da reputação, o diferencial competitivo, a dedução fiscal etc., mas não é nosso objetivo aqui aprofundá-los.

Assumir a responsabilidade social empresarial, de todo modo, significa participar da promoção do bem-estar humano através de ações cooperadas em âmbito local, regional, nacional e, até mesmo, internacional. Cada vez mais, claro está, a ideia de que os negócios precisam ser desenvolvidos de forma ética.

Segundo Ashiley (2002, p. 53), as atividades e atitudes organizacionais devem contemplar a/o:

- Preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/*stakeholders* envolvidos (entendidos da maneira mais ampla possível);
- Promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;
- Respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;

- Maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente.

Com tal forma de investimento, a iniciativa privada visa demonstrar que é socialmente responsável pelos problemas que atingem a sociedade. Além de cumprir sua função econômica, a empresa estaria contribuindo, também, para o desenvolvimento social do país e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Ademais, cabe mencionar a recente promulgação da lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. Trata-se de uma lei para estimular as práticas de consumo e também de técnicas de produção ecologicamente sustentável. No artigo V da mencionada lei, aparece como objetivo: “estimular as empresas a incorporarem as dimensões social, cultural e ambiental no processo de produção e gestão”.

2.4 Investimento Social Privado

O investimento social privado é uma terminologia utilizada para designar os investimentos realizados em projetos e programas sociais externos, ou seja, na comunidade. Trata-se de uma nova forma de investimento através de aporte financeiro, de incentivos fiscais por parte do poder público e de empresas, de doações etc. Ela configura um tema amplo e traz, por meio do interesse da empresa, da fundação ou do instituto em estabelecer uma relação com a comunidade, em destinar recursos e realizar ações e projetos, benefícios para a área social.

De acordo com o GIFE (2014, p. 06), no Brasil a maior parte dos recursos do investimento social privado advém de grandes empresas e/ou grandes fortunas que optam por financiar suas próprias ações e projetos sociais. O investimento social brasileiro, assim, possui características particulares, com sua história imbricada na filantropia, que, entretanto, se diferencia da filantropia europeia

e norte-americana. Para o GIFE (2015d, p. 05), os Estados Unidos são o referencial filantrópico universal e os investimentos sociais são oriundos de famílias e indivíduos que acumularam riquezas através da atividade empresarial.

Segundo Rossetti (2010, p. 265), a filantropia brasileira, desde a colonização do Brasil em 1500 até meados do século XIX, esteve ligada principalmente à Igreja Católica. As instituições religiosas eram as proporcionadoras de parte da assistência social, da saúde e da educação, dado que eram financiadas por donativos da realeza, de famílias e de indivíduos da comunidade. “Ao longo de várias décadas, imigrantes, particularmente europeus, trouxeram para este país sincrético novas culturas e ideias sobre a organização do Estado, do mercado e da sociedade civil” (ROSSETTI, 2010, p. 265).

Outros sinais da filantropia, de acordo com Rossetti (2010, pp. 265-266), podem ser verificados por volta do século XX, quando foram criadas as primeiras fundações privadas por famílias que tinham enriquecido com a industrialização. A maior parte delas prestava serviços sociais aos trabalhadores de seus negócios. Já no período de “abertura democrática”, de 1970 até a mobilização à Constituição Federal de 1988, a organização da sociedade civil e da filantropia se transformaria. E, posteriormente, no contexto da globalização, a filantropia empresarial e as doações seriam influenciadas pela instalação de empresas multinacionais.

Muito se evoluiu desde as primeiras formas corporativas no trato com o social, sobretudo no relacionamento com a sociedade rumo à construção do que se entende atualmente como investimento social privado. O contexto histórico, principalmente a partir dos anos de 1980, ajuda a entender as transformações e a complexidades do assunto.

Entre 1964 e 1985, “as empresas, com poucas exceções importantes, apoiaram o regime militar. E a filantropia, em geral, continuou a preencher as muitas lacunas deixadas pelo Estado” (Rossetti, 2010, p. 265). Com a abertura democrática do país e, em seguida, com a ampla mobilização social pela Constituição de 1988, constitui-se, então, um cenário político e legislativo favorável à organização da sociedade civil e da filantropia brasileira.

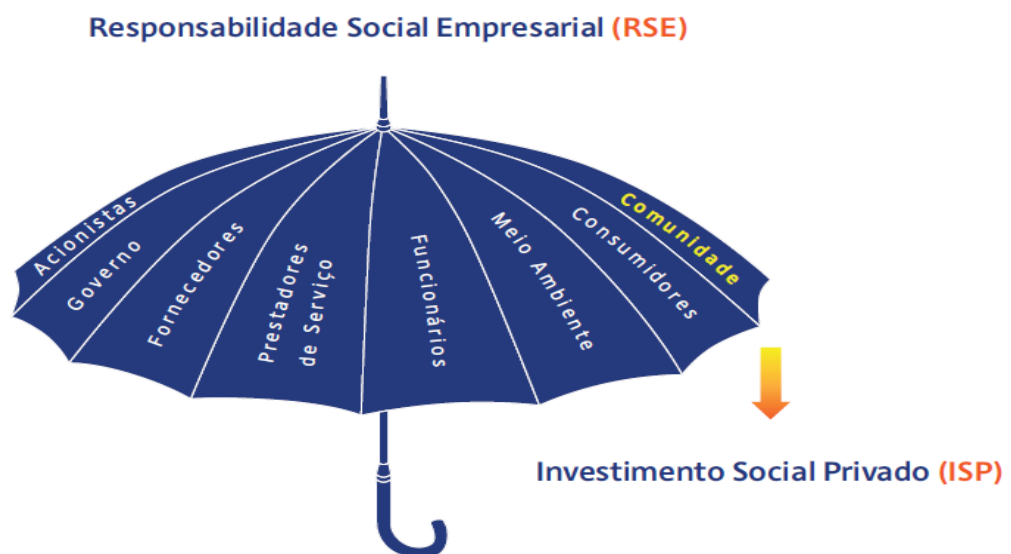
Segundo Degenszajn e Ribeiro (2013, p. 19), o Investimento Social está em movimento e vem passando por transformações nos últimos anos. Mudanças políticas e econômicas marcaram essa forma de investimento, e, conseqüentemente, as empresas modificaram sua relação com a sociedade. É nesse contexto que emergiu o GIFE, como também outras organizações, fortificando essa ainda nascente forma de investimento. Tais organizações representam, deste modo, a mobilização do setor privado em relação à questão social e ambiental.

A emergência da Responsabilidade Social Empresarial, em meados de 1990, exigiu, destarte, uma distinção em relação ao investimento social privado, firmado pelo GIFE e pelo ETHOS em 1999. O GIFE, como se sabe, tem como pauta de trabalho o investimento social, um aspecto da responsabilidade social no que se refere ao investimento na comunidade.

Nesse sentido, Aliança Copoava apresenta a seguinte imagem que nos facilita a compreensão da distinção entre Responsabilidade Social e Investimento Social Privado:

FIGURA 1: O guarda-chuva da Responsabilidade Social Empresarial

Por que o guarda-chuva ficou pequeno? Ou ainda: Qual o novo paradigma da RSE?



Fonte: Aliança Copoava (2010, p. 08)

Com a figura acima é possível visualizar que o Investimento Social Privado é parte da Responsabilidade Social Empresarial. O desenho do guarda-chuva representa todos os *stakeholders* e, entre eles, se destaca a comunidade onde atua o Investimento Social Privado. De acordo com Amaral (2015), ele é um instrumento voltado para um *stakeholder* em particular: a comunidade.

Assim, conclui-se que o investimento social privado é um instrumento de gerência das relações com a sociedade e a comunidade. E tal interface pode se manifestar de várias formas: por meio da aplicação de recursos financeiros ou bens, da prestação de serviços e da capacidade de mobilização para o desenvolvimento comunitário em prol de interesses coletivos etc.

No entanto, cabe adicionar que, segundo a Aliança Capoava (2010, p.08), “a amplitude dos temas e das discussões nos leva a crer que a discussão da RSE não cabe mais debaixo do guarda-chuva, virado do avesso pelos ventos da globalização”. Cada *stakeholder* não é estático e delimitado, pois:

O movimento cresceu e esse modelo mental do guarda-chuva poderia ser substituído por algo semelhante aos círculos concêntricos formados na água quando uma pedra cai, onde a pedra é a operação da empresa e os círculos, a sequência de impactos gerados a partir daí, num novo modelo, que amplifica a visão da RSE (ALIANÇA CAPOAVA, 2010, p. 08).

O conceito de Investimento Social Privado, como já mencionado, foi criado nos anos de 1990 pelos líderes que deram origem ao GIFE (s.d.)³⁶ e é definido como:

Investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.

Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos.

Os elementos fundamentais - intrínsecos ao conceito de investimento social privado – que diferenciam essa prática das ações assistencialistas são:

- preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos;

³⁶ GIFE. **O Investimento Social Privado.** Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso em: 01 out. 2014.

- estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social;
 - envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação.
- O Investimento Social Privado pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e também pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis.

A definição conceitual apresentada é importante para se entender as especificidades dessa forma de intervenção e suas estratégias. A partir dela observamos que a materialização do investimento social privado ocorre através dos projetos citados, que podem ser desenvolvidos por meio de parcerias com organizações, com o Estado e com o Mercado. É o investimento realizado no desenvolvimento local da comunidade de forma sistemática e estruturada.

Buscou-se, então, com a explicação de tal conceito, diferenciar as formas tradicionais de filantropia e da responsabilidade social das empresas. Os elementos fundamentais que diferenciam o investimento social privado foram, assim, elencados. Aqueles intrínsecos à sua definição, que o diferenciam das ações assistencialistas, são, em resumo: “preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos; estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social; envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação” (GIFE, s.p.)³⁷.

Concluimos, deste modo, que o investimento social privado possui um processo gerencial, diferentemente da filantropia, que não é executada da mesma forma. Ele pode ser de origem independente, familiar, comunitária ou empresarial. No entanto, no Brasil “[...] os investidores sociais são predominantemente empresariais [...]” (DEGENSZAJN e RIBEIRO, 2013, p.26).

No investimento social empresarial, as empresas podem gerenciar diretamente tais ações ou podem contar com instituições criadas para este fim, como institutos e fundações. No caso de a empresa gerir suas próprias ações, ela o faz conforme seu porte e o estágio das ações. É usual ela possuir um departamento próprio de responsabilidade social, de investimento social ou de sustentabilidade. Quando não há um departamento específico, os setores responsáveis pelo

³⁷ GIFE. **O Investimento Social Privado.** Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso: 1 out de 2014.

gerenciamento podem ser os departamentos de Recursos Humanos, de Relações Institucionais ou de Comunicação e Marketing.

Schommer (2000, p. 157), como podemos observar no quadro abaixo, mostra-nos a relação de cooperação entre as empresas, os institutos e as fundações:

QUADRO 1: Estrutura das relações de cooperação

<p>1. Empresas que atuam na área social através de outras organizações, articuladas por um setor dentro da empresa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para atuar no social, estabelecem relações de cooperação com outras organizações, especialmente do terceiro setor, através de uma área na empresa que as gerencia; • há tendência de maior autonomia e preservação da identidade das partes; • não são estabelecidas relações hierárquicas formais; • não há dependência direta entre uma organização e outra; • a comunicação clara e transparente está sendo aprimorada; • os níveis de poder entre as partes nem sempre são equivalentes, mas há exemplos de simetria; • a forma de atuar passa por transformações na reflexão sobre seu papel no social e estruturas de atuação; • os tipos de relação estabelecida aproximam o grupo da característica de cooperação em rede.
<p>2. Estruturas organizacionais empresariais e estruturas voltadas para o social são juridicamente distintas, mas compartilhadas em vários aspectos, chegando a confundir-se</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As empresas instituíram uma fundação ou instituto através dos quais realizam a maioria ou totalidade de ações no social; • essas entidades estabelecem relações com outras entidades, normalmente em projetos específicos; • há desejo de cooperar manifesto, mas a relação entre as estruturas é difusa; • não há clara distinção entre as estruturas da entidade e da mantenedora, prejudicando-se o desenvolvimento de competências específicas; • não há clara distinção das funções e capacidades dos parceiros, perdendo em potencialidade de troca; • a autonomia e a identidade das partes é pouco desenvolvida; • fica prejudicada a caracterização da cooperação em rede, aproximando-se de uma relação hierárquica entre empresa e entidade.
<p>3. Organizações dedicadas ao social mantém forte relação com as</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As empresas contam com uma fundação ou instituto através das quais desenvolvem suas ações estruturadas no campo social; • muitas desenvolvem outras atividades relacionadas ao

<p>mantenedoras, mas possuem autonomia (em maior ou menor grau) em vários aspectos</p>	<p>social internamente, com objetivos e formas de atuar diferentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • há certa autonomia quanto a recursos e decisões, mas há relações entre entidades e mantenedoras em vários pontos; • em alguns casos, a cooperação é mais intensa do que em outros; • a confiança e compreensão das diferentes funções e capacidades dos parceiros, a definição de objetivos concretos e específicos, e a comunicação clara e transparente são mais facilmente identificadas em alguns casos do que em outros; • os níveis de poder entre as partes, em geral, não são equivalentes.
<p>4. Empresas estão inseridas na Estrutura organizacional de entidades sem fins lucrativos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentam características típicas do terceiro setor; • estabelecem múltiplas relações de cooperação entre estruturas empresariais (tanto com as empresas inseridas nas estruturas das entidades quanto com outras empresas, em projetos específicos) e estruturas com fins sociais; • várias das características importantes para a cooperação em rede são identificadas: desejo de cooperar, objetivos concretos e específicos, cultura de confiança entre os parceiros, autonomia entre as partes, preservando a identidade, mas compartilhando competências, comunicação aberta e transparente; • assimilam práticas empresariais, sem perder o foco nos objetivos sociais.

Fonte: Schommer (2000, p. 157)

O quadro destaca as características de cooperação entre as empresas e outras organizações do terceiro setor. As iniciativas no campo social se concretizam por meio de relações de cooperação em que empresas unem recursos e competências num espaço público compartilhado, com ações voltadas para a comunidade. De acordo com as características de cooperação, o investimento social acontece através de modelos heterogêneos e demonstra uma pluralidade de formas e de relações. Cada modelo reflete o objetivo da empresa, os valores da família proprietária, o histórico da organização, a legislação, o ambiente etc.

Parte crescente do setor privado, por força do mercado ou por consciência de seu papel na sociedade, além de seu papel principal, demonstra-se disposta a contribuir com o desenvolvimento do país. Segundo o GIFE (2006, p. 28):

Os investidores sociais privados têm demonstrado, por meio de seus trabalhos, que este setor contribui para o desenvolvimento do país em pelo menos quatro áreas da maior importância:

1. fomentando a organização da sociedade civil, isto é, a cidadania, seja com recursos financeiros, seja com conhecimento e formação;
2. promovendo ações que ora diminuam sofrimentos individuais, ora enfrentam as causas desse sofrimento;
3. atuando para a construção, qualificação e sustentabilidade das políticas públicas ambientais, culturais e sociais;
4. pressionando e cobrando do Estado continuidade e sustentabilidade das políticas públicas do campo social.

O investimento social na comunidade pode contribuir substancialmente com o processo de desenvolvimento social local. Fazer parte desse movimento traz ganhos à comunidade, como também à organização que o executa, que giram em torno da reputação positiva junto a seus públicos, dentre outros benefícios. No entanto, cabe aqui ressaltar que o principal retorno esperado é o benefício social.

Com a separação em tópicos da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado, buscou-se, aqui, uma melhor abordagem das temáticas apresentadas. No entanto, lembra o GIFE (2006, p. 52),

É importante destacar que as práticas de responsabilidade social e investimento social privado não devem estar dissociadas. É um contra-senso investir em educação na comunidade sem manter políticas qualificadas de desenvolvimento dos recursos humanos internos da empresa. A palavra-chave é coerência.

Por vezes acontece que a empresa, ao entrar em contato com a comunidade através do investimento social privado, é, de certa forma, “contaminada por uma visão social que tende a influenciar o próprio negócio” (GIFE, 2006, p. 53).

Segundo Grayson e Hodges (2002, p. 127), as empresas consideram benéfico e legítimo se envolver e se comprometer com a comunidade. De acordo com eles, as necessidades das comunidades são muito variadas em todo o mundo, mas, em termos gerais, as questões comunitárias devem se concentrar onde:

- Exista relação direta com os objetivos da empresa. Por exemplo, faz sentido uma editora ou livraria apoiar campanhas de alfabetização.

- Haja interesse de funcionário – principalmente se puderem participar de trabalhos comunitários.
- A empresa possua especialização relevante e outros recursos que possam ser empregados (GRAYSON e HODGES, 2002, p. 127).

2.5 Considerações sobre o Terceiro Setor

“Este ‘canto’ encanta e atrai o navegante a mergulhar na ilusão de uma sociedade civil harmônica que é representada por entidades que são, via de regra, fortemente financiadas pelo Estado e/ou pelo capital”³⁸

(Carlos Montaña, 2014, p.52)

Abordaremos neste subitem, o terceiro setor com o objetivo de fazer referência às temáticas anteriormente expostas: a responsabilidade social empresarial e o investimento social privado. A importância de tal discussão se deve ao fato de que uma parte do setor privado está no terceiro setor.

O denominado Terceiro Setor engloba organizações cujos principais objetivos, em essência, são sociais. Ele reúne um conjunto diverso de organizações, sejam elas organizações de caridade, organizações religiosas, organizações comunitárias e voluntárias ou instituições voltadas para as artes e para a cultura. Esta diversidade é reflexo da pluralidade da sociedade e de suas formas de organização. Tais organizações são criadas e mantidas no âmbito não-governamental e sem fins lucrativos.

O terceiro Setor e seu conjunto de atividades sociais ganham cada vez mais espaço e importância no atual cenário societário. Contudo, cabe apontar que a terminologia empregada para conceituar este seguimento é revestida de controvérsias, como elucida Fischer (2002, p. 46) “[...] *não-governamental, sem fins*

³⁸ Carlos Montaña, no livro “O Canto da Sereia”, faz a crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor” e procura desmistificar termos e projetos que hoje estão “na moda” e envolvem militantes de esquerda, os quais, segundo o autor, são seduzidos pelos “cantos das Sereias”. Tais projetos se apresentam como propostas e solução de problemas, como caminhos alternativos e de politização popular. *Slogans* que se revelam aparentemente progressistas como “[...] ‘um outro mundo é possível’, a ‘emancipação social’, a ‘participação democrática’, a ‘ampliação da sociedade civil’, a ‘responsabilidade social empresarial’” (MONTAÑO, 2014, p. 427), são, para o autor, claramente esvaziados de conteúdo.

lucrativos, da sociedade civil filantrópica e beneficente são termos que dividem os corações e mentes dos profissionais, militantes e voluntários que atuam nesse espaço”.

É importante evidenciar que, nesta dissertação, para um melhor entendimento, optamos por utilizar uma tipologia de caráter organizacional, nomeando, assim, o Terceiro Setor em contraposição ao Mercado, que tem finalidade comercial, e ao Estado, com organizações de direito público. Porém, não há fronteiras estáticas entre estes três elementos e eles estão, de certa forma, entrelaçados. Convém, ainda, destacar que, com essa opção, não eliminamos a necessidade de se aprofundar tais conceitos.

Segundo Falconer e Vilela (2001, p. 12), mesmo que “[...] o terceiro setor se caracterize pela negação lógica do Mercado e do Estado, ele recorre a esses dois para obter uma parte significativa dos seus recursos financeiros, gerando situações de colaboração, dependência e mesmo de subordinação”. Para Fischer (2002) o terceiro setor é um espaço onde convergem investimentos públicos e privados e organizações privadas para atuação de interesses públicos não governamentais.

Em termos históricos, relembra Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 251) que:

Nos países centrais, e em especial na Europa, o terceiro setor surgiu no século XIX como alternativa ao capitalismo, tendo raízes ideológicas heterogêneas que vão do socialismo, em suas múltiplas faces, ao cristianismo social e ao liberalismo, visando novas formas de organização de produção e de consumo que ora desafiavam frontalmente os princípios da economia política burguesa em ascensão, ora buscavam tão-só minimizar os custos humanos da Revolução Industrial, funcionando de modo compensatório e em contra ciclo.

Ainda segundo o autor Sousa Santos (1999, p. 251), em muitos países da Europa as associações de solidariedade social, as mutualidades e as cooperativas consolidariam intervenções importantes na proteção social, na previdência, na assistência social e na saúde. E, apenas em meados do final da década de 1970, o terceiro setor reemergiria nos países centrais. Para o autor,

Não é fácil determinar o significado político da reemergência do terceiro setor. A heterogeneidade política que o caracteriza desde o século XIX é agora potenciada pelo fato de estar a emergir, tanto nos países centrais como nos países periféricos e, portanto, em contextos sociais e políticos muito distintos (SOUSA SANTOS, 1999, p. 252).

A respeito do terceiro setor no Brasil, Falconer e Vilela (2001, p. 28) reportam suas origens remotas à Igreja Católica, que oferecia serviços assistenciais nas santas-casas de misericórdia e em organizações. Mas, como naquele período não havia uma separação formal entre Igreja e Estado, que só ocorreu em 1889, com a proclamação da República, “[...] não tem sentido referir-se a essas entidades como formadoras de um terceiro setor antes daquele ano [...]”. E ainda, relembram os autores,

Outras origens mais recentes podem ser encontradas na organização solidária dos imigrantes europeus e das classes trabalhadoras urbanas, que, a partir do fim do século XIX, trouxeram de seus países ideologias políticas e tradições de associação e de ajuda mútua, formando beneficências, montepios, cooperativas e sindicatos. (FALCONER e VILELA 2001, pp.28-29).

De acordo com Thompson (2005, p. 43), as Organizações não governamentais - ONGs surgiram entre 1960 e 1970 na América Latina, apoiadas por agências de cooperação internacional. Representavam formas de ação política, pois emergiriam no contexto dos regimes militares a fim de manter ambientes de defesa de valores democráticos. Vincularam-se aos movimentos sociais emergentes e possuíam uma nova cultura ao dar respostas às demandas sociais frente à nomeada incapacidade do sistema político vigente.

Para Landim (1993, p. 33),

O termo ONG começou a ser usado, em meados da década de 80, para identificar um conjunto de entidades que veio se formando a partir dos anos 70, misturando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo, dentro de um quadro de crescente cooperação internacional não governamental.

As organizações, assim, cresceram no período autoritário e congregaram diferentes ativistas em torno de questões referentes aos movimentos populares, à ecologia, ao preconceito racial etc. Elas evocam, destarte, o mundo da militância, da política e da cidadania. Quanto à expressão “Terceiro Setor”, afirma Fernandes (2005, p. 25), ela foi traduzida do inglês “*tird sector*” e faz parte do vocabulário dos Estados Unidos. Cabe apontar, também, que o GIFE foi uma das organizações que começou a utilizar e a discutir o tema por trás da expressão.

De volta ao contexto histórico, lembram Fischer e Falconer (1998, p. 14) que as organizações do terceiro setor no Brasil se expandiram durante a década de 1990:

O Terceiro Setor começa a se esboçar, no país, como um conjunto organizacional diferenciado no bojo do processo de redemocratização, consolidando o trabalho de inúmeros grupos formais e informais que atuavam em diversos tipos de trabalho, desde a mobilização civil para assegurar direitos e/ou para canalizar reivindicações até atividades estruturadas de atendimento a necessidades específicas de vários segmentos carentes da população (FISCHER E FALCONER, 1998, p 14).

É interessante destacar que é também nesse período que ocorre a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe reconhecimento legal às ONGs. São elas, até hoje, um campo marcado por uma diversidade de formas de organização e de atores.

As ONGs, desde então, articularam recursos, experiências e ganharam visibilidade. Atualmente, são mais abrangentes, com instituições dedicadas à prestação de serviços na área do bem-estar social, da saúde, da educação etc. Elas hoje se constituem como organizações voltadas à defesa de direitos de grupos específicos, como as mulheres, os negros, os idosos, os povos indígenas, e à proteção do meio ambiente, da cultura, do esporte, do lazer etc (FALCONER, 1999).

Segundo Montañó (2002, p. 53), o terceiro setor

[...] surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John D. Rocckefeller III e no Brasil chega por intermédio de um funcionário da

Fundação Roberto Marinho (cf. Ioschpe, 1997). O conceito foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia.

O tema Terceiro Setor tem como marco no Brasil, sobretudo, na década de 1990. Segundo Rossetti (2010, p. 268), o chamado “boom” das associações e fundações durante a década de 1990 está relacionado ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que “[...] deu-se um forte impulso para a participação de empresas e sociedade civil na prestação de serviços sociais”. A primeira dama, Ruth Cardoso, defendia parcerias público-privadas e organizações sem fins lucrativos, que eram, sobretudo financiadas pelos municípios.

Amaral (2007, p. 68) também traz elementos que ajudam a compreender o momento histórico vivenciado pelo país quando ocorreu a expansão do terceiro setor, que está relacionada ao contexto já citado de questões não mais equalizadas pelo estado e pelo movimento de reforma do estado:

[...] cabe trazer que o momento de explosão deste setor coincide com um estado fragilizado, sendo sua estrutura de alto custo e de sistemas de gestão com baixa eficiência, permitindo ao cidadão um questionamento evidente quanto à relação custo-benefício. Em outras palavras, um estado pesado, financiado por uma das maiores tributações do planeta e que não retorna à população em serviços e políticas públicas adequadas.

As ONGs, enfim, passaram a ter mais visibilidade no final da década de 1980 e 1990 graças a investimentos na defesa de direitos sociais, à democratização do país, entre outros motivos. “É bom lembrar que muitas delas surgiram e se consolidaram no país, já nos anos 1970, em tempos de ditadura e repressão, ligadas à educação popular, à promoção social e a outros trabalhos sociais dessa época” (YAZBEK, 2012, p. 122).

Segundo Yazbek (2012, p. 120),

O Estado apela às parcerias com o setor privado (entidades sociais, organizações não governamentais, associações voluntárias e fundações empresariais, entre outras) num processo de construção de um sistema misto de Proteção Social que se caracteriza pela intersecção do público com o privado.

Ainda para a autora, o sistema misto traz uma requalificação da intervenção do setor privado no bem-estar social, tarefa historicamente atribuída ao Estado.

Assim como acontece com outros temas, a classificação do terceiro setor é bastante polêmica e alimenta o debate teórico sobre as instituições que fazem ou não parte desse setor. No Brasil, o termo é utilizado na identificação de atividades da sociedade civil que não se enquadram nas atividades estatais ou de mercado.

Para Sousa Santos (1999, pp. 250-251),

‘Terceiro setor’ é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações de solidariedade social, organizações não-governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base etc. As designações vernáculas do terceiro setor variam de país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos.

Trata-se de um conceito adotado para um espaço que é composto por organizações privadas que atendem o interesse público e não visam fins lucrativos. Essa denominação reúne diversas organizações, com diferentes objetivos, que atuam em distintos segmentos.

A dificuldade na conceituação e significação do terceiro setor se deve, também, à heterogeneidade das organizações que o compõem, à sua autonomia e auto-organização, conforme atesta Gohn (2000, p. 60-74):

O terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania.

Pode-se afirmar, portanto, que existe uma ampla gama de organizações que compõem o terceiro setor, diversificadas, heterogêneas e díspares quanto à sua natureza e atuação, quanto a seus valores e atividades, que podem se complementar, ser concorrentes ou até contraditórias. Elas variam em tamanho, volume de recursos, objetivos e formas de atuação, mas grande parte incorpora o envolvimento de voluntários. Para Fischer (2002, p. 45) “tal diversidade é resultante da riqueza e pluralidade da sociedade brasileira e dos diferentes marcos históricos que definiram os arranjos institucionais nas relações entre o Estado e o Mercado”.

Segundo Thompson (2005, p. 41), a única semelhança entre as instituições que compõem o terceiro setor é o fato de perseguirem propósitos de interesse público. Lembra o autor,

Se existe um ponto em comum nas organizações da sociedade civil ou no “Terceiro Setor” é o de colocar no centro do cenário o social, as pessoas. Se a política se estrutura cada vez mais ao redor do poder e a economia em relação ao lucro, o espaço comum do “Terceiro Setor” são as necessidades humanas, uma certa utopia com relação ao social. O grande desafio é ver como, a partir do social, o mercado pode ser reinventado, para que satisfaça às necessidades de bens e serviços da maioria da população, e não de uma minoria (THOMPSON, 2005, p. 47).

Os conceitos em uso referem-se ao terceiro setor como um conjunto de ações, de empreendimentos sociais, de iniciativas e atividades provenientes e desenvolvidas pela sociedade civil organizada. A expressão também divide espaço com uma série de outras questões que estão interligadas: não governamental, sem fins lucrativos, sociedade civil, independentes, solidárias, associativas etc.

De acordo com Fischer (2002, p. 101), no Brasil o crescimento da importância do terceiro setor está associado a duas principais mudanças que ocorreram no âmbito do Estado: a descentralização administrativa³⁹ e a privatização. Ele possui uma ampla e diversificada presença no país e o governo possui importante papel em sua sustentação financeira.

³⁹ A descentralização administrativa leva para a esfera do Município parte dos serviços públicos chamados essenciais. O município assume, assim, o planejamento e operação de atividades como a educação, a assistência social, a saúde, entre outras.

De fato, as instâncias do Estado financiam e proporcionam apoio técnico e político ao terceiro setor. No entanto, o que acontece na rede não governamental também é de responsabilidade pública, pois quando se partilha, não se perde a responsabilidade.

Montaño (2014, p. 428) indaga se “devemos então rejeitar e nos distanciarmos de todos estes processos?” Ora, argumenta, o autor, “[...] a análise crítica sobre a realidade não equivale mecanicamente à rejeição”. Portanto, não se trata de rejeitar o terceiro setor, de rejeitar processos como:

[...] a formação de cooperativas ou de fontes “alternativas” de renda; como formas de combate à fome ou à pobreza extrema; como a construção de moradias ou cisternas, ou de responder a necessidades pontuais e imediatas. Para quem está desempregado, para quem passa fome, para quem não tem moradia ou acesso a água potável etc., estes processos são, no imediato, fundamentais (MONTAÑO, 2014, p. 428).

Para o autor, estes processos são fundamentais quando se pensa no imediato. Contudo, trata-se também de “não sucumbir ao canto da sereia” (MONTAÑO, 2014, p. 428), como se fossem a solução às inúmeras manifestações da questão social. “Trata-se de compreender a realidade nos seus fundamentos e contradições, criticamente, sem cair em visões românticas sobre os processos sociais que aí estão, e percebendo seu papel social essencial” (ibid., loc. cit), o que requer, assim, uma capacidade crítica de análise, considerando-se os fundamentos da sociedade capitalista.

Segundo Fischer (2002, p. 107), “o caminho mais frequente para que uma organização corporativa mantenha suas linhas de ação social é a criação de um instituto ou fundação, que, com personalidade jurídica própria, assume a missão de Responsabilidade Social”. Com essa iniciativa é possível se criar um espaço independente para operação dos projetos sociais e uma forma de se evitar a contaminação de eventuais problemas vivenciados pela organização.

A primeira normatização do Terceiro Setor foi instituída em 1998, com a promulgação da Lei nº 9.637, a qual define as pessoas jurídicas de direito privado, a composição do conselho administrativo e os fins não lucrativos das organizações

sociais. Posteriormente, com a Lei nº 9.790 de 1999, foram instituídas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs.

Também é importante elucidar que, por vezes, por trás dos projetos sociais, patrocínios, fundações etc., existe também um nítido interesse de classes. De acordo com Menezes (2010, p. 505), as organizações do terceiro setor,

Ao tornarem-se “parceiros” do poder público para a implantação e gestão de programas e projetos sociais, consolidam uma transferência de responsabilidades para a iniciativa privada no campo do investimento social, que, na verdade, seria uma atribuição constitucional do Estado brasileiro em todos os níveis de governo (MENEZES, 2010, p. 505).

Estas organizações, então, canalizam as demandas sociais para o atendimento em âmbito privado. Logo, tal setor se tornou um canal em que as demandas sociais oriundas das manifestações da “questão social” são absorvidas e, por vezes, esvaziadas de sua origem nas contradições de classe, além de respaldadas no discurso da solidariedade e do bem comum, muitas vezes, também, financiadas pelo Estado e/ou por empresas.

Dentre as implicações deste fenômeno, encontra-se a preconização da defesa do Mercado e a tendência de se minimizar a intervenção do Estado. Por outro lado, o terceiro setor atua na execução de programas e projetos de interesse social, mobiliza a participação social, articula comunidades, empresas e organismos internacionais.

De acordo com Loschpe (2005, p. 09) o Terceiro Setor no Brasil “[...] está em processo de fortalecimento e tem um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social”.

O terceiro setor, claro está, tem apresentado crescente importância no atual cenário nacional e mundial. Conforme já apontado, parte do setor privado está no terceiro setor e parcerias foram construídas os setores empresarial e estatal.

Segundo Dowbor (1999, s.p.),

O chamado terceiro-setor aparece como uma alternativa de organização que pode, ao se articular com o Estado e assegurar a participação cidadã, trazer respostas inovadoras. As empresas privadas ultrapassam a visão do assistencialismo, para assumir a responsabilidade que lhe confere o poder político efetivo que têm. Passa-se assim do simples marketing social, frequentemente com objetivos cosméticos, para uma atitude construtiva onde o setor privado pode ajudar a construir o interesse público.

Conforme o autor, as primeiras formas de generosidade assistencial das consciências capitalistas desencadearam a compreensão de que o campo social também é importante para as atividades econômicas.

De um lado, as corporações empresariais, detentoras de capital, buscam cada vez mais modernizar seus sistemas de gestão. E, de outro, o terceiro setor, que possui flexibilidade e capacidade de se relacionar com diversos atores e de buscar parceiros.

A relação entre terceiro setor e empresa ocorre quando as corporações, por meio da responsabilidade social e do Investimento Social Privado, atuam em ações e projetos sociais, através de um setor alocado na empresa, de suas próprias fundações, institutos, ou de com parcerias com ONGs. Nesta forma de investimento, as ações das empresas passam a ser estruturadas e há a preocupação com o seu processo.

Reconhecer as potencialidades das iniciativas sociais do terceiro setor também é importante, pois a atuação das organizações podem potencializar recursos e trabalhar com questões complexas que não são equacionadas pelo Estado. Podem inclusive, experienciar propostas que, muitas vezes, têm o potencial de se tornarem projetos ou mesmo políticas estatais. No entanto, ainda assim é necessário reconhecer, nesse espaço, a saída de cena do Estado, pois foi essa abertura que alimentou o crescimento e desenvolvimento do terceiro setor.

Ao reconhecer os desafios e possibilidades desse setor, resta a árdua exigência de se politizar tal espaço, valorizar a defesa dos interesses públicos diante da cultura do privado e do individual e não incentivar o trabalho voluntário como forma de inibir contratações. Assim como superar a ótica solidária e filantrópica das

ações, é preciso não perder de vista a raiz desse setor, uma vez que as respostas às demandas de interesse público são de primazia do Estado.

2.5.1 Das Fundações, Associações e Institutos

Neste subitem conceituaremos as organizações que são comumente utilizadas como referência ao terceiro setor e apareceram em nossa pesquisa. Isso porque a apresentação dos aspectos jurídicos e civis das entidades do terceiro setor permite compreender sua constituição e distinguir seus mais variados aspectos.

As iniciativas das organizações do terceiro setor são baseadas em trabalho voluntário e associativo e sua orientação é determinada por valores expostos em sua missão. Tais iniciativas atuam no atendimento de necessidades básicas, direitos e garantias sociais, além de explicitarem um encontro de interesses, expectativas e necessidades.

Quanto aos termos utilizados como referência ao terceiro setor, eles possuem diferenças jurídicas. Há uma série de legislações, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções, circulares, portarias e instruções normativas, enfim, que orientam juridicamente e regulam o terceiro setor⁴⁰. No entanto, por se tratar de um vasto campo, selecionamos apenas as principais legislações envolvidas.

De acordo com a Cartilha do Terceiro Setor elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP (2011, p. 08), uma Associação é definida como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, em que pessoas se unem em prol de um objetivo comum. A renda proveniente das atividades deve ser revertida para os objetivos estatutários. Szazi (2006, p. 27) aponta que “uma associação pode ser definida como uma pessoa jurídica criada a partir da união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”.

⁴⁰ Cf. SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: regulação no Brasil**. 4ªed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

A Fundação, segundo a OAB/SP (2011, p. 09), é definida como associação com pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos ou econômicos. O que a diferencia da associação é que ela se forma pela existência de um patrimônio de seu instituidor, por meio de escritura pública ou por testamento, e serve a um objetivo específico em causas de interesse público. Conforme Szazi (2006, p. 37), a fundação pode ser criada apenas por um indivíduo ou após a morte do fundador, que deixa seu desejo registrado em testamento.

A respeito do termo “instituto”, Szazi (2006, p. 27) explica que ele não corresponde a uma pessoa jurídica, mas é utilizado para nomear instituições governamentais ou privadas, com finalidade lucrativa ou não lucrativa, e é constituído sob a forma de associação ou fundação.

A fim de elucidar melhor as diferenças básicas entre Associação e Fundação, segue abaixo um quadro comparativo transcrito na íntegra a partir da Cartilha OAB/SP (2011, pp. 09-10).

QUADRO 2: Diferenças Básicas entre Associações e Fundações

Diferenças Básicas entre Associação e Fundação	
Quadro Comparativo	
Associação	Fundação
Constituída por pessoas.	Constituída por patrimônio, aprovado previamente pelo Ministério Público
Pode (ou não) ter patrimônio inicial.	O patrimônio é condição para sua criação.
A finalidade é definida pelos associados.	A finalidade deve ser religiosa, moral, cultural ou de assistência, definida pelo instituidor.
A finalidade pode ser alterada. Os associados deliberam livremente.	A finalidade é perene. As regras para deliberações são definidas pelo instituidor e fiscalizadas pelo Ministério Público.
Registro e administração são mais simples.	Registro e administração são mais burocráticos.
Regida pelos artigos 44 a 61 do Código Civil.	Regida pelos artigos 62 a 69 do Código Civil.
Criada por intermédio de decisão em assembleia, com transcrição em ata e elaboração de um estatuto.	Criada por intermédio de escritura pública ou testamento. Todos os atos de criação, inclusive o estatuto, ficam condicionados à prévia aprovação do Ministério Público.

Fonte: Cartilha do Terceiro Setor OAB/SP (2011, pp. 09-10)

Além dos registros obrigatórios, as entidades podem buscar outros registros, facultativos, perante o Poder Público, chamados de Certificados, Títulos e/ou Qualificações. Como benefícios possíveis, destaca a OAB/SP (2011, p. 14), as entidades teriam: distinção e inserção num específico regime jurídico; credibilidade à sociedade; obtenção de financiamentos e captação de investimentos privados; acesso a benefícios fiscais; acesso a recursos públicos e celebração de convênios e parcerias.

Os títulos, qualificações e/ou certificados podem ser obtidos nas esferas municipal, estadual e federal. Abaixo, seguem os principais títulos, qualificações e/ou certificados:

QUADRO 3: Títulos, qualificações e/ou certificados

Nome	Descrição
Utilidade Pública Federal (TUPF)	Fundamentada na Lei nº 91/35, Decreto nº50.517/61 e pelo também Decreto nº 3.415/00. Trata-se de uma declaração que é outorgada pelo Ministério da Justiça àquelas entidades que desenvolvem atividades de relevante valor social, em prol da coletividade, e que devem cumprir os requisitos legais da titulação. Oferece como vantagem a dedutibilidade do Imposto de Renda e o recebimento de subvenções, auxílios e doações.
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)	Fundamentada na Constituição Federal de 1988, art. 203, Lei nº 12.101/09 regulamentada pelo Decreto 7.237/10 e Lei nº 8.742/1993. Para pleitear este certificado é necessário cumprir a legislação mencionada. A obtenção do CEAS traz como vantagem a isenção de contribuições para a Seguridade Social.
Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	Fundamentada na Lei nº 9.790/99 e no Decreto nº 3.100/99. Trata-se de uma qualificação que é outorgada pelo Ministério da Justiça àquelas entidades com finalidade de promoção da assistência social, da cultura, defesa e conservação do patrimônio artístico e histórico, de promoção gratuita de educação e saúde, etc. Como vantagem, é possível

	mencionar a dedutibilidade do Imposto de pessoa jurídica doadora, a remuneração dos dirigentes e as parcerias com o Poder Público.
Organização Social (OS)	Fundamentada na Lei nº 9.637/98. Trata-se de uma qualificação às entidades para absorverem atividades de ensino, pesquisa científica, proteção e preservação do ambiente, da cultura e da saúde, além do desenvolvimento tecnológico. Como vantagem, a certificação habilita a celebrar o contrato de gestão com o Poder Público e facilita a administração de recursos, sejam eles materiais, financeiros e/ou humanos, sem a burocracia das normas inerentes ao Poder Público.

Fonte: Tabela por nós elaborada com base na Cartilha do Terceiro Setor OAB/SP (2011, p. 14-26), nas leis supramencionadas e no site do Ministério da Justiça⁴¹.

A apresentação dos aspectos civis das entidades do terceiro setor permite compreender sua constituição e distinção de seus membros nos mais variados aspectos. A questão dos títulos, qualificações e certificados demonstra que tais entidades buscam, junto ao Poder Público, a obtenção de benefícios e diferenciações para a execução de suas atividades.

As entidades celebram o contrato com o Poder Público por meio de Contratos, Convênios, Termos de Parceria e Contratos de Gestão. No que tange aos aspectos tributários, as entidades possuem benefícios fiscais, pois suas funções são tidas como públicas e exercidas em complementariedade às do Estado. A legislação prevê para as entidades a imunidade, que proíbe a tributação por parte dos entes políticos em determinadas situações, e a isenção, que desobriga o pagamento de tributos.

Para pleitear e manter as certificações, as entidades deverão cumprir os requisitos estabelecidos pelas legislações correspondentes. As legislações do terceiro setor, embora diferentes e até paralelas, possuem em comum a normatização da relação entre Estado/Sociedade, as relações de parceria e as ações que envolvem políticas públicas e de acesso a recursos públicos.

⁴¹ Ministério da Justiça. Disponível em: <www.justica.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2015.

3 OS ASSOCIADOS GIFE E A INTERFACE DO SERVIÇO SOCIAL COM O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Este capítulo foi construído com o intuito de expor, primeiramente, algumas considerações a respeito do Serviço Social, ainda que de forma breve, a fim de situá-lo no campo do investimento social privado, o qual compreende a esfera da empresa e das organizações do terceiro setor. Em seguida, será apresentada a rede GIFE e seus associados, que desenvolvem algum tipo de investimento social privado.

A exposição de ambos, Serviço Social e GIFE, constituiu a base para que, posteriormente, fosse construída o que aqui chamamos de interface do Serviço Social com o investimento social privado. Foi realizado, destarte, um recorte de pesquisa junto aos associados GIFE localizados na cidade de São Paulo e aos assistentes sociais inseridos no investimento social privado. A partir dele, realizamos nossas análises aqui apresentadas.

3.1 Considerações sobre o Serviço Social

“[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica e ídeo-política dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 69).

Situar a interface do Serviço Social com Investimento Social Privado, com sua face privada e de interesse público, em um cenário em que a ordem do capital evidência sua força na destruição ambiental e social como requisito para sua reprodução, não constitui tarefa fácil. Ao mesmo tempo em que o capital assegura a produção e a reprodução do sistema, também tem demonstrado empenho em administrar os impactos causados, por exemplo, à questão ambiental. Tal fato, no

entanto, constitui ainda uma administração desenvolvida pela lógica de reprodução capitalista.

A temática do investimento social privado interpela o Serviço Social, assim, por se tratar de um espaço de exercício profissional. Nesse sentido, pode-se afirmar que este estudo apreendeu tal temática através do movimento do real e que o aporte da teoria revelou-se imprescindível para que a trajetória de intervenção do Serviço Social e a maneira como ele se encontra hoje no cotidiano do investimento social privado fossem apontadas.

Para situar a mencionada interface, será necessário, primeiramente, entender o Serviço Social no movimento histórico das relações sociais da sociedade capitalista. E, em particular, nas respostas que o Estado e a sociedade constroem no que tange às manifestações da questão social.

Desta maneira, o trabalho do(a) Assistente Social será entendido, aqui, pela categoria “trabalho”, a qual, para Karl Marx, é a essência humana. De fato, para Marx, em uma sociedade comandada pelo capital, o homem é produto do trabalho. Ora, o/a assistente social, inserido, como todos os outros profissionais neste sistema, está igualmente subordinado a vender a sua força de trabalho.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83), o Serviço Social se afirma como um tipo de especialização do trabalho coletivo, constituído a partir de um conjunto de necessidades sociais provenientes das classes sociais e de suas práticas históricas no ato de produzir e reproduzir, de modo a determinar socialmente seus meios de vida e de trabalho. Segundo os autores,

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas *necessidades sociais* e *novos impasses* que passam a exigir profissionais *especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 83).

O Serviço Social se desenvolve, então, como especialização do trabalho e seu processo de institucionalização está vinculado à criação de grandes instituições que ampliaram o mercado de trabalho. De acordo com Yasbek (2012a,

p. 125), desde a emergência do Serviço Social, sua ação é “[...] subordinada aos objetivos e ao perfil institucional”.

A gênese do Serviço Social no Brasil é datada nos anos de 1930, vinculada à dinâmica do capitalismo monopolista e à necessidade de controle das expressões da questão social. Segundo Martinelli (2011, p. 156), “a origem do Serviço Social como profissão tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis subjacentes – alienação, contradição e antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.” Ele é Fruto das iniciativas da Igreja Católica, com surgimento no “bloco católico” e desdobramento na Ação Social e Ação Católica⁴², da burguesia e do Estado.

Cabe adicionar que as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram baseadas no modelo europeu e receberam, na década de 1930, influência do modelo franco-belga de ação social. Gradativamente, esse eixo de influência se deslocou do modelo europeu para o modelo americano, especificamente a partir da década de 1940. Isso graças a um programa de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil, quando bolsas de estudo foram concedidas para a realização de especializações fora do país (IAMAMOTO, 2014).

O Serviço Social norte-americano era baseado na perspectiva teórica funcionalista (positivista) e essa aproximação significou uma mudança na prática profissional a partir da importação dos métodos Serviço Social de Casos e, posteriormente, Serviço Social de Grupo e de Comunidade. Convém pontuar que o caráter funcionalista ainda marca o Serviço Social brasileiro nos dias atuais (IAMAMOTO, 2014).

As mudanças mais significativas para a profissão começam a ser sentidas a partir da década de 1960, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social⁴³. Tal movimento nasceu com o fim de superar o Serviço Social

⁴² A análise desse momento histórico pode ser encontrada em: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de interpretação histórico-antológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

⁴³ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorreu em toda a América Latina, no período de 1965 a 1975 com debates sobre o sentido da profissão. Ele tornou pública a insatisfação tanto das concepções como das práticas do chamado Serviço Social “tradicional” (que compreende uma prática empirista, paliativa, bem como reiterativa e burocratizada). A veiculação das ideias marxistas contribuiu para o embasamento teórico e para o questionamento da prática conservadora. Para um

“tradicional” dos modelos importados da Europa e dos Estados Unidos da América, acima citados, e adequá-lo para a realidade social dos países da América Latina.

A análise detalhada de como se gestou o Serviço Social escapa aos objetivos deste texto, porém destacamos que sua implantação não foi um processo isolado, mas se relacionou com as transformações econômicas e sociais pelas quais atravessava a sociedade brasileira e com a dinâmica particular do modo de produção capitalista em seu estágio monopolista. Lembra Yasbek (2012, p. 130) “[...] o Serviço Social profissional se consolidou como profissão na sociedade brasileira, na medida em que as intervenções do Estado no campo social foram se consolidando”.

Sobre o significado social do Serviço Social, podemos afirmar que este não se revela no imediato, conforme aponta Iamamoto (2014, p. 163):

O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.

O Serviço Social, de fato, trabalha com as mais amplas expressões da questão social com o objetivo de fazer seu enfrentamento, desvelando à população os direitos sociais e os meios para seu acesso. A profissão de assistente social é, sem dúvida, histórica: faz parte de uma construção social, com projeto ético-político profissional⁴⁴ construído coletivamente e historicamente situado.

estudo mais detalhado, consultar: NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007; e IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

⁴⁴ Segundo Netto (1999, p. 95), “os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (entre estas, também e destacamente o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais”.

Em relação a este projeto, recorda Iamamoto (2013, p. 191):

Trata-se, aqui, de um projeto profissional que, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do Assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico.

O projeto profissional possui, como podemos observar, princípios éticos⁴⁵ norteadores, com definida direção social. Da mesma forma, o exercício profissional em consonância com o que é defendido pela categoria, requer conhecimento e compromisso com o código de ética⁴⁶, lei que regulamenta a profissão⁴⁷, e demais leis e ferramentas que dão base e sustentação às ações profissionais.

O/a assistente social é um profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho e seu exercício exige determinados saberes e conhecimentos interventivos, que fundamentem sua intervenção. Nesse sentido, segundo Guerra (2013, p. 47):

Pela forma de inserção sócio profissional na divisão social do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita

⁴⁵ Dentre os princípios éticos, destacam-se: “o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores” (CRESS-7ª Região, 2000, s.p.).

⁴⁶ O Código de Ética do Serviço Social representa a dimensão ética da profissão, tem caráter normativo e jurídico. Define direitos e deveres, bem como delinea parâmetros ao exercício profissional. Mais informações em: CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁴⁷ A profissão do Assistente Social é regulamentada pela Lei 8.662/93, que assegura as competências e atribuições privativas do profissional etc. Mais informações sobre a profissão de Assistente Social e outras providências disponíveis em: BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htmf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara estratégia.

Convém destacar que a intervenção técnico-operativa do/a profissional não é neutra. É referenciada, sim, pela dimensão ético-política que se encontra ancorada em fundamentos teóricos. De fato, temos diferentes contextos em que a profissão se realiza, mas que ocupam um lugar específico na divisão social e técnica do trabalho.

Em relação ao campo empresarial desde 1940, certas empresas já contavam com Assistentes Sociais no seu quadro de colaboradores. Entretanto, somente a partir do final da década de 1970 se verificou um aumento destes profissionais no campo empresarial. Isso em razão também da flexibilização dos processos de produção que repercutiram nas relações de trabalho. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p. 89),

A isto se aliam as alterações implementadas pelo empresariado, relativas à administração e gerência das relações industriais. Passam a lançar mão de técnicos qualificados na área de “relações humanas” – entre eles o Assistente Social – para a implementação de políticas de pessoal, diante da necessidade de racionalização da produção e do trabalho, exigidas pelo aprofundamento do processo de industrialização nos moldes do grande capital.

As empresas notaram que o (a) Assistente Social poderia contribuir na organização das relações pessoais no âmbito laboral. Isso porque proporcionavam ganhos em termos de qualidade de vida no trabalho. Entretanto, estavam reafirmando os interesses capitalistas da instituição empregadora (MILANI, 2014b, p. 624).

Para situar a requisição do Serviço Social no meio empresarial, cumpre referenciar que a expansão da profissão pode ser notada a partir da década de 1960, quando ela se moderniza e quando “[...] há, também, um significativo alargamento das funções exercidas por Assistentes Sociais, em direção a tarefas, por exemplo, de coordenação e planejamento, que evidenciam uma evolução no *status* técnico da profissão” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 358).

Segundo Yamamoto (2008, p. 47), inicialmente a intervenção do Assistente Social nas empresas esteve voltada às relações sociais do trabalho de forma que:

O Serviço Social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho.

O que demonstra que a requisição do Serviço Social pelas empresas neste momento atendia às questões que pudessem interferir no processo de produção, como o absenteísmo, citado pela autora, entre outras situações, como alcoolismo, acidentes etc.; e às questões que afetassem o desempenho no trabalho, como doenças, conflitos familiares, etc. Ou seja, aspectos relacionados à vida privada do trabalhador.

A requisição deste profissional confirma o surgimento de novas demandas sociais no âmbito empresarial para o desenvolvimento de ações, conforme aponta Mota (1985, p. 16):

A presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

A autora indica, deste modo, que a intervenção do/a assistente social esteve voltada à preservação da força de trabalho e à mediação de comportamentos e conflitos, atendendo, assim, às necessidades do capital, dos trabalhadores e de suas famílias.

Segundo Yamamoto (2013, p. 53), “a empresa tem no Assistente Social um dos técnicos privilegiados para exercer o papel de mediador entre a indústria e a vida privada do operário”. O profissional adentra à vida privada do trabalhador e, por

meio de programas de interação entre empresa e comunidade, estabelece fios articuladores que controlam o tempo livre.

Para nortear o exercício profissional, os/as assistentes sociais contavam com produções bibliográficas da época e com discussões de grupos de profissionais, como, por exemplo, o Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho – GESSOT e o Grupo Meta, ambos em São Paulo, e o Grupo Operacional de Serviço Social em Empresa – GOSSE, no Rio Grande do Sul. Esses grupos foram de grande importância, sobretudo no diálogo e troca de experiências entre os/as assistentes sociais da empresa (GOSSE, 1991, p. 46). Cabe adicionar, que atualmente também existe o Grupo de Estudos de Serviço Social na Empresa – GESSE no Rio de Janeiro.

Como observamos a partir da conjuntura histórica apontada no primeiro capítulo, foram implementadas, com a reestruturação produtiva, novas formas de gestão empresarial, as quais foram acentuadas em meados da década de 1990. Tal movimento também trouxe novas demandas ao Serviço Social, além de conteúdos renovados para o controle do processo de produção.

Cabe, ainda, lembrar que a requisição do/a assistente social nas ações de Responsabilidade Social e de Investimento Social Privado se deu dentro das condições e das relações sociais que lhe deram inteligibilidade e o tornaram necessário na intervenção das novas demandas sociais que surgiram no mundo da produção.

O trabalho do/a assistente social na responsabilidade social empresarial e no investimento social privado ocorre, assim, em empresas e em organizações do terceiro setor, sejam elas OSCIPs, ONGs, fundações, associações e institutos. Em seu cotidiano, o profissional lida com determinados conceitos, tais como: socialmente responsável, investimento social, consumo consciente, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, etc., específicos da área. Estes conceitos se fazem presente, sobretudo, a partir de meados da década de 1990 e têm ganhado cada vez mais espaço e preponderância face às demandas de intervenções sustentáveis.

Trata-se de um contexto que desafia a decifração das contradições de um tempo histórico, que se caracteriza por aceleradas mudanças “[...] e por uma nova sociabilidade e uma nova política onde a herança desestruturadora do neoliberalismo ainda se inscreve” (YAZBEK, 2012, p. 117).

Entendemos que a inserção do Serviço Social no domínio empresarial é permeada por interesses contraditórios. Não que em outros campos tais interesses não existam, mas o campo empresarial, em especial, é um espaço sócio-ocupacional desafiador, posto que o profissional é contratado para garantir as estratégias empresariais e os objetivos corporativos. E também porque a lógica das empresas é de lucratividade e não de efetivação e garantia de direitos, uma vez que cabe ao Estado a função de provedor de direitos sociais.

É importante se destacar que o mercado é o espaço em que se manifesta a lógica da sociedade capitalista, da produção, da organização e da distribuição de mercadorias. A atividade no mercado de trabalho possui um significado sociopolítico e indica a necessidade e/ou utilidade do profissional que, de certa forma, contribui para manutenção de uma certa lógica social, ou até mesmo de sua transformação. Assim, indica lamamoto (2009, p. 12),

[...] as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação

3.1.1 O Serviço Social e o Cotidiano

É no cotidiano que a vida se realiza. “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”.

Heller (2012)

Enquanto espaço de atuação do Assistente Social, o cotidiano é também um espaço contraditório, mas que não deixa de ser um solo fértil para o exercício profissional. Na prestação de serviços sociais, o Serviço Social atende às demandas e necessidades sociais dos sujeitos, ao passo que também contribui com a reprodução da ideologia dominante. Sua legitimação encontra-se nas respostas que dá às necessidades histórico-sociais, e é neste trabalho que a identidade do profissional se constrói.

Para introduzirmos a discussão sobre o cotidiano, cabe primeiramente apontar que o cotidiano se trata de um espaço de múltiplas determinações e que envolve diversas mediações. Conforme Carvalho e Netto (2012, p. 23), o cotidiano é um campo imediato e “a vida cotidiana é aquela dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias [...]”. Não é possível pensar o homem sem vida cotidiana e não há sociedade sem a cotidianidade.

O/a Assistente Social, como outros profissionais, possui determinada rotina, com um certo número de pessoas para atender, com atividades diárias que se repetem e intervenções nas quais, muitas vezes, devido ao tempo e às condições apropriadas, a reflexão e o planejamento não são realizados. Cabe apontar que rotina e cotidiano não são sinônimos. De maneira simples, sem pretender reduzir o assunto, a rotina pode ser entendida como uma construção que fazemos para organizar nosso dia a dia e também nosso cotidiano.

A cotidianidade tem a espontaneidade como característica. Nesse caso, as demandas que se manifestam no cotidiano chegam ao profissional que as apreende de forma imediata e o exercício da profissão pode passar a responder tais demandas de forma mecânica, sem se dar conta que está apenas cumprindo rotinas institucionais, metas e critérios. Segundo Guerra (2012, p. 46), o cotidiano tem, de fato, como características, o espontaneísmo e imediatismo:

Neste contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos.

É importante considerar que a dinâmica, as requisições e as condições objetivas por meio das quais a intervenção profissional se realiza não são facilitadoras de reflexão. O Serviço Social é fundamentalmente operativo e a rotina faz com que esse cotidiano apareça, por vezes, isento de teoria, de racionalidade, de valores éticos e direção política e social. O olhar do profissional no cotidiano é muito seletivo, mas é preciso ir além da imediaticidade que se coloca no aparente.

Segundo (GUERRA, 2012, p. 47),

Ocorre que o nível do cotidiano é o nível do senso comum. Para a consciência comum, que atua nas demandas do cotidiano, a atividade prática contrapõe-se à teoria, ou, como se costuma ouvir, na prática a teoria é outra. Esta passa a ser considerada desnecessária ou um entrave à prática, compreendida como sinônimo de atividade, resultando na prática irrefletida.

A prática irrefletida não ultrapassa a imediaticidade do cotidiano. Responder apenas às demandas imediatas condiciona o exercício profissional à cotidianidade, que o limita, distanciando o fazer profissional do referencial teórico – relação teoria-prática. Cabe evidenciar que a teoria também não é por si só um receituário de como agir no trabalho profissional. A prática e o conhecimento devem andar juntos. Como uma unidade dialética (teoria-prática), o saber deve ser pensado como possibilidade e é na cotidianidade que ele deve se revelar (GUERRA, 2012).

Comportamentos messiânicos (visão heroica) ou fatalistas (que naturaliza a vida social e demonstra uma visão perversa) da profissão estão, por vezes, presentes no fazer profissional. Mas deve estar claro que não se trata de culpabilizar o profissional, pois muitas situações não dependem apenas de sua ação individual. Ela está relacionada a um conjunto de determinantes.

Por fim, cabe apontar que não existe cotidiano sem história. É na vida cotidiana que a história se desvenda ou até mesmo se oculta (HELLER, 2012).

Com as reflexões aqui expostas, destarte, apontamos alguns aspectos de interação que determinam o trabalho cotidiano do(a) Assistente Social a fim de se oferecer subsídios teóricos para o cotidiano no investimento social privado.

3.2 A Rede GIFE

O GIFE foi escolhido como campo empírico de pesquisa porque concentra associados que desenvolvem algum tipo de investimento social privado. Constitui-se como uma rede sem fins lucrativos de conhecimento e relacionamento. Reúne organizações de origem empresarial, independente, familiar ou comunitária, que possuem investimentos em projetos cuja finalidade é sempre pública. É referência no Brasil e contribui com organizações similares em outros países.

A forma de atuação do GIFE compreende a promoção de uma rede de relacionamento com espaços para articulação dos associados. Rede esta que difunde conhecimento, informações, ferramentas e práticas para o desenvolvimento das organizações, além de aprimorar o investimento social através da troca de experiências e da construção de referências. O GIFE, deste modo, representa o setor perante outras redes e perante o governo. Realiza cursos, congressos, eventos e reuniões sobre questões do campo social. E ainda, produz pesquisas, artigos e publicações⁴⁸.

A rede GIFE congrega os principais investidores sociais privados do país. São investidores diferenciados que marcam a diversidade da rede e que investem na área social por meio de projetos próprios ou de terceiros. O GIFE tem, assim, por missão “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum” (GIFE, s.d.;s.p.)⁴⁹, e por objetivo:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para interesse público (GIFE, s.d.;s.p.).

⁴⁸ Mais informações: GIFE. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁴⁹ Mais informações: GIFE. Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_missao_objetivos.asp />. Acesso em: 22 ago. 2015.

Além disso, tem como visão norteadora “um setor de investimento social relevante e legítimo, que abrange diversos temas, regiões e públicos, formado por um conjunto sustentável e diversificado de investidores” (GIFE, s.d;s.p.).

Cabe aqui contar – e registrar - um pouco da história do GIFE para compreendermos o contexto de seu surgimento, dado que ele remete a um período em que as informações não eram divulgadas na internet. Por essa razão, partes dessa história vivida, contadas através de depoimentos, foram aqui registradas. Bem o lembra loschpe⁵⁰ (2015, s.p.):

Então nós praticamente não existimos. O fato de que tudo o que foi feito na criação do GIFE não está online, porque não está, de fato não era registrado dessa forma. Significa que a história do GIFE está em papéis, em caixas em depósito que vão amarelecendo. Se a gente não der uma polida nelas e trazer de volta, realmente essa história vai se perder.

Para apresentarmos a história da criação do GIFE, então, recorreremos às falas de Evelyn loschpe, gravadas no encontro dos 20 anos do GIFE, e às falas de Roberto Galassi Amaral⁵¹, fornecidas em entrevistas e em materiais publicados pelo GIFE.

Para se entender a história do GIFE também é importante considerar o palco do momento histórico da década de 1980, principalmente no que se refere à sociedade civil e à democracia, uma vez que sua história também está articulada à história recente do Brasil. Bem o narra loschpe (2015, s.p.):

Nós estávamos, naquele momento, saindo da Constituinte... Se vocês lembram bem, nos anos 80, quando a maioria das fundações empresariais foram criadas nós estávamos em pleno processo de redemocratização. Muitos de nós eram militantes no movimento estudantil e tínhamos uma ideia do que queríamos para o Brasil. Ao mesmo tempo representávamos empresas que não necessariamente pensavam como nós, e esse diálogo foi um diálogo importante de administrar.

⁵⁰ Evelyn Berg loschpe é socióloga e jornalista. Foi co-fundadora e presidente do GIFE e organizadora do livro 3º setor: desenvolvimento nacional sustentado, que utilizamos neste trabalho.

⁵¹ Roberto Galassi Amaral ocupou a posição de superintendente no GIFE, participou do nosso exame de qualificação e contribuiu com o resgate da história de constituição do GIFE.

A promulgação da Constituição Federal de 1998, destarte, contribuiu para a abertura da participação da sociedade civil, fato que criou um arcabouço referencial para a organização do GIFE. Esse cenário colaborou para o surgimento de uma agenda pública que teria, como protagonista, o setor empresarial. De fato “os movimentos da sociedade civil vinham encontrando uma maneira de se expressar muito nova e o GIFE, de alguma forma, queria se posicionar dentro disso” (IOSCHPE, 2015, s.p.).

De acordo com o GIFE (2006, p. 35), em 1988, a fim de encontrar melhores meios para aperfeiçoar o trabalho desenvolvido, representantes da Alcoa e da W.K Kellogg Foudation sugeriram o desenvolvimento de um seminário sobre filantropia ao Comitê de Relações com a Comunidade da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, em São Paulo - AMCHAM⁵². O encontro foi realizado no ano seguinte e estimularia, então a criação de um subcomitê composto pelas fundações W.K Kellogg, Bradesco, Ford, Odebrecht, Iochpe, e pelos institutos Itaú Cultural, Alcoa, C&A, Vitae e Xerox.

Segundo Amaral (2015, s.p.), os grandes apoiadores para formação do GIFE na época foram:

[...] a fundação Ford e a Fundação Kellogg. As duas. Teriam outras, a Fundação MacArthur, a Vitae, que contribuíram muito para a formação do GIFE e para a formação conceitual do GIFE também. A Fundação Kellogg traz em seu percurso uma história de discussão, de desenvolvimento social nos cinco continentes, e ela vem apoiar uma instituição associativa reforçando em sua agenda o debate da filantropia empresarial.

A constituição, em 1989, do primeiro grupo de discussões no Brasil sobre a filantropia na Câmara Americana de Comércio formou, então, a base para que o GIFE iniciasse sua trajetória, ainda que informal. Conforme o histórico disponível no site do GIFE⁵³, “as ações desse grupo, que se reunia informalmente a cada dois meses, foram o embrião do GIFE”. Para Ioschpe (2015, s.p.), “foi o grupo

⁵² Falas fornecidas no exame de qualificação, aos 09 de junho de 2015.

⁵³ Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_historico.asp>. Acesso em: 02 ago. 2015.

inicial que começou a pensar as questões relativas ao que então se chamava de filantropia”.

O GIFE foi o primeiro grupo na América do Sul que reuniu organizações de origem privada, investidoras de recursos privados em projetos sociais. Segundo loschpe (2015, s.p.), a trajetória para sua estruturação foi a seguinte:

Nós fizemos alguns seminários. Fomos ao México. A única outra estrutura semelhante ao GIFE que havia na época estava no México. Fomos aos Estados Unidos também para entender esse fantástico movimento, robusto movimento da filantropia americana com volume que, enfim, nos indicava alguns caminhos para aquilo que nós queríamos criar um dia.

Mesmo na informalidade, o grupo teve permanência e constância. É preciso considerar que, no Brasil, no início dos anos de 1990, houve a difusão dos conceitos de responsabilidade social, investimento social e terceiro setor. Mas, o cenário das ações filantrópicas esboçava preocupações. Segundo o histórico disponibilizado no site do GIFE (2015, s.p.)⁵⁴,

O desgaste das ações filantrópicas na opinião pública, provocado pela corrupção no sistema social e na Legião Brasileira de Assistência (LBA), levou o grupo a mostrar ao país que havia muitas organizações realizando um trabalho sério na área social, investindo recursos privados com fins públicos. Assim, em 26 de maio de 1995 realizou-se a Assembleia de Constituição do GIFE, com a presença de 25 organizações, tendo como seu primeiro documento aprovado o Código de Ética.

O GIFE é resultado desse processo de fortalecimento da sociedade civil e do envolvimento do empresariado. Uma série eventos marcaram esse período e, de certa forma, repercutiram no GIFE. Em 1990 ocorreu a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8069/90, que disporia sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Pouco tempo depois, em 1992, ocorreria o Impeachment do Presidente Fernando Collor. Este é um momento em que, conta loschpe (2015, s.p.),

⁵⁴ Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_historico.asp>. Acesso em: 02 ago. 2015.

A sociedade civil sai a rua, que dizer, nós estamos vindo de um período obscuro onde a sociedade civil não se manifesta e em 92 o impeachment é resultado dessa mobilização da sociedade civil e as ONGs que eram na verdade esse terceiro setor, encontram nas fundações empresariais uma interlocução que modifica o diálogo do terceiro setor com o primeiro e o segundo. De repente, entidades empresariais são aquelas que estão a frente de um diálogo em nome da sociedade civil. Nesse momento há, como em muitos solavancos da nossa história recente e nem tão recente assim, denúncias de corrupção na área social, muito importantes, e na LBA, e nesse momento essas denúncias de alguma forma impulsionam os membros do GIFE para que nós nos constituíssemos realmente como um grupo. Então, em 95, tem aquela questão que foi muito determinante, mais um escândalo, mais um mensalão, petrolão, ali foram os anões do orçamento que estavam, na verdade, fabricando dinheiro em loterias e que iam para fundações fantasmas. Então a imprensa estava coberta do termo “filantropia”, o que é isso, o que são esses recursos que vão para o social, isso é “filantropia”. E nós ficamos com o grupo muito preocupados que aquilo que se estava esboçando que não era nenhuma concretude fosse entendido de forma equivocada... e foi o impulso que faltava para criar o GIFE.

Conforme loschpe (2015, s.p.), esses sucessivos escândalos que envolveram o mandato do presidente Fernando Collor fizeram o GIFE pensar sobre sua informalidade. As ações filantrópicas, desgastadas frente à opinião pública devido à corrupção em algumas organizações sociais, integraram um conjunto de questões que foram determinantes para forçar o grupo a mostrar que havia, na área social, organizações realizando o investimento de recursos para fins públicos de forma séria.

Assim, em 25 de maio de 1995, em uma Assembleia da Constituição, ocorreu a institucionalização do GIFE, que o Código de Ética como primeiro documento aprovado (GIFE, 2006, p. 36). O grupo foi formalizado por 25 instituições e a primeira presidente foi Evelyn Berg loschepe, com uma gestão de 3 anos.

Neste período de institucionalização do GIFE, conta loschpe (2015), “a Fundação Roberto Marinho estava sendo convidada para fazer o Terceiro Congresso Ibero Americano de Filantropia [...] e tinha esse convite para que o Brasil assumisse o Terceiro Congresso de Filantropia [...]”.

De acordo com loschpe (2015, s.p.), a Fundação Roberto Marinho entrou em contato com o GIFE e ressaltou a importância da realização desse Congresso pelo grupo. Mesmo com algumas dificuldades operacionais devido a recente estruturação física e de pessoal, o grupo aceitou o desafio:

E aí começamos a discutir a questão da filantropia, que era uma questão muito central. O Congresso nos vinha com esse nome e nós entendíamos que aquilo que nós fazíamos no Brasil não era filantropia. Os volumes de recursos envolvidos no nosso terceiro setor não eram comparáveis aos volumes, por exemplo, dos Estados Unidos, e a atitude também do empresário não era a mesma. O empresário estava disposto a fazer um investimento social, um investimento no desenvolvimento social e esse investimento visava retorno, no sentido de retorno de desenvolvimento. Então não é mais aquela atitude da filantropia de tirar do bolso e simplesmente doar, mas fundações que operavam seus próprios programas e que se entendiam de uma forma totalmente diferente (IOSCHPE, 2015, s.p.).

Nesta época, o GIFE foi um importante indutor de pautas e articulador desse setor que estava, então, em desenvolvimento. Conforme o GIFE (2006, p. 33), o Brasil possui uma história de filantropia de quase 500 anos e apenas recentemente passou a viver uma mudança gradativa no ato de doar. Descobre-se, assim, progressivamente, o potencial que os recursos privados representam no sentido de contribuir na transformação da realidade social. Conta-nos Amaral (2015, s.p.)

E eu tive contato, naquela época, com as discussões que se fazia nacional e internacionalmente sobre o que é filantropia para o Brasil. Foi necessário fazer primeiro uma discussão sobre a filantropia para, depois, localizar o espaço empresarial neste tema, uma vez que a filantropia no Brasil coloca muito a ideia no indivíduo, na pessoa física, na caridade, enquanto a discussão da filantropia naquele grupo se destacava como a empresa se insere nesta questão.

De acordo com Loschpe (2015, s.p.), “*Filantropia* vem do grego e significa ‘amor à humanidade’, implicando uma ação altruísta e desprendida”. As empresas, institutos e fundações desenvolviam suas atividades, mas visavam um retorno em desenvolvimento. No entanto, a filantropia não se confundia com desenvolvimento social, que é uma ação do Estado.

O *Encuentro Iberoamericano de Filantropía*, como assim foi chamado nas edições que aconteceram na Espanha e no México, foi realizado no Brasil na

cidade do Rio de Janeiro em 1996, e nomeado de III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor. Desse encontro foi publicado um livro pelo GIFE⁵⁵.

Segundo Amaral (2015, s.p.),

Neste evento, o GIFE expõe essa trajetória de discussão para identificar da filantropia a filantropia empresarial. A primeira expressão que surge, após este período de discussão, é o conceito da filantropia empresarial. Já no período formal, este debate toma corpo e tem a ver com uma relação de reflexão entre profissionais das empresas com o tema da filantropia, com o tema social por parte da empresa.

Nesse contexto, um outro termo que passa a fazer parte desse glossário é “cidadania empresarial”. Como conta Amaral (2015, s.p.)

No momento seguinte à minha chegada, o conselho e a sua assembleia votam à ideia da cidadania empresarial e aí cria-se o fórum permanente da cidadania empresarial [...] Isso nos identificava à outra condição. Eu me lembro que a gente se relacionava muito com o Sílvio Caccia Bava, que na época era presidente da Abong. Ocorria, dentro do GIFE, a discussão sobre o marco legal, que depois se tornou a Lei das OSCIPs. Acontecia isso dentro do GIFE. Recordo das discussões [...] sobre a qualidade trazida na expressão “cidadania empresarial” porque, dizia, cidadania é uma qualidade de um indivíduo e não era passível de aplicação a uma organização. Mas, de todo modo, a cidadania empresarial permaneceu com uma fundamentação muito relevante no aspecto de que a empresa se coloca.

É importante realçar, nesse contexto, a criação do Ethos em 1998, que, segundo Amaral (2015, s.p.), “provocou também movimentos e ondas reflexivas para dentro do próprio GIFE [...]”. “É nesse momento”, lembra Amaral, “que se rompe com a cidadania empresarial, com a expressão cidadania empresarial e nasce o investimento social privado”.

Quando o Ethos postula a ideia de responsabilidade social corporativa e a coloca como um modelo de gestão, isso “provoca dentro do GIFE uma certa inquietação porque, de imediato, acaba colocando o investimento social privado numa condição menor que o modelo de gestão” (AMARAL, 2015, s.p.). Isso ocorre

⁵⁵ IOSCHPE, Evelyn [et al]. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

porque, “no universo da gestão, o modelo da gestão é instrumento e tecnologia e estão hierarquicamente ligadas [...] não é um melhor nem pior que o outro, maior ou menor, mas de que nós estamos tratando de agendas complementares” (AMARAL, 2015, s.p.).

Segundo o GIFE (2006, p. 45), “o que diferencia a ação social dessa rede é que o investimento não se caracteriza pela simples doação e sim por um envolvimento consciente e estruturado, feito de forma planejada, monitorada e sistematizada”.

As organizações se reúnem no GIFE, que trabalha pela difusão do investimento social privado e contribui para o desenvolvimento de seus associados. Sua criação simbolizou no país a evolução da atuação socialmente responsável em um momento em que a filantropia recebeu um caráter negativo. O GIFE é, destarte, resultado do processo de redemocratização do Brasil, juntamente com o fortalecimento da sociedade civil e amadurecimento do empresariado.

Em 2015, o GIFE comemorou seus 20 anos de existência, marcados por desafios e conquistas. Em sua segunda década, contudo, já é possível fazer alguns apontamentos, como a intensificação das estratégias de articulação e parcerias entre os institutos e as fundações para ações conjuntas, bem como a articulação com as políticas públicas. Como ações até 2020:

A proposta será ampliar a diversidade, a legitimidade e o impacto de investidores sociais por meio de um conjunto de oito agendas estratégicas. Destas, cinco envolvem temáticas importantes para o investimento social por significarem alternativas promotoras de uma visão sistêmica e integrada para a atuação dos associados. São elas: (i) alinhamento do investimento social às políticas públicas; (ii) fortalecimento das organizações da sociedade civil; (iii) fomento à cultura de doação; (iv) negócios de impacto social e (v) alinhamento entre investimento social e o negócio. Já três delas são consideradas estruturantes por oferecerem bases sólidas para o desenvolvimento do investimento social como um todo: (vi) governança e transparência, (vii) avaliação e (viii) comunicação (GIFE, 2015, s.p.).

Cabe adicionar que o GIFE e seus associados também possuem uma atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, lançado pela

ONU em 2015. Trata-se de uma agenda mundial que soma 17 objetivos e mais 169 metas que englobam ações nas áreas de segurança alimentar, educação, erradicação da pobreza, agricultura, redução das desigualdades, entre outras.

Em abril de 2015 realizamos um levantamento com os associados do GIFE e constatamos que a rede possuía um total de 129 membros no Brasil. No entanto, até o final de nossa pesquisa, no ano de 2016, o número de associados se modificou e em fevereiro de 2016 contava com 132 membros (GIFE, 2016). Apesar desta alteração, decidimos manter a primeira base de dados adquirida.

Categoricamente, o total de associados do GIFE é dividido em: Fundações e Associações Empresariais (66); Fundações e Associações Familiares (22); Fundações e Associações Independentes (15); Fundações, Institutos e Associações Comunitárias (2); Empresas (24). Em seguida, apresentamos quadros com os nomes dos associados e sua classificação, fornecidos pelo GIFE em abril de 2015.

QUADRO 4: Fundações e Associações Empresariais (66)

Fundação André e Lúcia Maggi	Fundação Volkswagen	Instituto Grupo Pão de Açúcar
Fundação Aperam Acesita	Instituto 3M	Instituto Holcim
Fundação ArcelorMittal Brasil	Instituto Abramundo	Instituto HSBC Solidariedade
Fundação Banco do Brasil	Instituto Alair Martins	Instituto Invepar
Fundação Bradesco	Instituto Alcoa	Instituto Júlio Simões
Fundação Bunge	Instituto Algar	Instituto Itaú Cultural
Fundação Cargill	Instituto Arcor Brasil	Instituto Lina Galvani
Fundação CSN	Instituto Avon	Instituto Lojas Renner
Fundação Educar Dpaschoal	Instituto BM&FBovespa	Instituto Natura
Fundação Grupo Boticário	Instituto BRF	Instituto O Boticário
Fundação Iochpe	Instituto C & A	Instituto Paulo Montenegro
Fundação Itaú Social	Instituto Camargo Corrêa	Instituto Positivo
Fundação Jari	Instituto Coca Cola Brasil	Instituto Renault
Fundação John Deere	Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo	Instituto Sabin
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	Instituto Cyrela	Instituto Souza Cruz

Fundação Nestlé Brasil	Instituto Ecofuturo	Instituto Synthesis
Fundação Odebrecht	Instituto EDP	Instituto Unibanco
Fundação Oftalmológica	Instituto Elisabetha Randon	Instituto Unimed Vitória
Fundação Otacílio Coser	Instituto Embratel Claro	Instituto Votorantim
Fundação Telefônica	Instituto Embraer	Instituto Wal-Mart
Fundação Via Varejo	Instituto Estre	Oi Futuro
Fundação Vale	Instituto Eurofarma	ProUnim – Unimed Cuiabá

Fonte: GIFE (2015).

Segundo o conceito exposto pelo Censo GIFE (2013, p. 14), Institutos e Fundações Empresariais “são organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma empresa ou seus acionistas. São geridas por pessoas ligadas à empresa que as mantém”.

QUADRO 5: Fundações e Associações Familiares (22)

Fundação Arymax	IMPAES
Fundação Jaime Câmara	Inspirare
Fundação José Luiz Egydio Setubal	Instituto ABCD
Fundação Lamb Watchers	Instituto Alana
Fundação Lemann	Instituto Arapyaú
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Instituto Ayrton Senna
Fundação Roberto Marinho	Instituto Desiderata
Fundação Romi	Instituto JAMA
Fundação Stickel	Instituto Jatobás
Fundação Tide Setúbal	Instituto Península
Fundação Victor Civita	Instituto Samuel Klein

Fonte: GIFE (2015).

Institutos e Fundações Familiares são definidos pelo Censo GIFE (2013, p. 17) como: “organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma família e geridas por seus membros. Não apresentam vínculos de governança ou gestão com a empresa, mesmo que esta seja uma empresa familiar”.

QUADRO 6: Fundações e Associações Independentes (15)

Aldeias Infantis SOS	Fundação José Silveira
Brazil Foundation	Fundação Projeto Pescar
ChildFund Brasil	Fundação Avina
Childhood Brasil	ICCO Cooperation
Instituto Criança é Vida	Instituto Arredondar

Fundação Amazonas Sustentável	União Marista do Brasil
Fundação Ford	United Way Brasil
Fundação FEAC	

Fonte: GIFE (2015).

O censo GIFE (2013, p. 17) define Institutos e Fundações Independentes como: “organizações sem fins lucrativos, mantidas geralmente por mais de uma organização ou indivíduo. Sua gestão é independente de seus mantenedores”.

QUADRO 7: Fundações, Institutos e Associações Comunitárias (2)

Fundação Semear	Instituto de Cidadania Empresarial
-----------------	------------------------------------

Fonte: GIFE (2015).

A respeito dos Institutos e Fundações Comunitárias, pode-se dizer que:

São organizações sem fins lucrativos que reúnem recursos de uma ou mais organizações ou indivíduos, gerando um fundo usado para investimentos em determinada comunidade. Atuam em uma comunidade ou localidade e são geridas por pessoas que se identificam como pertencentes àquela comunidade (CENSO GIFE, 2013, p. 17).

QUADRO 8: Empresas (24)

Accenture	Mattos Filho Advogados
Banco Bradesco	Microsoft
Banco J.P.Morgan	Monsanto
Basf	Pepsico
BG Brasil	Pinheiro Neto Advogados
Carrefour	Roche
CCR	Samarco Mineração
Editora FTD	SAP Brasil
Gerdau	Serasa
Grupo Santander	Tecnisa
Intel	TIM Brasil
NET	TV Globo

Fonte: GIFE (2015).

A definição de empresa já foi exposta anteriormente. No que se refere às nomenclaturas, aos adjetivos “familiar, comunitária, empresarial, independente” etc., do ponto de vista legal, as fundações privadas não são distam. Conforme o IBGC e o GIFE (2014, p. 16), “tais adjetivos usualmente se prestam a identificar o principal grupo de partes interessadas (*stakeholders*), que controla a sua administração ou provê a sua principal parcela de recursos”.

3.2.1 Censo GIFE e o Investimento Social Privado

Este tópico expõe alguns dados estatísticos do Censo GIFE com o objetivo de apresentar elementos sobre os investimentos sociais privados associados GIFE no país e de mostrar a magnitude e diversidade deste grupo.

O Censo GIFE foi criado em 2001, possui um ritmo de publicação bienal e é a principal referência sobre as ações de investimento social no Brasil. O universo investigado são os associados do GIFE, classificados em: Fundações e institutos empresariais; Fundações e associações familiares, independentes e comunitárias; e empresas.

Quanto aos dados do censo GIFE aqui apresentados, eles correspondem a duas pesquisas realizadas, uma de 2011-2012 e outra de 2014. Conforme Echegaray (2013, p. 39):

O censo de 2011-2012 do Gife mostra uma curva de investimentos sociais ascendente de 2009 até 2012, quando os ISP atingiram R\$ 2,3 bilhões, volume 8% superior ao do ano anterior. Isso significa que as empresas estão aumentando sua responsabilidade sobre questões de interesse público e há mais benefícios chegando à sociedade.

Segundo dados do Censo GIFE 2011-2012 (2013, p. 15), em 2012 o GIFE possuía 143 (cento e quarenta e três) associados e contou com 100 (cem)

organizações que responderam à pesquisa. O total de investimentos, em 2011, correspondeu a R\$ 2,2 bilhões destinados a ações e projetos.

Já o último Censo GIFE, de 2014 (2015, p. 04), contou com a participação de 113 organizações, o que representa 90% dos associados. Quando da coleta de dados para a pesquisa, que ocorreu em maio de 2015, o GIFE contava com uma base associativa de 125 organizações (CENSO GIFE, 2015, p. 67).

O volume total investido apontado neste último censo alcançou R\$ 3 bilhões, o que demonstra um crescimento, se comparado ao censo anterior; do período de 2011 à 2012. Tal crescimento ocorreu graças ao aumento das ações sociais e da base associativa. Este é um volume significativo, comparável, segundo o GIFE, com o investido pelo Ministério da Cultura brasileiro, que alcança a ordem de R\$ 3,27 bilhões. Somados os anos de 2009 à 2014, verifica-se, então, um crescimento de 18,44% (GIFE, 2015, p. 72), lembrando que o valor do investimento social privado anunciado corresponde apenas ao GIFE e a seus associados. Entretanto, existem outras organizações, associadas ou não a outras redes, que também são investidoras e não foram aqui contempladas, fato que traz indícios de que o investimento, nacionalmente, é bem maior.

No que tange ao tipo de investidor, o Censo GIFE 2014 (2015, p. 67) aponta uma composição representada por 53% de institutos e fundações empresariais, seguidos de 18% de empresas, 17% de institutos e fundações familiares e, por fim, 12% de institutos e fundações independentes ou comunitárias. O censo também indicou que há uma tendência do setor brasileiro em constituir, preferencialmente, para atuação na área social, institutos e fundações. As empresas, ao contrário, figuram em menor escala.

O Censo GIFE 2014 (2015, p. 68) refere-se, além, aos anos de existência dos associados: os institutos e fundações possuem, em média, aproximadamente 20 anos de existência; quanto aos institutos e fundações familiares, eles têm menos de 15 anos, fato que revela que grande parte foi criada na primeira década deste século; já os institutos e fundações empresariais foram fundados a partir de 1988, com uma concentração de 38% dos anos entre 1988 e 2000 e um índice maior entre 2001 e 2010, correspondentes à 40%.

Tais dados apontam que a origem dos investidores privados associados ao GIFE têm seu marco de criação após o período de redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988, exceto algumas organizações, criadas anteriormente, mas que se desenvolveram e se instituíram formalmente após 1988.

De acordo com o Censo GIFE 2011-2012 (2013, p. 36), as áreas de investimento de seus associados são:

TABELA 1: Forma de atuação por área de investimento

Descrição	Porcentagem (%)
Educação	85%
Formação de jovens para trabalho e/ou para a cidadania	63%
Cultura e Artes	62%
Apoio à gestão de organizações da sociedade civil	56%
Geração de trabalho e renda	49%
Defesa de direitos	48%
Meio ambiente	48%
Esporte e recreação	47%
Desenvolvimento comunitário/de base	47%
Assistência Social	45%
Saúde	43%
Comunicação	32%

Fonte: Censo Gife 2014 (2015, p. 98)

Ao se considerar as diversas áreas nas quais operam os investidores sociais privados associados ao GIFE, foi possível notar que a educação é a área de atuação com mais investimentos, o que representa, aproximadamente, 85% do total das organizações pesquisadas pelo GIFE 2014 (2015, p. 27). Isso significa que pelo menos um dos projetos ou programas das organizações tem foco nessa área temática. Além da educação, a formação de jovens para o trabalho e cidadania também aparece em destaque, com 63% das organizações.

Rossetti (2010, p. 266) explica que tal resultado se deve ao fato de que:

A educação tornou-se a principal área de investimento social privado nacional, impulsionada pela procura de mão de obra mais qualificada, para

atender à dura competitividade da economia global e pela percepção de que as oportunidades seriam melhor distribuídas por via de um sistema escolar público qualificado.

Para Lima (2015, p. 27), os principais fatores que mobilizam os associados a investir na área da educação se devem ao cenário desafiador da educação brasileira. Os investidores sociais apostam nas oportunidades que podem ser geradas para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, além de visarem uma potencial contribuição no sentido de reduzir as desigualdades sociais.

Chama-nos a atenção, também, o fato de que há uma tendência de investimento em campos consensuais, como a assistência social, a cultura, a educação, o meio ambiente, dentre outros, ao invés de campos que são potencialmente mais arriscados, como a reforma agrária ou o controle da corrupção, por exemplo. Logo, é rara a organização que se envolve em ações sociais polêmicas ou que possam gerar conflitos.

Em relação às regiões de atuação, o investimento social privado por parte dos associados ao GIFE tem sido realizado em todo o país, com maior concentração na região sudeste. A região Sudeste do Brasil, de fato, concentra 79% das organizações, seguida do Nordeste, com 42% delas, do Sul, com 34%, do Norte, com 27%, e do Centro-Oeste, com 25% (3% não informaram sua região). E ainda, 47% das organizações envolvidas informaram que o programa que realizam atinge todo o país. A respeito das regiões, disserta Rossetti (2010, p. 275),

A concentração temática e geográfica do investimento social no Brasil deve-se em grande medida ao predomínio da filantropia empresarial no país. Isto acontece devido ao quadro legal que oferece mais incentivos a estas empresas e ao fato de que a maioria das empresas brasileiras ainda são dirigidas pelas famílias fundadoras – tendendo por isso a aplicar o seu investimento social através da empresa e não de uma fundação ou instituto familiar.

Além disso, o censo GIFE 2011-2012 (2013, p. 41) indica que as organizações não se restringem a nível nacional: “as fronteiras do investimento social têm sido ampliadas, também, para fora do Brasil. Dos 100 associados que

responderam a pesquisa, 59 empresas ou mantenedoras de fundações e institutos têm atividades de negócios em outros países.

Em relação à origem dos recursos do investimento social privado, temos a seguinte tabela:

TABELA 2: Origem dos recursos

Origem dos recursos	Percentual
Doados pela empresa mantenedora	22%
Recursos próprios do associado, provenientes ou não de fundo patrimonial (<i>endorwment</i>) ou outros rendimentos	47%
Gerados a partir da venda de produtos e serviços	13%
Subvenções, convênios e parcerias com o setor público	9%
Outros	8%

Fonte: Censo GIFE (2015, p. 78)

No entanto, cabe apontar que os dados expostos são uma média entre os investidores privados e que as organizações são diversas. Analisando os dados separadamente, disponíveis no Censo GIFE 2014 (2015, p.78), verificamos que a classificação de recursos próprios do associado, provenientes ou não de fundo patrimonial (*endorwment*) e de outros rendimentos, aplica-se à origem dos recursos das empresas (99,7%). Este é também o principal recurso dos institutos e fundações empresariais, representando 43%, seguido por 33% de recursos doados pela empresa mantenedora. Quanto aos institutos e fundações familiares, observa-se que 33% dos recursos são gerados a partir da venda de produtos e serviços e que apenas 13% são doados pelos indivíduos/grupos familiares mantenedores. Por fim, a maior incidência de recursos dos institutos e fundações independentes ou comunitárias vêm de doações da empresa mantenedora (33%).

Em relação à forma de investimento realizada pelas organizações, Degenszajn⁵⁶ (2015, p. 20) explica que três grupos foram formados: doadores (organizações que doam recursos), executores (que operam diretamente) e híbridos (que investem em projetos próprios e fazem doações). A partir do Censo 2014

⁵⁶ Andre Degenszajn é Secretário-Geral do GIFE.

(2015, p. 96), verifica-se que 18% dos investidores sociais privados são doadores, 37% enquadram-se como predominantemente executores e, por fim, 45% como híbridos. Deste modo, a maior parte das organizações realiza uma combinação de investimentos na execução direta de projetos e de doação a terceiros.

Ao se aprofundar esta análise, foi possível observar que a atuação de cada investidor social se dá de forma diversa. Conforme os dados do Censo GIFE 2014 (2015, p. 96), enquanto 35% das empresas são doadoras, apenas 5% são executoras e a maior parte, 60%, utiliza ambas estratégias. Já em relação aos institutos e fundações empresarias, foi possível notar que 45% executam projetos próprios e que 48% com ação e execução, restando apenas 7% como doadores. Os institutos e fundações familiares seguem a mesma tendência apresentada pelas empresas e apenas se diferenciam por serem mais doadoras, o que representa 21%. Por fim, os institutos e fundações independentes ou comunitárias se compõem de 43% de executores, seguidos de 36% de doadores e de 21% que atuam com estratégia híbrida.

O Censo GIFE 2014 (2015, p. 88) trouxe ainda dados sobre a equipe das organizações. Verificou-se que as equipes dedicadas ao investimento social privado são majoritariamente pequenas: 47% das organizações possuem até 10 funcionários, seguidas de 27% com 11 até 25 funcionários. A equipe reduzida do investimento social privado

[...] pode ter relação com alguns aspectos, entre eles o fato de parte de suas atividades – como as administrativas ou mesmo as socioambientais – serem também realizadas por outros setores da própria empresa. Além disso, grande parte das empresas adota como estratégia de atuação a doação a outras organizações, o que também guarda relação com o modelo de equipes reduzidas (CENSO GIFE, 2015, pp. 87-88).

A exposição de tais dados estatísticos demonstrou a amplitude do investimento privado e o crescimento dos institutos e fundações. É relevante, destarte, analisar o aumento dos investimentos sociais em projetos sociais, dado que ele permite visualizar a situação atual dessa prática.

3.3 O mosaico de iniciativas: a leitura dos dados da pesquisa

Após a conceituação e caracterização do Investimento Social Privado, previamente realizadas, apresentaremos aqui a análise de alguns dos associados GIFE. As organizações analisadas estão inseridas em intrincadas relações governamentais e não governamentais, bem como em relações públicas e privadas, as quais oferecem alguns indicativos de como o investimento social privado está organizado.

As informações neste capítulo contidas foram construídas com base naquelas coletadas em questionários respondidos por profissionais que lideram iniciativas de investimento social privado e por assistentes sociais das organizações pesquisadas.

Para a constituição da pesquisa, então, foi realizado o contato com o GIFE, no primeiro semestre de 2015, que encaminhou uma lista com seus 83 associados que realizam algum tipo de investimento social privado, a saber, empresas, ONGs, OSCIPs, Institutos e Fundações localizados na cidade de São Paulo.

Cabe apontar que a pesquisa foi realizada através de questionários enviados e recebidos via e-mail devido à distribuição geográfica das instituições. O projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil como exigência do Comitê de Ética da PUC/SP e aprovado, conforme o anexo apresentado ao final desta dissertação. Posteriormente, foi realizada a etapa de coleta e sistematização dos dados e sua respectiva análise.

Através do “Fale conosco” de cada um dos sites dos 83 associados foi realizado um primeiro contato, apresentando o nosso interesse junto à instituição. Foram, nesse momento, enviadas perguntas a fim de se identificar se eles possuíam um/a Assistente Social no quadro de colaboradores; e, caso a resposta fosse positiva, quantos e em que setor ele estava inserido. Além disso, era de nosso interesse saber também que outros profissionais faziam parte do investimento social privado.

Esta etapa foi apenas o primeiro contato, uma “pesquisa informal” para o levantamento inicial de dados e para a verificação da viabilidade da pesquisa. Ou seja, esta foi a etapa para o conhecimento do número de assistentes sociais no quadro do investimento social privado e do número de organizações que estavam dispostas a participar da pesquisa. Nesse processo, também foi realizado o contato telefônico com as organizações que não responderam através do seu Fale Conosco.

Tal etapa foi realizada durante o mês de maio de 2015. As organizações que responderam ao questionário constituíram, inicialmente, o universo da pesquisa, ainda que não possuíssem Assistentes Sociais inseridos no investimento social privado. Do total de 83 associados GIFE na cidade de São Paulo, somente 28 organizações responderam a esse primeiro contato.

No entanto, apenas 13 organizações aceitaram participar oficialmente da pesquisa, o que reduziu drasticamente o número previamente levantado. Buscando ampliar esse universo de organizações participantes, foram realizados contatos ressaltando a importância do presente estudo, porém sem muito sucesso. Desta forma, não podemos divulgar aqui os dados das outras organizações coletados no primeiro levantamento “informal”, uma vez que eles não são públicos.

A partir das 13 organizações mencionadas, temos a seguinte estrutura com profissionais que integram o investimento social privado:

QUADRO 9: Profissionais que integram o Investimento Social Privado

Nome da Empresa, Instituto ou Fundação	Possui Assistente Social no quadro de colaboradores ?	Se sim, o(a) Assistente Social está inserido no desenvolvimento das ações de investimento social privado ou em outra área?	Se a empresa não possui Assistente Social no quadro de colaboradores da Responsabilidade Social/investimento social privado, quais são os profissionais das ações/projetos socialmente responsáveis?
• Fundações e Associações Empresariais (6 participantes)			
Fundação	() Sim		comunicadores, sociólogo, historiador e

Bunge	Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		administrador de empresas
Fundação Cargill	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		engenheiro, administrador de empresas, biólogo, farmacêutico e pedagogo
Fundação CSN	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		psicólogo, administrador de empresas, jornalista e pedagogo
Instituto Cyrela	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		engenheiro metalúrgico, arquiteto, sociólogo e profissional de relações públicas
Instituto Eurofarm a	<input checked="" type="checkbox"/> Sim Quantos: 1 <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> ISP <input type="checkbox"/> Outra.	Nada consta
Instituto Lina Galvani	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		psicólogos, publicitários, administradores de empresas, estagiários de administração de empresas, pedagogos, ator e estagiário de comunicação.
Instituto Wal-Mart	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		sociólogo, advogado e contador
• Fundações e Associações Familiares (01)			
Instituto ABCD	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		Pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, neuropsicólogos e fonoaudiólogos.
• Fundações e Associações Independentes (03)			
Childhood Brasil	<input type="checkbox"/> Sim Quantos: <input checked="" type="checkbox"/> Não		Nada consta
Instituto Criança é Vida	<input checked="" type="checkbox"/> Sim Quantos: 3 <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> ISP <input checked="" type="checkbox"/> Outra. Qual: trabalham na divulgação dos nossos projetos, captação de parcerias junto às Secretarias de Educação e de Assistência Social, acompanhame	Profissional da área de letras, assistente social, psicólogo, pedagogo, administrador de empresas e profissional de secretariado executivo.

		nto nas aplicações dos projetos, aplicação de avaliações de participantes e andamento dos projetos	
Instituto Arredondar	() Sim Quantos: (X) Não		comunicador e administrador público
• Empresas (02)			
Carrefour	(X) Sim Quantos: 1 () Não	() ISP (X) Outra. Qual: Recursos Humanos	psicólogo, economista e sociólogo
Editora FTD	(X) Sim Quantos: 3 () Não	(X) ISP (X) Outra. Qual: Recursos Humanos	assistente social

Fonte: Quadro por nós elaborado com base nas informações fornecidas pelas instituições citadas.

Unir e expor esta amostra coletada nos permitiu descobrir quem são os profissionais que trabalham e dão vida ao investimento social privado. Foi possível notar que as 13 organizações mencionadas formam um corpo funcional diversificado e que nele há a predominância de profissionais da administração, da pedagogia, da comunicação e da psicologia. Um total de 4 (quatro) organizações informaram possuir o/a assistente social no quadro de colaboradores, inseridos nos Recursos Humanos e no investimento social privado, somando 8 (oito) profissionais.

Em seguida, no mês de novembro de 2015, foram enviados 2 (dois) questionários via e-mail com questões abertas, que permitiam aos participantes de mencionar o que consideravam mais relevante: um a ser preenchido pelo responsável da organização e outro a ser respondido pelo/a Assistente Social inserido/a no investimento social privado, caso a organização possuísse este profissional. Ambos os questionários encontram-se nos anexos deste trabalho. Foi

enviado, também, um termo de consentimento livre e esclarecido (em anexo). Contudo, nem todas as organizações devolveram os questionários preenchidos. Foram realizados contatos via e-mail e telefone, porém sem muito sucesso. Enfim, concluímos a pesquisa com apenas 5 organizações.

Novamente, somente 5 (três) organizações devolveram o questionário da pesquisa, e 2 (duas) delas possuem assistentes sociais no investimento social privado. Destarte, serão com essas instituições que continuaremos nosso estudo a partir daqui: Carrefour, FTD Educação, Fundação Cargill, Instituto Criança é Vida e Instituto Cyrela.

Compreendemos que este não é um número muito representativo das iniciativas de investimento social privado em relação ao projeto inicialmente previsto, mas entendemos que ele constitui um ponto de partida amostral para explorarmos esse universo.

De fato, em nosso projeto inicial prevíamos uma maior participação dos associados GIFE em razão de eles terem respondido positivamente ao primeiro contato. E, também, por serem investidores privados que atuam em causas públicas. Vislumbrávamos, inicialmente, uma amostra formada por diversos tipos de investidores, como institutos e fundações familiares, empresas, institutos empresariais, independentes e comunitários.

No que diz respeito à dificuldade dos dados da pesquisa, lembra o Censo GIFE 2014 (2015, p. 134), “as empresas estão entre os respondentes que menos divulgam informações sobre a composição de sua equipe (15% em site ou veículo de acesso público)”. Sabemos, por outro lado, através deste mesmo Censo GIFE 2014 (2015, p. 67), que o campo do investimento social privado é composto por uma diversidade de organizações, heterogêneas em tipo e volume de investimento, em personalidade jurídica, em forma de atuação, em quantidade de funcionários e voluntários, entre outros aspectos.

Buscamos, então, em cada narrativa, traçar recorrências, apontar distinções e evidenciar padrões que marcam um grupo que é diverso. Para a organização dos dados, decidimos utilizar o mesmo padrão do Censo GIFE, isto é, não fazer alusão às organizações em particular, mas sim ao conjunto, preservando,

deste modo, algumas informações. Decidimos nomeá-las de Organização A, B, C, D e E. O mesmo sistema foi adotado para os profissionais que lideram iniciativas de investimento social privado e para os (as) assistentes sociais entrevistados. Por uma questão ética, a fim de preservar sua identidade, nomeamos os profissionais entrevistados de Profissional A, B, C, D e E, e Assistente Social A e C, de acordo com as organizações que representam e que responderam ao questionário. Também utilizamos “[...]” em lugar do nome das organizações citadas pelos/as entrevistados/as.

As organizações selecionadas, desta maneira, são o ponto de partida para uma aproximação e reflexão. As análises das falas não possuem a intenção de criticar as organizações, sequer o exercício profissional, mas sim de buscar compreender mais esse campo e nele encontrar o Serviço Social nesse espaço.

3.3.1 A Prática do Investimento Social Privado

Apresentaremos, neste tópico, as narrativas dos responsáveis das organizações pesquisadas que trabalham com iniciativas de investimento social. Procuramos identificar as principais características dessa forma de investimento, os serviços prestados, o público beneficiário, os principais resultados e os profissionais envolvidos. Um questionário foi, destarte, composto por perguntas abertas a serem respondidas por um responsável pela organização.

O conceito de Investimento Social Privado exposto nesta dissertação, como já foi dito, segue a definição do GIFE. A seguir, apresentaremos a **concepção de investimento social privado** das organizações pesquisadas:

Organização A:

A organização entende Investimento Social Privado (ISP) como a transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, com o comprometimento de monitorar e avaliar os projetos desenvolvidos para diferenciá-los de práticas assistencialistas (PROFISSIONAL A).

Organização B:

Reconhecemos que nosso sucesso permanente depende do crescimento e da saúde de nossas comunidades e parceiros. Temos o compromisso de investir. Nos envolvemos e respeitamos as culturas das comunidades nas quais vivemos e trabalhamos, para promover o desenvolvimento econômico, sustentável e responsável, para criar crescimentos, que melhoram os padrões de vida, e promover comunidades dinâmicas e estáveis (PROFISSIONAL B).

Organização C:

O Investimento Social Privado é feito por empresas e *holdings* familiares com o objetivo de oferecer à sociedade educação em saúde (PROFISSIONAL C).

Organização D:

Temos um instituto de origem empresarial, sem fins lucrativos e de interesse público dedicado a valorizar a diversidade e enfrentar as desigualdades sociais. A partir do diálogo aberto, de parcerias e da educação, nós acreditamos que, juntos, podemos transformar a realidade e criar uma sociedade melhor para todos. Nossa missão é promover ações e iniciativas que valorizem a diversidade e promovam a inclusão socioeconômica (PROFISSIONAL D).

Já a Organização E informou que segue o conceito definido pelo GIFE.

Percebemos, a partir de tais definições, que as organizações citam o conceito de investimento do GIFE e o complementam com características próprias de seu ramo de atividade. Podemos afirmar que as concepções das instituições diferenciam-se das concepções e formas tradicionais de filantropia se temos como base a discussão teórica já apontada, a respeito dos elementos que distinguem a filantropia do investimento social privado⁵⁷.

⁵⁷ Para mais informações, consultar: GIFE. **O Investimento Social Privado**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso em: 1 out. 2014.

Notamos, além, que estes são conceitos voltados para o bem estar das pessoas da comunidade e para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, chama a atenção o fato de que na referência do conceito há a menção de parcerias e de funcionários que podem contribuir com trabalho voluntário.

Perguntamos, ainda, em nosso questionário, **o que motivou a criação do investimento social privado e de onde partiu a demanda em cada organização** e obtivemos as seguintes respostas:

Organização A:

A [...] é uma empresa do grupo marista e por isso faz todo sentido que uma empresa do grupo tenha o ISP. O grupo Marista existe há mais de 200 anos e tem o compromisso de realizar uma transformação social através da educação (PROFISSIONAL A).

Segundo a Organização B:

É uma demanda cultural da empresa. Desde sua criação [...] baseia seus negócios no princípio de que "a nossa garantia é o nosso compromisso". Agimos com integridade e responsabilidade. O nosso compromisso é o de alimentar o mundo de forma responsável, reduzindo nosso impacto ambiental e melhorando as comunidades em que vivemos e trabalhamos. É com paixão que perseguimos o objetivo de ser o líder global em alimentação por meio de uma atuação responsável nos mercados agrícola, de alimentos, industrial e financeiro (PROFISSIONAL B).

E a Organização C:

[...] nasceu como projeto de uma empresa do segmento farmacêutico. Com o passar dos anos, se tornou independente e hoje é mantido por cerca de 10 empresas (PROFISSIONAL C).

Organização D:

O [...] sempre realizou ações sociais. Em 2015, estruturamos o nosso investimento social e o tornamos mais forte com a criação do Instituto [...], que foi uma iniciativa da própria empresa (PROFISSIONAL D).

Organização E:

A motivação está alicerçada nos valores do sócio controlador da empresa, que acredita que toda a empresa deve colaborar para a melhoria da sociedade onde opera.

A demanda por empresas social e ambientalmente responsáveis parte de toda a sociedade civil organizada. Há também uma demanda do público interno das empresas (seus colaboradores) que ficam muito motivados em trabalhar em uma empresa socialmente responsável (PROFISSIONAL E).

Percebemos que, em geral, a motivação para a atuação com a comunidade é movida por valores humanitários, por aspectos culturais e de tradição das empresas, bem como pela manutenção de um bom relacionamento com o seu entorno, com as comunidades vizinhas etc. Entendemos que é um fator motivador, nesse contexto, mas não apareceu na pesquisa, o desejo de atrair colaboradores que visem trabalhar em organizações social e ambientalmente responsáveis.

Nesse conjunto de motivações, merece, assim atenção o cenário político e social já mencionado, o qual favoreceu e, de certa forma, impulsionou o processo de constituição e crescimento de tal forma de atuação, em especial em meados da década de 1990.

É possível inferir, ainda, que como as ações são realizadas nas comunidades locais, elas também podem demandar determinado apoio às organizações.

Perguntamos, em seguida, quais são as áreas de atuação e o público atendido pelas organizações no âmbito do investimento social privado:

A Organização A informou que atua no Desenvolvimento Humano e Organizacional:

Atuamos com educação, mais especificamente com Incentivo à Leitura. Hoje estamos atuando em Ferraz de Vasconcelos e temos mais de 6 mil participantes diretos e indiretos nesse projeto. Além desse número, este ano beneficiamos também cerca de 2 mil crianças dos municípios de Mongaguá e Vargem, através de capacitações e implantação de uma biblioteca completa em cada município (PROFISSIONAL A).

Como já havia nos indicado o Censo GIFE de 2014, de fato a área educacional é aquela que mais recebe investidores sociais privados. Foi possível notar, por exemplo, que a organização A concentra um significativo número de beneficiários e, dentre eles, o público infantil.

A *Organização B* informou que, no Brasil,

[...] atua com foco em projetos e iniciativas voltadas ao tema “alimentação”, desde a produção ao consumo dos alimentos. Em 2014, atendemos 57.443 mil pessoas de todas as faixas etárias e gêneros (PROFISSIONAL B).

E a *Organização C*:

[...] atua com educação em saúde, multiplicando projetos com foco na saúde física e emocional de crianças. “O público de nossos projetos são crianças e seus familiares de comunidades em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2014 foram atendidas diretamente 24.536 crianças e 19.219 famílias (Profissional C).

A organização D informou que possui como público destinatário “todos os públicos historicamente discriminados” (PROFISSIONAL D). E como área de atuação:

Atuamos em três frentes que se complementam e que interagem entre si para contribuir com o desenvolvimento sustentável, a valorização da diversidade e o enfrentamento das desigualdades:

Inserção no mercado de trabalho: contribuição com a garantia das condições de empregabilidade que priorizam segmentos historicamente discriminados.

Educação para a Inclusão: sensibilização da sociedade para o valor da diversidade e o respeito aos Direitos Humanos.

Geração de renda: empoderamento de segmentos historicamente discriminados por meio da promoção de programas de geração de renda.

A organização E somente informou que atua na área de “Educação básica e Educação profissionalizante” (PROFISSIONAL E).

Notamos, a partir destas informações, que o foco de atuação das organizações pesquisadas se dá nas áreas da saúde, da alimentação e da educação, destacadamente. O público atendido é constituído de pessoas de todas as idades, dentre elas crianças. De acordo com o censo GIFE (2015, p. 29), há uma tendência de as organizações se concentrarem mais em crianças e jovens, seguida de atividades que se estendem aos adultos e às pessoas com deficiência.

No que tange ao **quadro de colaboradores e formação profissional** dos envolvidos nas ações e projetos de Investimento Social Privado, apresentamos, a seguir os dados coletados, somados, nas 5 (cinco) organizações pesquisadas.

TABELA 3: A formação profissional do quadro do investimento social privado

Formação Profissional	Quantidade
Administração de empresas	4
Arquitetura e Urbanismo	1
Biologia	1
Ciências políticas e gestão de projetos	1
Economia	1
Engenharia / Engenharia Metalúrgica	2
Farmácia	1
Letras	1
Pedagogia	2
Psicologia	3
Relações Públicas	1
Secretariado Executivo	1
Serviço Social	4
Sociologia	1

Fonte: Tabela por nós elaborada com informações coletadas via questionário.

Com os dados mencionados acima, é possível notar que nas 5 (cinco) organizações pesquisadas há a predominância de assistentes sociais e

administradores, seguidos de psicólogos, pedagogos e engenheiros. Ou seja, há uma prevalência de profissionais advindos das ciências humanas.

A organização A declarou que dispõe de 3 (três) Assistentes Sociais, porém apenas 1 (um) trabalha com o investimento social privado. Somente este/a profissional foi somado/a no quadro acima.

A Organização B declarou que nunca possuiu um Assistente Social no quadro de colaboradores e comentou que:

Não há uma razão para a não existência de um Assistente Social na equipe. Os profissionais contratados foram selecionados de acordo com a sua experiência profissional e formação acadêmica específica necessária para a função demandada (PROFISSIONAL B).

A organização C possui 3 (três) Assistentes Sociais envolvidos nas ações e projetos de Investimento Social Privado e todos participaram da pesquisa.

A organização D declarou possuir 1 (um) Assistente Social inserido no setor de Recursos Humanos.

Já a organização E não possui Assistente Social e comentou:

Identificamos a necessidade de ter uma assistente social para atender prioritariamente os colaboradores de obra, porém não dispomos de recursos para isso (PROFISSIONAL E).

Sobre a questão de voluntários, a Organização A declarou não possuí-los. A Organização B declarou possuir 425 voluntários, um número bem expressivo em relação número de funcionários.

As organizações C e a D informaram não possuírem voluntários. E a organização E informou que possui 15 voluntários.

Neste aspecto, podemos fazer uma relação com dados do Censo GIFE 2014 (2015, p. 89), no qual o perfil dos colaboradores mostra que 23% das organizações possuem voluntários e que 77% das organizações possuem até vinte voluntários, salvo duas que declararam ter mais de cem. O censo trouxe, ainda, a

informação de que os institutos e as fundações empresariais e familiares são as organizações que possuem o maior número de voluntários.

A questão do voluntariado é complexa e divide opiniões, posicionamentos favoráveis e contrários. Isso porque, dentre outros aspectos, ele pode representar um mecanismo de exploração da força de trabalho e de controle do tempo livre. No entanto, não cabe aprofundar aqui essa discussão. É preciso apenas apontá-la como dado relevante de uma das organizações pesquisadas.

Empresas tendem a manter ao menos um programa de voluntariado, e organizações do terceiro setor também contam com essa forma de colaboração. Os voluntários podem ser colaboradores, que trabalham na empresa e nas organizações do terceiro setor, familiares de colaboradores, ex-colaboradores, pessoas da comunidade, amigos e convidados etc.

Quando questionadas sobre o que consideram como **principais resultados** do investimento social privado, as organizações responderam:

Organização A:

Em Ferraz de Vasconcelos: 182 professores em capacitação e 5757 crianças impactadas. O projeto trouxe relevância e autonomia para a Educação Infantil no município. Realização do primeiro Simpósio da Educação Infantil da região. Em Mongagua e Vargem: criação de um ambiente lúdico que estimule a leitura por prazer colaborando para alfabetização da criança por meio da associação do livro com o brinquedo (PROFISSIONAL A).

Organização B:

Nesses mais de 40 anos de existência, publicamos e distribuimos 249 títulos, abordando temas voltados ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas aplicadas em produtos que fazem o nosso país ocupar um papel de destaque no cenário econômico internacional. Essas obras podem ser encontradas em bibliotecas, instituições de ensino, órgãos públicos e instituições ligadas à produção agrícola. Ao longo dos anos, também participamos ativamente do desenvolvimento educacional de algumas comunidades brasileiras por meio de dois programas sociais: o Fura-Bolo, durante os anos de 1999 a 2011, e o Programa “de grão em grão”, desde 2004 até os dias de hoje. Em 2011, passamos por mudanças na nossa estrutura e conceito. O saldo desse processo foi a consolidação do tema alimentação. Ser referência na promoção e na disseminação de

conhecimentos para uma alimentação saudável, segura, sustentável e acessível tornou-se a nova visão [...]. Um desafio que abraçamos com entusiasmo para abrir novos horizontes diante de uma temática tão importante para os nossos dias. Nessa jornada, o desejo é desenvolver programas internos e em parceria com outras organizações de referência no tema para apoiarmos, de maneira contínua e crescente, projetos transformadores e bem sucedidos, promovendo o aumento da conscientização e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde atuamos (PROFISSIONAL B).

Organização C:

[...] trabalhamos para a construção de novos hábitos. Crianças aprendem e levam novas posturas para as famílias (PROFISSIONAL C).

Organização D:

Mais de 2300 pessoas formadas no Varejo Alimentar em 2015, através do projeto Conexão Varejo. Dessas pessoas, 14 foram transexuais (7 delas foram contratadas pelo [...] depois da capacitação) (PROFISSIONAL D).

Já a organização E não informou os resultados alcançados que considera mais relevantes.

Chama a atenção o fato de que as práticas de investimento social privado são diversas e de que há um número expressivo de beneficiários. Esses resultados apontam, assim, para uma face do lucro social do investimento social privado na comunidade que o recebe.

Segundo a opinião dos entrevistados, qual seria o ônus para a sociedade se as empresas, institutos e fundações deixassem de adotar políticas de responsabilidade social e de fazer investimento social? Obtivemos as seguintes respostas:

Organização A:

A sociedade e também o governo teriam menos apoio. Porque fazer sozinho se podemos fazer mais e ir mais longe, juntos? O Setor Privado precisa trabalhar em conjunto com o governo e sociedade pois a

transformação social beneficiará a todos e é responsabilidade de todos (PROFISSIONAL A).

Organização B:

Seria um ônus muito grande. Perderíamos uma das principais formas de devolver à comunidade não só recursos financeiros, mas também algo muito mais rico que são as relações humanas (PROFISSIONAL B).

Organização C:

Enorme, pois Institutos e Fundações preenchem uma lacuna deixada pelo próprio Governo (PROFISSIONAL B).

Organização D:

A iniciativa privada é um dos atores fundamentais do desenvolvimento social no Brasil. Se elas pararem de contribuir, será, com certeza, uma pena enorme (PROFISSIONAL D).

Organização E:

As OSCs, com os seus diversos projetos, procuram remediar as falhas do Estado. É claro que esse impacto é apenas parcial. A ausência de investimentos sociais privados só aumentaria as carências sociais existentes. Mesmo em países desenvolvidos, como os EUA, o terceiro setor tem um papel relevante no atendimento a necessidades sociais básicas (ORGANIZAÇÃO E).

As falas acima, assim, revelam que as organizações preocupam-se com o desenvolvimento social. Ora, conforme as considerações que os entrevistados fazem a respeito do ônus que a sociedade teria se as organizações deixassem de realizar o investimento social privado, vemos que, de fato, haveria muitas perdas no tocante ao desenvolvimento da comunidade, às relações que com ela estabelecem as organizações, aos espaços de atuação de primazia do Estado

com a colaboração do privado, aos espaços de inovação para o atendimento de necessidades sociais e ao desenvolvimento social.

Notamos, além, nas falas de tais organizações, que o discurso da parceria é recorrente. As organizações “partilham”, de certa forma, com o Estado, o atendimento de questões referentes aos direitos sociais. Elas colaboram com o campo social, com parte das expressões da questão social que assolam a sociedade brasileira.

Cabe apontar, por fim, que não entendemos que as organizações tenham a pretensão de substituir o atendimento dos serviços sociais básicos fornecidos via Estado. O que ocorre são relações de parceria e complementariedade.

3.3.2 Da Pesquisa: O Serviço Social e o Investimento Social Privado

Neste subitem procuramos compreender as peculiaridades do exercício profissional dos/as assistentes sociais das organizações pesquisadas descritas e descritas acima. Na tentativa de explorar o espaço que o Serviço Social ocupa no investimento social privado, colhemos informações através de questionários respondidos por 4 assistentes sociais que trabalham em 2 (duas) organizações associadas ao GIFE. Todas as assistentes sociais pesquisadas são do sexo feminino, assim, optamos por adotar a forma feminina na escrita.

A Organização A informou que possui 3 (três) Assistentes Sociais e que somente 1 (uma), que respondeu ao questionário, trabalha com o investimento social privado. A Assistente Social é do sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos, formada em Serviço Social no ano de 2000, com mestrado em 2009 e MBA em gestão e empreendedorismo social. Iniciou o trabalho na organização em junho de 2011 e exerce o cargo de Coordenadora de Investimento Social Privado no

desenvolvimento humano e organizacional. Sua jornada de trabalho de é 40 horas semanais.

A Organização C, possui 3 (três) assistentes sociais envolvidas no investimento social privado e todas responderam individualmente ao questionário. Optamos por nomeá-las de assistente social 1, 2 e 3. As três profissionais são do sexo feminino, duas delas estão na faixa etária dos 31 aos 40 anos e a outra dos 41 a 50 anos. A formação em Serviço Social das profissionais se deu nos anos de 2005, 2007 e 1996, respectivamente. A assistente social 1 não possui especialização, a assistente social 2 possui especialização *Lato Sensu* e A assistente social 3 possui Mestrado. Quanto à denominação do cargo, nenhuma delas exerce a função nomeada de assistente social. Elas são, respectivamente, Analista de Projetos, Coordenadora de Projetos e Gerente de Projetos, respectivamente. São perfis heterogêneos e cumprem a carga horária de 40 horas semanais.

As duas organizações pesquisadas que possuem assistentes sociais não possuem voluntários. As profissionais ocupam cargos com denominações diferentes e, destarte, deixam de seguir a lei que regulamenta a duração do trabalho do Assistente Social para 30 horas semanais⁵⁸.

Sobre o **perfil profissional exigido para se trabalhar como assistente social no investimento social privado**, dissertaram as organizações envolvidas:

Organização A:

Não é preciso ser assistente social, mas precisa ter conhecimento da área de investimento social (ASSISTENTE SOCIAL A).

E as três assistentes sociais da Organização C declararam que não há um perfil profissional exigido.

⁵⁸ Brasil. Lei nº12.317 de 28 de agosto de 2010. Dispõe sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Na organização A, chama a atenção o fato de haver um cargo, o de coordenadora de investimento social privado no setor de desenvolvimento humano e organizacional, atualmente ocupado por uma assistente social. Mas, poderia ser ocupado, também, por outros profissionais, pois há exigência apenas, de conhecimentos próprios ao investimento social privado.

Vale ressaltar, ainda, que no campo das empresas e organizações do terceiro setor há um nítido interesse de classes. Elas constituem espaços contraditórios e, como afirma Serra e Tavares (2012, p. 12), “a inserção do assistente social nesses espaços profissionais é tensionada pelo projeto hegemônico da classe dominante e o projeto ético-político profissional que vislumbra os interesses da classe trabalhadora [...]”. O/a assistente social participa, assim, da reprodução da vida social e pode utilizar de estratégias profissionais e políticas para reforçar os interesses do público (classe trabalhadora) com o qual trabalha.

A fim de conhecermos as **principais demandas e atividades** que as assistentes sociais desempenham no investimento social privado, seguem as seguintes informações, expostas em quadro, para melhor visualização:

QUADRO 10: Demandas e Atividades

Organização	Demandas e Atividades
Organização A	Assistente Social A: Gestão da área de Investimento Social Privado: definição de estratégias, desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais na área da educação; atuação com incentivos fiscais e <i>advocacy</i> . Gestão de processos internos de sustentabilidade e responsabilidade social.
Organização C	Assistente social 1: Capacitação de instituições nos projetos [...]. Identificação de instituições para a formação de grupos de capacitação.
	Assistente social 2: Coordenação de projetos, supervisão de instituições inscritas nos projetos, análise das avaliações de projetos, ampliar contatos com parceiros, buscar formas de agilizar processos e recursos, contribuir na coordenação de agenda e calendário das formações dos projetos.
	Assistente social 3: Gerenciar toda área social, funcionários e

	prestadores de serviços (formadores). Ampliar a cada ano parcerias com as instituições das Assistência Social e Educação para multiplicar os projetos. Controle de nossos números de atendimentos e beneficiados.
--	---

Fonte: Quadro por nós elaborado com base no questionário aplicado.

Logo, ao intervir junto ao investimento social privado, bem o recorda Yazbek (2012, pp. 126-127),

[...] os profissionais enfrentam conjunturas adversas, confrontam a sociabilidade do capital, constroem mediações para enfrentar as desigualdades e intervir na vida cotidiana da população. Administram suas urgências. Constroem estratégias, para enfrentar manifestações da questão social: as “novas” e as de sempre, comprometidos com os interesses de seus usuários, lutam por seus direitos e para atender suas demandas. Enfrentam as transformações da solidariedade e da sociabilidade, como o redesenho de espaços e territórios face ao mundo globalizado e convivem cotidianamente com as mais diversas manifestações da questão social contemporânea. [...] Ainda no atual contexto, as entidades assistenciais e filantrópicas, as organizações não governamentais e as fundações empresariais envolvidas com a prestação de serviços socioassistenciais configuram-se como espaços com crescente potencialidade para o trabalho do assistente social. Nessas organizações há um conjunto diversificado de programas que constituem campo de trabalho para o assistente social, tais como ações de enfrentamento à pobreza, de atendimento socioeducativo à criança e ao adolescente, à família, aos idosos e portadores de deficiência, à questão de defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, relações de gênero, movimentos sociais, cultura popular, prevenção e tratamento de aids e da dependência de drogas, alternativas de geração de renda etc.

De fato, como vimos, as assistentes sociais no campo do investimento social privado das organizações pesquisadas atuam em diferentes manifestações da questão social. Elas se expressam em aspectos peculiares da classe trabalhadora, aspectos, por exemplo, relativos à educação, à assistência social, à alimentação e à saúde. Por meio dessas expressões, que ocorrem no cotidiano das relações sociais de indivíduos e grupos, é que se dá a intervenção profissional.

Foi possível notar, também, por meio das demandas do Serviço Social vinculadas ao investimento social privado, uma atuação voltada ao “extra muro” das organizações. Isso ocorre porque o trabalho é e está voltado às comunidades.

Chama a atenção a fala da assistente social da organização A, pois ela atua com sustentabilidade e responsabilidade social, dado este que vem confirmar o

campo em tela como um espaço ocupacional do assistente social. Cabe mencionar ainda, que, por estar, na lógica empresarial, há especificidades do exercício profissional do/a assistente social que não são visíveis em outros espaços ocupacionais, como os citados “incentivos fiscais e *advocacy*”.

Os dados coletados ainda revelam que os/as profissionais são requisitados nesses espaços para atuar com a gestão de programas sociais, para operar com recursos, para atender demandas e para fornecer capacitações. É preciso acrescentar, além disso, que essa atuação exige o desenvolvimento de competências, sobretudo no campo administrativo, e implica o conhecimento e a atualização permanente no que se refere às demandas da atual conjuntura, das relações de poder, do diagnóstico social, do domínio do funcionamento da captação de recursos e orçamentos, das competências gerenciais e também de planejamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos executados pela organização.

Faz-se necessário mencionar que esse campo de trabalho específico faz parte de um conjunto de alterações ocorridas nas formas de gestão no setor privado, sobretudo nas empresas, e que repercutiram na gestão da força de trabalho, diversificando as requisições dos/as assistentes sociais. Entendemos que se trata de um espaço ocupacional que merece atenção, pois o ascendente movimento de incorporação desse modelo de gestão empresarial pode contribuir, em larga medida, para a exigência de um profissional, capital humano, multifuncional, polivalente e capaz de desenvolver habilidades que, por vezes, podem ser contraditórias aos princípios éticos e políticos da categoria. Esta é uma questão importante de ser debatida no âmbito da academia e da categoria profissional, uma vez que a tendência de inserção do/a assistente social na esfera empresarial é crescente.

As transformações sociais em curso, próprias do modo de produção capitalista, também rebatem na intervenção do/a assistente social na medida em que implicam em novas exigências à profissão. Segundo Yazbek (2009, p. 16):

Assim, à medida que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho. Isso sem deixar de lado algumas

características historicamente persistentes de sua intervenção. Coexistem no Serviço Social brasileiro, na atualidade, práticas renovadas ao lado de "velhas" práticas. Sempre no mesmo espaço: a reprodução social da vida das classes subalternas na sociedade.

A atual conjuntura de desenvolvimento capitalista imprime ao trabalho do/a assistente social novas demandas e competências como, por exemplo, na esfera do conhecimento, na negociação política etc.

O Investimento Social Privado, a responsabilidade social empresarial e as organizações do Terceiro Setor, de fato, possuem expressividade econômica e estão envolvidos nas principais demandas enfrentadas pela sociedade. Este é um assunto cercado por desafios e contradições. Considerando tal cenário, perguntamos aos profissionais se eles têm encontrado **dificuldades** no desempenho de sua função atual.

Segundo a assistente social da Organização A:

Não encontro dificuldades e acredito que isso se deve à minha formação complementar à graduação. Fiz um MBA em gestão e empreendedorismo social na USP e diversos cursos específicos de investimento social que me ajudaram a enfrentar os desafios da área.

Para a assistente social 1 da Organização C:

A dificuldade gira em torno de identificar instituições ou grupos comprometidos com a proposta oferecida. Muitas vezes estimuladas não por falta de comprometimento, mas pelas demandas das instituições envolvidas, em todos os setores, assistência e educação, por exemplo. Muita falta de capital humano e financeiro, principalmente. As instituições estão muito sobrecarregadas. E as demandas das famílias e crianças/adolescentes são de toda ordem, que as escolas e instituições têm que dar conta e às vezes outras ações externas ficam comprometidas.

Os/as assistentes sociais 2 e 3 da organização C responderam que não encontram dificuldades.

Entendemos, enfim, que este é um campo de trabalho contraditório e repleto de desafios. É um espaço em que os/as assistentes sociais, enquanto classe

trabalhadora, sofrem rebatimentos do mundo do trabalho. Em seu espaço de atuação, as demandas e os perfis de atendimento, por serem próprios do campo em questão, exigem maior flexibilidade e qualificação, inclusive em outras áreas do saber, como já exposto. Há, sim, novas demandas postas à profissão, conforme os autores citados, e que exigem, qualificação em temas específicos, como em qualquer outro espaço ocupacional em que a especificidade esteja presente.

Neste contexto, é importante adicionar que o cotidiano impõe limites no trabalho do assistente social. Muitas vezes existem possibilidades, mas elas não estão explícitas e isso não significa que elas não existam.

Em relação às **possibilidades de trabalho** no investimento social privado enquanto espaço ocupacional do Serviço Social no mundo privado, com base em sua atuação na organização, os profissionais responderam:

QUADRO 11: Possibilidades de trabalho

ORGANIZAÇÃO	POSSIBILIDADES DE TRABALHO
Organização A	Assistente Social A: “Acho que o serviço social perdeu espaço no mundo corporativo. A formação do assistente social não acompanhou as mudanças do mercado e do mundo capitalista, ficou muito mais na crítica social mas esqueceu de ensinar ferramentas importantes para atuação no mercado como: planejamento estratégico, elaboração de projetos, captação de recursos, avaliação etc. Hoje para atuar com ISP não é necessário ser assistente social, o que eu considero uma pena”.
A organização C	Assistente social 1: “A organização, a estrutura para trabalhar e a qualidade dos projetos”.
	Assistente social 2: “Fornecimento de capacitações gratuitas para ONGS, visando atender as demandas das famílias em situação de vulnerabilidade social. Levar conhecimento e oportunidade a todos que

	não têm acesso”.
	Assistente social 3: “organização, a estrutura para trabalhar e a qualidade dos projetos. Dar melhores condições para que os profissionais de instituições tenham oportunidades para serem capacitados”.

Fonte: Quadro por nós elaborado.

Quanto à fala da assistente social da organização A, foi possível notar que ela indica que há uma distância entre os conhecimentos exigidos para atuação profissional neste campo específico e a formação acadêmica do Assistente Social. Não cabe aqui entrar nas definições de atribuições e competências do/a assistente social, mas é preciso apenas lembrar que a atual grade curricular do curso de Serviço Social contempla uma disciplina básica de Administração e Planejamento em Serviço Social⁵⁹, a qual engloba parte do conteúdo referido pela entrevistada.

Quando da realização das pesquisas para a produção da presente dissertação, também constatamos que há uma fragilização na produção de conhecimento nos espaços em que o empresariado figura como empregador e condiciona o trabalho a ser realizado, o que, por um lado pode apontar uma fragilização no processo de formação acadêmica. De fato, muitas vezes os cursos acadêmicos focam na atuação profissional no serviço público e pouco abordam a atuação no setor privado. Contudo, entendemos que a formação profissional é um processo e como tal torna-se necessária a sua permanente atualização.

Nesse espaço complexo de exercício do/a Assistente Social, há a opção política do profissional em reproduzir e reforçar as contradições e condições de dominação da sociedade do capital e em se distanciar do projeto da categoria profissional, respondendo prioritariamente às demandas empresariais. Como

⁵⁹ Segundo as Diretrizes Curriculares: “Administração e Planejamento em Serviço Social: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil” (1996, p. 19). Mais informações: ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

também, nesse jogo de forças, há a possibilidade de o/a assistente social colocar-se na direção social do projeto profissional da categoria, à serviço da classe trabalhadora, dentro de limites que são socialmente estabelecidos. Como afirma Yasbek, é preciso “[...] lembrar que o processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança” (YASBEK, 2012A, p. 125).

Embora este seja um espaço contraditório, entendemos que os desafios do cotidiano da vida profissional podem abrir novas possibilidades e frentes de trabalho, no sentido de efetivar o Projeto ético-político da profissão. Quando o profissional, no seu cotidiano de trabalho, “intervém nas expressões da questão social, sua prática expressa um posicionamento que é, ao mesmo tempo, teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, orientado por princípios e valores defendidos pela categoria profissional” (MILANI, 2014b, p. 627).

Entendemos que a atuação de Assistentes Sociais junto ao investimento social das empresas pode ser um diferencial no domínio socialmente responsável. Em relação às possibilidades de trabalho, tem-se claro que este é um campo contraditório de relações sociais e que “o profissional de Serviço Social precisa estar atento e intervir nestes espaços, adotando estratégias qualificadas, embasado nos pressupostos éticos e normativos que orientam a postura profissional”. (MENEGASSO, 2001, p. 69).

Por fim, para frisar a questão das possibilidades, recorda Yamamoto (2009, p. 12):

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Neste momento em que a busca de uma sociedade sustentável se destaca no discurso dos empresários e da mídia, perguntamos às organizações qual

seria a **contribuição do setor privado** no desenvolvimento social. Seguem as respostas:

QUADRO 12: Qual é a contribuição do setor privado?

Organização	Contribuição do setor privado
Organização A	O setor privado pode contribuir com recursos (financeiros e humanos) e com muita criatividade e competência. Se o setor privado se associa com o poder público (o que é fácil) pode contribuir com políticas públicas já existentes, alinhando-se a elas e reforçando a atuação do governo em determinada causa. É importantíssimo que através do ISP, o setor privado atue sempre em parceria com o poder público e alinhado às políticas públicas.
A organização C:	Assistente social 1: Muito grande, as informações não chegam como deveriam, e ter alguma instituição, levar uma informação que pode mudar a vida de uma pessoa, de uma família, não tem preço.
	Assistente social 2: Contribuir para a divulgação de ações de conscientização, incentivo de ações eficazes que planejem mudanças de hábitos e de comportamentos com relação ao mal-uso dos recursos do meio ambiente.
	Assistente social 3: As pessoas não fazem melhor não é porque não querem, mas sim pela falta de conhecimento e de oportunidade. Viabilizar ONGs que tenham esse olhar irá contribuir para que mais e mais pessoas tenham acesso ao conhecimento. Essa seria a melhor contribuição.

Fonte: Quadro por nós elaborado.

Nas falas citadas acima, foi possível identificar que as assistentes sociais expõem como benéfica a contribuição do setor privado no desenvolvimento social. Não houve a citação de aspectos que remetessem ao atendimento e primazia do Estado, nem ligadas às condições de trabalho, como a precarização e consciência de classe, por exemplo. Elas expressam uma visão mais voltada aos indivíduos e em suas potencialidades de mudança.

Bem o ressalta Iamamoto e Carvalho (2014, p. 103),

No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos.

É preciso dizer, ainda, que se trata de mediar interesses diversos. Para Menezes (2010, p. 525), o profissional:

[...] não deve também nutrir ilusões quanto à possibilidade de as práticas sociais das empresas serem a solução para o pauperismo em que se encontra grande parcela da população e nem deve se enganar, acreditando que o mercado está comprometido realmente com a superação da desigualdade social.

Conforme a autora, as ações sociais das empresas não são, efetivamente, uma solução para as demandas dos trabalhadores e dos grupos sociais para os quais as empresas voltam suas ações. O mercado, muito menos, possui esse intuito. Esse é um desafio que requer do/a Assistente Social desenvolvimento de estratégias e articulações, ainda mais pelo fato de estar inserido em uma dinâmica contraditória que se constitui pelas exigências da organização contratante e pelas necessidades do público alvo de suas ações (MILANI et al, 2014a, p. 13).

Concordamos com Menegasso (2001, p. 69) quando ela afirma que “o profissional de Serviço Social precisa estar atento e intervir nestes espaços, adotando estratégias qualificadas, embasado nos pressupostos éticos e normativos que orientam a postura profissional”. O campo do investimento social privado, de fato, é um campo desafiador por estar inserido em uma dinâmica contraditória, de interesses antagônicos, entre as exigências da organização contratante e as

necessidades do público alvo de suas ações. Bem o lembra Guerra (2012, p. 59), “há, portanto, uma funcionalidade dessa prática profissional ao padrão de produção e reprodução social, insistimos, tenha o assistente social consciência ou não.”

Por fim, para encerrar nosso questionário, perguntamos quais eram as **expectativas** dos(as) profissionais neste campo de trabalho para os próximos anos:

QUADRO 13: Expectativas profissionais

Organização	Expectativas
Organização A	Esse é um campo de trabalho que só tende a crescer. Gostaria de ver mais assistentes sociais atuando com isso pois creio que temos uma visão mais crítica e visamos a transformação social acima de qualquer marketing para as empresas.
A organização C	Assistente social 1: Crescer como profissional e como pessoa e poder contribuir para que os projetos cheguem ano nosso público alvo, às crianças e suas famílias.
	Assistente social 2: Ampliação dos projetos que visam a ampliação de conhecimentos e ações, buscando sempre a qualidade de vida e a saúde da população atual e das próximas gerações.
	Assistente social 3: Atingir mais e mais pessoas com os projetos do Instituto e colaborar na construção de um país mais justo e com pessoas mais esclarecidas.

Fonte: Quadro por nós elaborado.

É interessante destacar que, por mais que este seja um campo de trabalho em um espaço contraditório, permeado de desafios, as profissionais que participaram da pesquisa avaliam positivas as expectativas com relação ao futuro. Expectativas, estas, pessoais e profissionais, de modo que tal forma de investimento atinja, ao fim, mais beneficiários.

Devemos, portanto, ressaltar que as experiências profissionais aqui citadas se realizam em uma trama de interesses sociais. Para Iamamoto (2013, p. 217),

[...] é preciso estabelecer os rumos e estratégias da ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível.

É importante explicitar que a exposição aqui realizada do exercício profissional do/a assistente social no investimento social privado não partiu de um juízo de valor; não se trata de uma questão de ser favorável ou não a essa prática. Trata-se, sim, de um tema para se conhecer em profundidade e se discutir.

O investimento social privado já é, claramente, um espaço de exercício profissional do/a assistente social. Como espaço a ser ocupado, os profissionais, integrantes da classe trabalhadora, sofrem reflexos do mundo do trabalho. A força de trabalho especializada do/a assistente social, assim como o de outras categorias profissionais, é colocada à venda no mercado, como uma mercadoria a ser comprada e consumida pelos mais diversos empregadores. Somam-se, ainda, as pressões advindas da compra e venda da força de trabalho, que “abalam”, de certa forma, os estatutos legais e éticos da categoria.

Segundo Yamamoto (2014, p. 424),

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no exterior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos.

Ainda que disponha de relativa autonomia, o/a assistente social não realiza seu trabalho de forma autônoma. Mesmo que disponha de conhecimentos teóricos-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos para intervenção, ele não possui todas condições organizacionais e materiais.

É preciso mencionar, antes da conclusão, que no questionário não havia propriamente perguntas sobre a função ou os aspectos relacionados à atuação do Estado. Notamos, assim, que nenhuma das respostas mencionaram o papel estatal nas demandas sociais, uma vez que o atendimento destas é de dever e prioridade do Estado.

E, quando mencionaram o Estado, foi apenas para se referirem a parcerias em demandas que já são atendidas pelas organizações. Entendemos, destarte, que a perda da percepção de primazia de atendimento via Estado é exemplo de algo que favorece o empregador, o setor privado e suas parcerias.

Ainda cabe dizer que todas as questões propostas nos questionários foram respondidas. Contudo, foram apresentadas respostas com características consensuais, que não revelam grandes problemáticas ou desafios. Acreditamos que a razão de tal fato está na técnica utilizada de aplicação de questionários aqui utilizada, na qual o/a entrevistado/a pôde selecionar e escrever o que considerava conveniente. E, também porque se tratavam de questões abertas e voltadas ao conhecimento geral do campo, que não provocassem um desconforto no momento da resposta.

Ressaltamos, como conclusão deste capítulo, as considerações sobre o projeto ético-político profissional apontadas por Braz e Teixeira (2009, p. 197):

Como [...] o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

4 O TEMA NA FRANÇA

Apresentaremos, neste capítulo, a responsabilidade social empresarial e o Investimento Socialmente Responsável, conceito que mais se aproxima do Investimento Social Privado no Brasil.

4.1 La Responsabilité Sociétale des Entreprises

A França compartilha o conceito de responsabilidade social empresarial, definido pela União Europeia como:

É a “responsabilidade das empresas, face a face aos efeitos que elas exercem na sociedade”.

– Para assumir esta responsabilidade, é preciso respeitar legislações e convenções coletivas;

– Para cumpri-la plenamente é necessário se envolver em estreita cooperação com as partes interessadas, um processo destinado a integrar as preocupações em matéria social, ambiental, ética, de direitos humanos e de consumidores nas atividades comerciais e na estratégia de base⁶⁰ (FRANCE, 2014, s.p.).

O conceito acima mencionado, destarte, trata da responsabilidade das empresas que causam impactos na sociedade. Ele traz, de um lado, a necessidade de se respeitar normas e legislações, o que deixa claro o fato de que a responsabilidade social empresarial não é um ato voluntário. E, de outro, a necessidade do envolvimento com as partes interessadas, como um processo para

⁶⁰ Nossa tradução. Conceito original: C'est « la responsabilité des entreprises vis-à-vis des effets qu'elles exercent sur la société » – Pour assumer cette responsabilité, il faut respecter législation et conventions collectives; – Pour s'en acquitter pleinement, il faut avoir engagé en collaboration étroite avec les parties prenantes, un processus destiné à intégrer les préoccupations en matière sociale, environnementale, éthique, de droits de l'homme et de consommateurs dans les activités commerciales et la stratégie de base (FRANCE, 2014, s.p.).

integrar as preocupações no que tange à sociedade, ao ambiente, à ética, aos direitos humanos e aos consumidores.

Para entender o seu desenvolvimento, utilizamos informações do Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia⁶¹, que mostram a trajetória da responsabilidade social:

QUADRO 14: Datas-chave da responsabilidade social

ANO	DESCRIÇÃO
1976	São divulgadas as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, para multinacionais;
1977	É publicada uma declaração tripartite de princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social pela Organização Internacional do Trabalho (segunda edição em 1991 e terceira edição em 2011). Sua criação se deve a debates realizados nas décadas de 1960 e 1970 sobre as atividades realizadas pelas empresas multinacionais, nos quais figuravam preocupações com questões concernentes ao trabalho e à política social (DECLARAÇÃO TRIPARTITE, 2002, p. 07).
1997	É fundada a <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI), em Boston (EUA), para enfrentar desafios ligados à sustentabilidade. Atualmente, a GRI é uma organização internacional independente e auxilia organizações, governos e empresas a compreender e também comunicar o impacto sobre questões de sustentabilidade (GRI, 2015, s.p.).
2000	É Lançado o Pacto Global pela ONU
2001	É lançado o livro verde sobre a responsabilidade social das empresas. O objetivo foi lançar um largo debate sobre como a União Europeia pode promover a responsabilidade social das empresas e aproveitar as experiências existentes, aumentar a transparência, incentivar práticas inovadoras de avaliação e validação das diversas iniciativas realizadas na Europa (EUR-LEX, 2005, s.p.) ⁶² .
2001	A França, através do artigo 116 da Lei nº 2001-420 de 15 de maio de 2001, relativa às Novas Regulamentações Econômicas (NRE),

⁶¹ Ministère de l'Écologie, du Développement Durable et de l'Énergie. **Responsabilité sociétale des entreprises**. 10 septembre 2013 (mis à jour le 20 novembre 2014). Disponível em: <<http://www.developpement-durable.gouv.fr/Qu-est-ce-que-la-responsabilite.html>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

⁶² EUR-LEX. **Livre vert sur la responsabilité sociale des entreprises**. Dernière modification le: 05.07.2005. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=URISERV%3An26039>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

	instaurou, pela primeira vez, uma obrigação de relatório social e ambiental para empresas. Esta lei foi modificada pela lei nº 2010-788 de 12 de julho de 2010 sobre o compromisso nacional pelo ambiente, chamada de Grenelle 2, que alargou a exigência do relatório nas empresas (LEGIFRANCE, 2015, s.p.). ⁶³
2010	É lançada a ISO 2600 em Genebra, Suíça, especificamente no dia 1 de novembro (a versão no Brasil, ABNT NBR ISO 26000, foi lançada em 8 de dezembro de 2010).
2010	A França lança a Estratégia Nacional pela Biodiversidade, que compreende orientações estratégicas e objetivos para o período de 2011 – 2020 ⁶⁴ .
2011	É lançada uma nova estratégia da União Europeia para o período de 2011 – 2014 ⁶⁵ .
2013	A França lança uma plataforma, chamada de Plataforma Nacional de Ações Globais para a Responsabilidade Social das Empresas, criada em 17 de junho de 2013. É utilizada para diálogo e consulta e reúne diversos autores da sociedade francesa com interesse pela responsabilidade social empresarial, como ONGs, empresas, trabalhadores e também representantes do poder público. Sua missão é a de preparar uma resposta a pedido da Comissão Europeia em que cada Estado-Membro deva adotar um plano ou uma lista de ações prioritárias visando promover a responsabilidade social empresarial ⁶⁶ . De acordo com uma lista de organizações e institutos membros divulgada em 21 de novembro

⁶³ “La Grenelle 2 a étendu cette obligation à certaines sociétés non cotées, dont le total de bilan ou le chiffre d'affaires et le nombre de salariés excèdent certains seuils. Le décret prévoit des seuils de 100 millions d'euros pour le total du bilan ou le montant net du chiffre d'affaires et de 500 pour le nombre moyen de salariés permanents employés au cours de l'exercice”. Mais informações em: LEGIFRANCE. **Le service public de la diffusion du droit. Décret n° 2012-557 du 24 avril 2012 relatif aux obligations de transparence des entreprises en matière sociale et environnementale. JORF n°0099 du 26 avril 2012 page 7439 texte n° 18.** Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000025746900&categorieLien=id>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

⁶⁴ Mais informações em: FRANCE. Ministère de l'écologie, du développement durable et de l'énergie. **Présentation de la stratégie nationale pour la biodiversité 2011-2020.** 6 juillet 2011 (mis à jour le 12 décembre 2013). Disponível em: <<http://www.developpement-durable.gouv.fr/Presentation-generale-de-la.html>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

⁶⁵ Mais informações em: Commission Européenne. **Responsabilité sociale des entreprises: une nouvelle stratégie de l'UE pour la période 2011-2014.** Communication de la commission au parlement européen, au conseil, au comité économique et social européen et au comité des régions. Bruxelles, le 25.10.2011 COM(2011) 681 final. Disponível em: <http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/com2011_0681fr01.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

⁶⁶ Mais informações: **ACTIS Service Social et Infirmiere du Travail.** Disponível em: <<http://www.actis.asso.fr/>>. Acesso em: 7 nov. 2015.

	de 2014, fazem parte: 14 empresas; 6 sindicatos, 11 organizações da sociedade civil, 8 organizações especializadas, 11 instituições públicas ⁶⁷ .
2014	A União Europeia publica uma diretiva sobre os relatórios extra financeiros de grandes empresas.

Fonte: Quadro por nós elaborado com referência ao *Ministère de l'Écologie, du Développement Durable et de l'Énergie* (2013, s.p.) e outras fontes supramencionadas.

O *Livre Vert* EUR-LEX (2005), citado no quadro acima, aponta que ser socialmente responsável significa não somente satisfazer as obrigações jurídicas, mas ir além e investir no capital humano, no ambiente e nas relações com as partes interessadas. Ele introduz que, dentro da empresa, as práticas socialmente responsáveis afetam o capital humano, a segurança e a saúde. As práticas também se aplicam à gestão dos recursos naturais utilizados na produção e no exterior. As comunidades locais, do mesmo modo, são atingidas, proporcionando serviços.

Segundo Delmas (2014, p. 17), faz parte da responsabilidade social empresarial considerar que a empresa está em constante interação com o seu ambiente e com as partes interessadas na cadeia de valor, principalmente clientes e fornecedores, e também com todos aqueles afetados localmente por sua atividade (comunidade).

De acordo com informações do *France Diplomatie*⁶⁸, a responsabilidade social das empresas na França é considerada uma questão internacional importante e as ações socialmente responsáveis abrangem vários temas. Dentre eles podemos citar o meio ambiente e os direitos humanos, localizados em espaços institucionais diversos, como também em organismos intergovernamentais, a exemplo a ONU, a União Europeia e a *Société Financière Internationales*, e como organizações privadas, a exemplo a *Organisation Internationale de Normalisation* e a *Global Reporting Initiative*, e como organizações

⁶⁷ Mais informações: Liste des organisations et institutions membres de la Plateforme nationale pour la RSE (arrêtée le 27 février 2015). Disponível em: <<http://www.strategie.gouv.fr/travaux/plateforme-rse/presentation-de-plateforme/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁶⁸ Mais informações: **Focus : l'engagement de la France pour la Responsabilité sociale des entreprises (intégrer les objectifs du développement durable dans les pratiques des entreprises)**. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/diplomatie-economique-et-commerce-exterieur/peser-sur-le-cadre-de-regulation-europeen-et-international-dans-le-sens-de-nos/focus-l-engagement-de-la-france-pour-la-responsabilite-sociale-des-entreprises/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

mistas, a exemplo o Pacto Mundial e os Princípios para o Investimento Responsável sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas e a Iniciativa pela transparência nas Indústrias Extrativas etc.

Delmas (2014, p. 17) ainda indica que a Responsabilidade Social Empresarial deveria estar a serviço de um novo modelo de desenvolvimento para responder aos interesses da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, e ter, assim, um impacto positivo social e/ou ambiental.

Sem a pretensão de fazer uma análise comparativa, apenas indicamos que foi possível notar que a implantação da responsabilidade social nos dois países seguem normas internacionais e que não há substantivas diferenças em relação à definição do conceito no Brasil.

4.2 Investimento Social Privado na França: L'Investissement Socialement Responsable

Apresentamos, neste tópico, o *Investissement Socialement Responsable*, em nossa tradução, Investimento Socialmente Responsável, por considerarmos que é o que mais se aproxima do que conhecemos no Brasil como Investimento Social Privado.

De acordo com Fatoux (2006, p. 41), a responsabilidade social empresarial é o fator de desenvolvimento do investimento socialmente responsável. Louche e Lydenberg (2006, p. 81) apontam que essa forma de investimento social começou nos Estados Unidos, em meados de 1970, e é hoje conhecida e praticada no mundo todo. Porém também lembram que as estratégias e motivações se diferem entre os países, principalmente graças a motivos culturais e políticos.

Com o objetivo de mostrar como essa forma de investimento é expressiva na Europa, segundo informações do portal de economia e finanças do *Ministère des Finances et des Comptes Publics* da França (2015), em 2009 foi realizada uma enquete pela Rede Europeia para a promoção do investimento

socialmente responsável, chamada de *Eurosif*⁶⁹. Com uma amostra de treze países da União da Europeia, verificou-se que essa forma de investimento representava 5.000 milhões de euros.

De fato, a mencionada forma de investimento social está em crescimento na França, conforme aponta o CA Île de France (2015, s.p): “o mercado do Investimento Socialmente Responsável está em pleno crescimento na França, com uma multiplicação do montante por quarenta em dez anos. Isso representa 223 milhões de euros em 2014, ou sejam 31% a mais do que em 2013”⁷⁰ (CA ÎLE DE FRANCE, 2015).

De acordo com o *Ministère de l'Écologie, du Développement Durable et de l'Énergie* (FRANCE, 2014, s.p.) “o investimento socialmente responsável é um investimento individual ou coletivo efetuado de acordo com critérios sociais, ambientais, éticos e de governança das empresas, sem ocultar o desempenho financeiro”⁷¹.

Este mesmo conceito é também adotado por autores como Christian Gollier (2006, p. 11): “um investimento é dito socialmente responsável se ele otimiza suas escolhas em matéria de alocação de ativos, não apenas com base em critérios

⁶⁹ Eurosif tem como missão (texto original em inglês): Eurosif is the leading pan-European sustainable and responsible investment (SRI) membership organisation whose mission is to promote sustainability through European financial markets. Eurosif works as a partnership of Europe-based national Sustainable Investment Forums (SIFs) with the direct support of their network which spans across over 400 Europe-based organisations drawn from the sustainable investment industry value chain. These organisations include institutional investors, asset managers, financial services, index providers and ESG research and analysis firms totalling over €8 trillion in total assets. Eurosif is also a founding member of the Global Sustainable Investment Alliance, the alliance of the largest SIFs around the world. The main activities of Eurosif are public policy, research and creating platforms for nurturing sustainable investing best practices. Mais informações: **EUROSIF. Promoting Sustainability through European Financial Markets**. Disponível em: <<http://www.eurosif.org/>>. Acesso: 12 janeiro de 2016.

⁷⁰ Nossa tradução. Original: “le marché de l'ISR est en pleine croissance en France, avec une multiplication des encours par quarante depuis dix ans et il représente 223 milliards(1) d'euros en 2014, soit 31%(1) de plus qu'en 2013” (CA ÎLE DE FRANCE, 2015).

⁷¹ Nossa tradução. Conceito original “l'investissement socialement responsable (ISR): est un investissement individuel ou collectif effectué selon des critères sociaux, environnementaux, éthiques et de gouvernance d'entreprise sans occulter la performance financière” (FRANCE, 2014, s.p).

financeiros, mas também integrando preocupações sociais, éticas financeiras e ambientais”⁷².

Segundo Alain Leclair (2006, p. 12),

O investimento socialmente responsável se parece, de certa forma, com um novo paradigma suscetível de contribuir para incentivar, entre outras ações, os emitentes a se envolverem em uma abordagem ativa para o desenvolvimento sustentável ou de responsabilidade social. A adoção dessa “cultura” constitui uma poderosa ferramenta estratégica que contribui para promoção e melhoria do desempenho econômico, social e ambiental das empresas⁷³.

O conceito de investimento socialmente responsável se refere a um investimento realizado pelo setor privado no campo social e ambiental e, destarte, também se relaciona com o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um investimento que pode ser individual ou coletivo e que é efetuado de acordo com critérios sociais, ambientais, éticos e de governança corporativa, sem ocultar o desempenho financeiro.

De acordo com Brito et al (2005, p. 09),

Ele pode ser definido, de modo geral, como uma prática de investimento que integra elementos não estritamente financeiros na decisão de atribuir os fundos. Numerosos termos mais ou menos equivalentes são comumente usados para qualificar a mesma realidade: investimento responsável, investimento social, investimento comunitário, investimento ético, investimento de desenvolvimento sustentável, investimento multicritério, etc⁷⁴.

⁷² Nossa tradução. Conceito original de Christian Gollier (2006, p.11): “Un investissement est dit socialement responsable s’il optimise ses choix en matière d’allocation d’actifs non plus uniquement sur la base de critères financiers, mais en y intégrant aussi des préoccupations sociales, éthiques financier et environnementales”

⁷³ Nossa tradução. Conceito original segundo Alain Leclair (2006, p. 12): “L’ISR se profile à certains égards comme un nouveau paradigme susceptible, à terme, de contribuer à inciter, entre autres, les émetteurs à s’engager dans une démarche active de développement durable ou de responsabilité sociétale. L’adoption de cette “culture” constitue un puissant outil stratégique contribuant à favoriser l’amélioration des performances économique, sociale et environnementale des entreprises”

⁷⁴ Nossa tradução. Conceito original de Brito et al (2005, p. 09): “Il peut se définir au sens large comme une pratique d’investissement qui intègre des éléments non strictement financiers dans la décision d’allocation des fonds. De nombreux termes plus ou moins équivalents sont couramment retenus pour qualifier cette même réalité: investissement responsable, investissement social,

Com tal prática, as organizações assumem responsabilidades e deveres perante a sociedade. Segundo Brito et al (2005, p. 10), há uma tendência em se distinguir dois tipos de investimento socialmente responsável: o ético (de natureza moral) e o de performance (ligada à performance financeira).

Cabe adicionar que a bibliografia que consultamos faz sempre referência à alocação de fundos, dentre eles o fundo de investimento socialmente responsável dos investidores em ações na bolsa de valores, o que Brito et al (2005, p. 10) chamam de “*Fonds ISR investissant sur les marchés boursiers d’actions*”. Notamos, aqui, que a dimensão financeira recebe mais destaque.

Segundo o *Ministère de l’Écologie, du Développement Durable et de l’Énergie* (FRANCE, 2014), para alguns autores o investimento socialmente responsável é definido como um componente financeiro do conceito de desenvolvimento sustentável. Neste caso, os investidores não limitam seu interesse em critérios financeiros (como de rentabilidade e risco, por exemplo). Eles também utilizam, para a tomada de decisão, critérios extra-financeiros, como o social, o ambiental, o ético etc.

É possível notar que tratamos aqui de um conceito mais estratégico, alinhado ao *core business* da empresa, e que visa equilibrar o aspecto econômico com o desenvolvimento sustentável. Não há, de fato, referência a elementos-chave como na definição brasileira, já apresentada.

De acordo o portal de economia e finanças do *Ministère des Finances et des Comptes Publics* da França (2015), o desenvolvimento do Investimento Socialmente Responsável na Europa, assim como na América do Norte e na Ásia, se desenvolveu com a ideia de que os campos sociais e ambientais podem contribuir na performance das organizações, a médio e longo prazo.

Apresentamos, a seguir, um quadro com informações traduzidas na íntegra do Portal de economia e finanças do *Ministère des Finances et des Comptes Publics* da França com o objetivo de expor alguns dos principais organismos de pesquisa e promoção do Investimento Socialmente Responsável no país.

investissement communautaire, investissement éthique, investissement développement durable, investissement multicritères, etc.”

QUADRO 15: Organizações de promoção do ISP⁷⁵.

Forum pour l'investissement responsable (FIR)	"O Fórum para o Investimento Responsável foi criado em 2001 por gestores de fundos, especialistas de análise social e ambiental, consultores, sindicalistas, acadêmicos e cidadãos. Desde então, eles se juntaram a investidores. Sua preocupação comum: promover o investimento socialmente responsável (SRI), fazer com que mais investimentos integrem às problemáticas de coesão social e desenvolvimento sustentável. O FIR é uma parte envolvida e membro fundador da rede europeia de fóruns para o Investimento Responsável: Eurosif "
Association Française de Gestion	"A Associação Francesa de Gestão Financeira (AFG) reúne investidores na gestão de ativos, seja ela individualizada sob mandato ou coletiva. Seus membros são companhias de gestão empresariais ou filiais de bancos ou companhias de seguros".
Paris Europlace	" <i>Paris EUROPLACE</i> foi criado pelas principais instituições representativas do centro financeiro de Paris para promover os financiadores franceses".
Novethic	"Filial da <i>Caisse des Dépôts</i> , Novethic é tanto uma mídia para o desenvolvimento sustentável como um centro de pesquisa para o Investimento Socialmente Responsável (ISR) e Responsabilidade Social Empresarial (RSE)".
Observatoire sur la Responsabilité Sociétale des Entreprises (ORSE)	"Associação de encontro de grandes empresas, de companhias de gestão de carteiras, de organizações profissionais e sociais que informa e reflete sobre responsabilidade social e ambiental das empresas, o desenvolvimento sustentável e o investimento socialmente responsável (ISR) na França, na Europa e internacionalmente".
Chaire Finance durable et investissement responsable (FDIR)	"Criada em 2007, a cátedra "Finança Sustentável e Investimento Responsável" é a primeira de seu tipo no mundo [...] e se baseia nas competências de equipes de pesquisadores altamente qualificados e desfruta de uma reputação internacional".
Association pour le Développement de l'Enseignement et de la Recherche sur la Responsabilité Sociale de	"Associação para promover o tema da responsabilidade social das empresas (RSE) nas instituições de ensino de Ciências da Administração - Universidades e Faculdades - na França, bem como incentivar o desenvolvimento de pesquisas neste campo emergente".

⁷⁵ O quadro original será apresentado no ANEXO NÚMERO 1.

l'Entreprise (ADERSE)	
Amis de la terre	"Associação de proteção do homem e do ambiente que presta atenção especial à responsabilidade dos investidores. Desenvolve uma visão crítica sobre ISR e elaborou um guia "eco-cidadão", "Meio Ambiente: como escolher minha poupança"

Fonte: Portal de economia e finanças do *Ministère des Finances et des Comptes Publics da França* (FRANCE, 2015, s.p.).

Expusemos, aqui, apenas o conceito, a quantidade de investimentos e as principais organizações que tratam do assunto, dado que foram os principais elementos que encontramos para indicar, de forma clara e objetiva, o que mais se aproxima do nosso objeto de pesquisa na França.

No entanto, não aprofundamos essa abordagem, pois há uma série de características próprias dessa forma de investimento, como, por exemplo os fundos de investimento e as análises financeiras, que fogem ao nosso objetivo. Este é um assunto complexo e, no que se refere ao social, não encontramos vestígios da interface do Serviço Social com tal forma de investimento.

Destarte, devido a tais limitações, não aprofundaremos o estudo deste assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É de inúmeros atos de coragem e fé que a história humana é construída. Cada vez que um homem se levanta por um ideal, realiza algo para melhorar a sorte dos outros ou se revolta contra a injustiça, ele espalha uma pequena onda de esperança. Cruzando cada uma delas com um milhão de diferentes centros de energia e ousadia, essas ondulações constroem um fluxo que pode varrer as mais poderosas muralhas de opressão e resistência.”

Robert Kennedy, em discurso na
Universidade de Cape Town,
África do Sul (1966)

Enveredar por um espaço de trabalho como o campo do Investimento Social Privado, que é ao mesmo tempo complexo, contraditório e ainda pouco explorado, constituiu-se em um grande desafio. Entendemos que “toda conclusão é sempre provisória” (NETTO, 2009, p. 10), e por essa razão aqui encaminhamos nossas considerações finais. Sem esgotar o assunto, deixamos aberto um caminho para novas descobertas e debates.

Com a pesquisa, atingimos o proposto objetivo geral de conhecer e analisar o investimento social privado e sua interface com o Serviço Social em empresas, institutos e fundações associadas ao GIFE, situados na cidade de São Paulo. E alcançamos também os objetivos específicos: identificamos a conjuntura que propiciou o surgimento e desenvolvimento do Investimento Social Privado; mapeamos os associados do GIFE que desenvolvem investimento social privado na cidade de São Paulo; identificamos quem são os profissionais envolvidos nas ações, projetos e programas de investimento social privado e identificamos a presença de Assistentes Sociais e o quadro de profissionais que compõem o investimento social privado.

Nossa pesquisa confirmou a hipótese de que o investimento social privado se constitui como um campo ocupacional do/a assistente social, com pouca visibilidade e pouca presença dos profissionais de Serviço Social em razão da fragilidade da formação profissional nesse campo e do desconhecimento das atribuições e contribuições desse profissional por parte das organizações empresárias.

O investimento social privado no Brasil é uma área temática de impacto e de relevância social, de esfera não estatal e de interesse público, que emergiu em alternativa à limitada ação social do Estado neoliberal. A complexidade desse espaço, assim, ganha corpo quando relacionada ao contexto das transformações societárias.

Notamos que a relação entre empresa, Estado e sociedade civil ficam mais evidentes a partir da década de 1990. Desde então, o investimento social privado ganhou forças, pois a sociedade civil organizada se expandiu, se diversificou e a atuação em rede tornou-se um meio abrangente para reunir organizações em prol de questões no meio social e ambiental.

O fato de o desenvolvimento do investimento social privado no Brasil ter ocorrido de um modo muito próximo ao movimento da responsabilidade social empresarial. Demonstramos que dentro do conjunto de *stakeholders* da responsabilidade social empresarial que lhe dá corpo e mantém relações, há uma comunidade, a qual, dentro desse modelo de relação, representa o investimento social privado. A responsabilidade social empresarial se apresenta, então, pela abrangência e complexidade, como um modelo de gestão; já o investimento social privado, como um instrumento apropriado de relacionamento e conexão com a comunidade externa.

Exploramos a constituição do GIFE e o quanto ele foi importante para a construção do que conhecemos hoje sobre o investimento social privado. Quando o GIFE começou a discutir a questão da filantropia na década de 1990, especialmente no momento do Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, foi entendido que o empresariado estava interessado em fazer um investimento social na esfera pública, conforme apontou Ioschep (2015), constituindo-se como uma contribuição privada para o interesse público.

Não podemos deixar de sinalizar que entendemos ser de primazia e responsabilidade do Estado o enfrentamento da complexidade de arranjos e desigualdades que a sociedade apresenta. Entretanto, também consideramos a força que os investidores sociais privados possuem, apesar de não poder considerar que as ações de investimento social privado se prestam a atingir objetivos situados

para além de suas possibilidades de ação. Mesmo porque não é interesse da burguesia capitalista produzir substanciais alterações na vigente ordem social.

Chama a atenção o volume de recursos que o setor privado investe em causas públicas. No entanto, mesmo que expressivo e em ascensão, não se equipara à abrangência, investimento e responsabilidade do setor público. Entendemos que a marca e potencial dos investidores sociais privados estão assentadas na criação de novas abordagens, na experimentação, na produção de inovações e na união de esforços.

Um largo número de organizações, como os institutos, as fundações e as empresas, tem realizado significativos investimentos sociais, conforme demonstramos. No entanto, a questão da participação das organizações na realização da presente pesquisa foi um grande desafio. Verificou-se que o setor não se prontifica a pesquisas como a nossa. O que é, minimamente, contraditório, visto são investidores em causas sociais. Desta forma, este estudo abordou uma pequena fatia de um processo maior, uma face da realidade social, e não pretendeu - e nem seria possível - esgotá-la, nem generalizá-la por meio de considerações.

Com a realização da pesquisa de campo, mesmo com um universo reduzido, trouxemos um conjunto de informações sobre o quadro de colaboradores do investimento social privado. Nele constatamos a presença de assistentes sociais e, assim, validamos a ideia de que esse é um campo de trabalho de tal profissional. Dentre os profissionais que integram este quadro, foi possível notar que há, sobretudo, a presença de administradores, psicólogos, pedagogos, comunicadores, engenheiros e assistentes sociais.

No que tange à pesquisa com as assistentes sociais, chamou a atenção o fato de não aparecerem nas falas das entrevistadas referências ao exercício profissional alinhado ao Projeto Ético Político Profissional e sequer qualquer aspecto da primazia do Estado no enfrentamento das questões que assolam a sociedade brasileira. Gostaríamos de frisar, para fins de reconhecimento e como forma de resistência, que conforme Netto (1999), em tempos atuais, manter o alinhamento com o projeto ético-político profissional da categoria acaba sendo um desafio.

O espaço sócio-ocupacional que o/a assistente social ocupa em tal campo é minimamente conhecido. Destacamos, destarte, a importância de trazer para dentro da categoria profissional e dos Conselhos Regionais de Serviço Social a discussão sobre o exercício profissional do/a assistente social no setor privado. É preciso abrir espaços para o debate, para a troca de conhecimento, para orientação etc. Como, também, incrementar a produção teórica na área temática, no sentido de tornar pública e ampliar a discussão, como ocorre em outros espaços sócio-ocupacionais.

Mostramos, além, que existe um número expressivo de beneficiários das ações, dos projetos e programas de investimento social privado, o que nos leva a pensar, por exemplo, em qual é o lucro social dessa forma de investimento.

É latente que existem muitos desafios para a categoria profissional, particularmente na esfera do mercado, onde a contradição entre capital e trabalho é ainda mais explícita. É importante apontar que os elementos dessas contradições têm uma questão de fundo no modo de produção capitalista e que seus reflexos são sentidos na sociedade, que dia após dia se renova e ganha novas configurações.

Em relação à tentativa de aproximação do nosso objeto de pesquisa com a realidade francesa, foi possível notar que o que entendemos no Brasil como investimento social privado é conhecido na França como *l'investissement socialement responsable*, por nós traduzido como investimento socialmente responsável. Tais conceitos diferem em nome e em conteúdo, mas trazem em comum a questão do desenvolvimento sustentável. Compreendemos que o investimento social privado nos dois países são diferentes, pois foram gestados sobre diferentes bases econômicas e sociais, de acordo com a realidade de cada país. E, no que tange à responsabilidade social empresarial, seu conceito é regulamentado por normas internacionais, o que faz com que haja uma similaridade entre os conceitos. Notamos, ainda, que o investimento social na França é permeado de questões econômicas e financeiras que não fazem parte dos objetivos desta pesquisa.

Há muito ainda a se escrever e pensar sobre esse campo. Trouxemos aqui reflexões na tentativa de dizer o quanto esse cotidiano é rico, complexo e

contraditório, ainda mais quando se tenta aproximar de um tema e/ou campo de trabalho do/a assistente social.

Finalmente, os resultados apresentados neste dissertação não se limitam à descrição dos participantes. Nossa proposta é contribuir com o debate sobre a atuação dos investidores sociais privados no campo social e no centro de nossas preocupações estará sempre a categoria profissional dos/as assistentes sociais. Sobretudo, é nosso desejo deixar subsídios para que novas pesquisas sejam realizadas. Bem o disse Marx: “todo começo é difícil em qualquer ciência” (MARX, 1968, p. 04).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABREO, Ana Carolina S. B. d; FÁVARO, Cláudia Renata. **Demandas de Serviço Social no setor empresarial**. In Serviço Social em revista. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 4, n. 1, p. 45-57, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>>. Acesso em: 18 out de 2013.

ABRINQ. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br/>>. Acesso: 23 ago de 2015.

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de posturas ou novos rumos?** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003 . Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/952/732>>. Acesso: 01 jul. 2012.

AMARAL, Roberto Galassi. **Responsabilidade social da empresa: a área de gestão de pessoas como mediadora entre a organização e a comunidade**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMARAL, Roberto Galassi. **AMARAL, Roberto Galassi: depoimento** [9 de junho 2015]. Entrevistadora: Gisele Dayane Milani. São Paulo, 2015.

AMCHAM. **Conheça um pouco da história da Amcham** . Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/o-que-somos/conheca-um-pouco-da-historia-da-amcham>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

AMOROSO, Sergio. **Investimento privado e desenvolvimento : balanço e desafios** / org. Marte Porto ; pesq. Andre Urani, Monica de Roure ; colab. Cindy Lessa. 1.ed Rio de Janeiro: Brasil : Senac Rio, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno CRH, n. 37 p. 23-45. jul/dez 2012. Disponível em: <https://www.google.fr/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiWg_vogfTJAhVCAxoKHcrBCm8QFggfMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cadernocrh.ufba.br%2Finclude%2Fgetdoc.php%3Fid%3D941%26article%3D128%26mode%3Dpdf&usg=AFQjCNEPPgG70vc6qHOfzQWdRK6wKtup8w&sig2=c4dvuadQTMdQZJBdyxP3uA&bvm=bv.110151844,d.d2s>. Acesso: 24 dez de 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ASHLEY Patrícia Almeida. **A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial**. In: *Ética e responsabilidade social nos negócios / coord. Patricia Almeida Ashley ; colab. Adele Queiroz ... et al. Sao Paulo : Saraiva, 2010.*

ASHLEY Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Ação profissional no cotidiano**, in Martinelli, Maria Lúcia et al (Orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história**. *Serv. Soc. Soc. no.113 São Paulo jan./mar. 2013.*

BEHRING, Elaine Rossetti. **França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100002&lng=pt&nrm=iso&tling=pt>. Acesso: 19 nov de 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015**. Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htmf>. Acesso: 21 dez de 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso: 29 dez de 2015.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BISC 2015. Relatório BISC 2015. **Benchmarking do Investimento Social Corporativo Comunitas**. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0B4J0UZzbue20MUxnQkNNZWd3SHM/view>>. Acesso: 31 dez 2015.

BRITO, César de; DESMARTIN, Jean-Philippe; LECLIN, Valéry Lucas; PERRIN, François. **L'Investissement Socialement Responsable**. Ed. Economica, Paris, 2005.

CA Île de France. **L'Investissement Socialement Responsable à l'honneur pour la semaine ISR qui se tient du 5 au 11 octobre 2015**. Disponível em:

<<https://www.ca-paris.fr/magazine/epargne/l-investissement-socialement-responsable-a-l-honneur-pour-la-semaine-isr-qui-se-tient-du-5-au-11-octobre-2015.html>>. Acesso: 8 novembro de 2015.

CAPOAVA, Aliança. **Responsabilidade Social Empresarial: Por que o guarda-chuva ficou pequeno?** Disponível em:

http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/21/alian%C3%A7a_capoava_2010.pdf. Acesso: 2 mai de 2015.

CARTA CAPITAL. **Sustentabilidade: Entenda a COP 21 e as disputas em jogo**.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/entenda-a-cop-21-e-as-disputas-em-jogo-5188.html>>. Acesso: 09 ago de 2015.

CARVALHO, M.C.B e NETTO, J.P. **Cotidiano conhecimento e crítica**. 10^o ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Disponível em:

<www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso: 21 dez de 2015.

CFF. **Qui Sommens-Nous?** Disponível em: <<http://www.centre-francais-fondations.org/qui-sommens-nous>>. Acesso: 31 dez de 2015.

CHAUI, Marilena de Souza. **Brasil : mito fundador e sociedade autoritaria**. São Paulo : Fundacao Perseu Abramo, 2012.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca da educação. Série 1 Escola, v.16).

COMMISSION EUROPÉENNE. **Responsabilité sociale des entreprises: une nouvelle stratégie de l'UE pour la période 2011-2014**. Communication de la

commission au parlement européen, au conseil, au comité économique et social européen et au comité des régions. Bruxelles, le 25.10.2011 COM(2011) 681 final.

Disponível em: <http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/com2011_0681fr01.pdf>. Acesso: 19 dez de 2015.

COP21. **Conférence des Nations unies sur le changements climatiques.**
Disponível em: <<http://www.cop21.gouv.fr/195-pays-adoptent-le-premier-accord-universel-sur-le-climat/>>. Acesso: 22 dez de 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: Abepss: 2009.

CRESS 7ª Região (RJ). **Assistente Social: ética e ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções.** Rio de Janeiro: Lidador, mai. 2000.

DECLARAÇÃO TRIPARTITE. **Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social.** Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 1ª edição, 2002.

DELMAS, Alain. **La RSE: une voie pour la transition économique, sociale et environnementale.** Conseil Économique Social et Environnemental. Mandature 2010-2013 – Séance du 26 Juin 2013.

DEGENSZAJN, Andre; RIBEIRO, Pamela. **Investimento Social Privado no Brasil: tendências, desafios e potencialidades.** Org: Fábio Deboni. 1 ed Brasília – DF: 2013.

DEGENSZAJN, Andre. **CENSO GIFE 2014.** São Paulo: GIFE, 2015.

DEHEUVELS, Thierry. Avant-propos – **Pourquoi l'ISR a-t-il besoin de recherche universitaire?** Regards croisés. In: Renué d'Economie Financiere. Revue trimestrielle de l'association d'economie financière, nº 85, setembro 2006. Imprimerie du Lion. Châtenois-les-Forges – France.

DOHERTY JOHNSON, Paula; Kelly, Colleen; Letts, Christine. **Da Prosperidade ao Propósito Perspectivas sobre a Filantropia e Investimento Social Privado na América Latina.** Ed. Hauser Institute For Civil Society at Harvard Kennedy School. Jun 12, 2015. Copyright 2015 UBS.

DOWBOR, Ladislau. **Tendências da Gestão Social** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/02.pdf> . Saúde e Sociedade 8(1):3-16, 1999. Acesso: 24 dez de 2014.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: o homem.** Trad. De Maria Lúcia L. Rosa. São Paulo: Nobel, 2001.

ECHEGARAY, Fabián. **Tendências, percepções respectivas da sustentabilidade no brasil.** In: Investimento Social no Brasil: tendências, desafios e potencialidades. Org. Fábio Deboni. 1ed. Brasília-DF, 2013.

EGOSHI, Koiti. **A falácia do desenvolvimento sustentável.** In: Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores

desafios da nossa época. Org: Aroldo José de Hoyos Guevara [et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ESQUERDA MARXISTA. **A queda do Muro de Berlim – História e consequências**. <<http://www.marxismo.org.br/content/queda-do-muro-de-berlim-historia-e-consequencias>>. Publicado: 18/11/2014. Acesso em: 20 dez. 2015.

ETHOS. **Sobre o Instituto**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/missao/#.VY7fTkYd1bs>> Acesso em: 27 jun. de 2015.

ETHOS. **Conceitos básicos e indicadores de responsabilidade social empresarial**. Rede Ethos de Jornalistas. Versão on-line, São Paulo, junho de 2007, 5ª ed. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/conceitos-basicos-e-indicadores-de-responsabilidade-social-empresarial-5a-edicao-2/#.VaENWUYd1bs>>. Acesso: 11 jul. De 2015.

EUR-LEX. **Livre vert sur la responsabilité sociale des entreprises**. Dernière modification le: 05.07.2005. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=URISERV%3An26039>>. Acesso: 19 dez de 2015.

EUROSIF. **Promoting Sustainability through European Financial Markets**. Disponível em: <<http://www.eurosif.org/>>. Acesso: 12 janeiro de 2016.

FALCONER, Andres Pablo; VILELA, Roberto. **Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras**. Andres Pablo Falconer e Roberto Vilela. São Paulo: Peirópolis: Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2001.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor – Um estudo sobre a Construção do Papel das Organizações sem fins lucrativos e do seu Campo de Gestão**. São Paulo, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 1999. 153 p.

FATOUX, François. **La responsabilité sociétale des entreprises, facteur de développement de l'investissement socialement responsable**. In: Renué d'Economie Financiere. Revue trimestrielle de l'association d'economie financière, nº 85, setembro 2006. Imprimerie du Lion. Châtenois-les-Forges – France.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**. O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FGV. **Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/SegundaGuerraMundial>>. Acesso: 24 dez de 2015.

FIESP. **Cores – Comitê da Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/comites/responsabilidade-social-cores/>>. Acesso em: 02 jul. De 2015.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor.** São Paulo: Editora Gente, 2002.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. **Desafios da parceria governo e terceiro setor.** Revista de Administração, São Paulo, v.33, n.1, p.12-19, janeiro/março, 1998.

FRANCE. **Ministère de l'Écologie, du Développement Durable et de l'Énergie.** Responsabilité sociétale des entreprises. Publicado: 10 septembre 2013 (mis à jour le 20 novembre 2014). Disponível em: <<http://www.developpement-durable.gouv.fr/Qu-est-ce-que-la-responsabilite.html>>. Acesso: 19 dez de 2015.

FRANCE. Ministère de l'écologie, du développement durable et de l'énergie. **Présentation de la stratégie nationale pour la biodiversité 2011-2020.** Publicado: 6 juillet 2011 (mis à jour le 12 décembre 2013). Disponível em: <<http://www.developpement-durable.gouv.fr/Presentation-generale-de-la.html>>. Acesso: 19 dez de 2015.

FRANCE. Ministère des Finances et des Comptes Publics et Ministère de L'Économie de l'Industrie et du Numérique. Le portail de l'Économie et des Finances. **L'investissement socialement responsable.** Modifié le 19/08/2015. Disponível em: <<http://www.economie.gouv.fr/facileco/linvestissement-socialement-responsable>>. Acesso: 12 jan 2015.

FUSTEC, Alan. **Panorama de la mise en oeuvre de la RSE dans les entreprises françaises.** Bilan de l'Agence LUCIE 2009 – 2013 et commentaires. 4 Février 2014. Plataforma RSE: Responsabilité Sociale des Entreprises. Disponível em: <<http://www.strategie.gouv.fr/travaux/base-de-donnees/base-documentaire>>. Acesso: 12 nov de 2015.

GDP (current US\$) 2014. The World Bank. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>> Acesso: 11 out de 2015.

GIFE. **Associados:** lista completa de associados. Investimento social privado e terceiro setor. Disponível em: <www.gife.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2015

GIFE. **Associados.** Disponível em: <<http://gife.org.br/associados/>>. Acesso em: 26 fev. 2016

GIFE. **Brasil se torna sede da WINGS em janeiro.** Disponível em: <<http://site.gife.org.br/artigo-brasil-se-torna-sede-da-wings-em-janeiro-14023.asp>>. Acesso: 17 nov de 2015

GIFE. **Censo Gife 2011-2012.** São Paulo: GIFE, 2013.

GIFE. **Censo Gife 2014.** São Paulo: GIFE, 2015.

GIFE. **Como divulgar ações sociais de empresas.** 1ªed. 2006. Editora GIFE. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/13/gife_livro_final.pdf>. Acesso: 10 ago de 2015.

GIFE. **Encontro debate sobre Investimento Social Privado e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Publicado por GIFE em 16/11/2015. Disponível em: <<http://gife.org.br/2015/11/16/encontro-debate-sobre-investimento-social-privado-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso: 17 nov de 2015.

GIFE. **GIFE completa 20 anos em 2015 e convida sua rede para celebrar as conquistas do setor.** 9 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/artigo-gife-completa-20-anos-em-2015-e-convida-sua-rede-para-celebrar-as-conquistas-do-setor-15881.asp>>. Acesso: 04 ago de 2015.

GIFE. **Gife é um grupo de investidores sociais.** [power point] Apresentação gife 2015. São Paulo GIFE. **GIFE 20 anos: encontro de ex-presidentes.** Produção

GIFE. **Histórico.** Disponível: <http://www.gife.org.br/ogife_historico.asp>. Acesso: 04 ago de 2015

GIFE. **Investimento Social Independente.** São Paulo: GIFE, 2014

GIFE, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jrY0BSuyMBc>>. Acesso: 17 setembro de 2015.

GIFE. **O Investimento Social Privado.** Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso: 1 out de 2014.

GIFE. Retratos do Investimento Social Familiar no Brasil. Coordenação: Andre Degenszajn, Iara Rolnik e Ana Carolina Velasco. Pesquisa e redação Deborah Goldemberg. São Paulo: GIFE, 2015d.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis, Vozes, 2000.

GOSSE. **O profissional de serviço social na empresa: um estudo exploratório.** In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 103, set. 2010.

GOLLIER, Christian. Avant-propos – **Pourquoi l'ISR a-t-il besoin de recherche universitaire?** Regards croisés. In: Revue d'Economie Financiere. Revue trimestrielle de l'association d'economie financière, n° 85, setembro 2006. Imprimerie du Lion. Châtenois-les-Forges – France.

GRAYSON, David; HODGES, Adrian. **Compromisso social e gestão empresarial.** Tradutores Carlos Mendes Rosa, César Taylor, Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.

GRI, Global Reporting Initiative. **About GRI**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso: 19 dez de 2015.

Grupo dos Vinte (G-20). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?G20>>. Acesso: 11 out de 2015.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: A dimensão técnico-operativa do serviço social: desafios contemporâneos. Juíz de For: Ed. UFJF, 2012.

Guide to Corporate Sustainability. United Nations Global Compact. New York, NY-USA. Published: December 2014. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/docs/publications/UN_Global_Compact_Guide_to_Corporate_Sustainability.pdf>. Acesso: 09 ago de 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HELFTER, Caroline. **Contrepoint. Assistantes sociales du travail : une place clé**. In: Informations sociales: Les médiations : pratiques et enjeux 2012/2 (n° 170), p. 61 - 61. Éditeur : Caisse nationale d'allocations familiales (CNAF) ISSN : 0046-9459. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2012-2-page-61.htm>>. Acesso: 7 nov de 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS. ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de interpretação histórico-antológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBASE. **Sobre o Ibase**. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/>>. Acesso em: 02 jul de 2015.

IBASE. **Betinho, símbolo de cidadania**. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/betinho/>>. Acesso em: 02 jul de 2015.

IBGC e GIFE. **Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais**. 2.ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e GIFE. São Paulo, SP: IBGV e GIFE, 2014.

IBGE. **Censo 2010**. Tabela 2.1 - População residente, total, urbana total e urbana na sede municipal, em números absolutos e relativos, com indicação da área total e densidade demográfica, segundo as Unidades da Federação e os municípios – 2010. Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=0>>. Acesso: 19 set 2015.

IBGE. **Países: França**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso: 7 dezembro de 2015.

IBGE. **Países: Brasil**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso: 7 dezembro de 2015

IBGE. **São Paulo**. Disponível em:

<www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo>. Acesso em: 18 jan. 2016.

IDIS. **Sobre o IDIS**. Disponível em: <<http://idis.org.br/sobre/>>. Acesso: 31 dez de 2015.

INSEE. **Population**. Disponível em: <<http://www.insee.fr/en/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

INMETRO. **ISO 26000**. Disponível em:

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso 19 dez de 2015.

IOSCHPE, Evelyn Bergy. **3º setor: desenvolvimento nacional sustentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IOSCHPE, Evelyn Bergy. **GIFE 20 anos: encontro de ex-presidentes**. Produção GIFE, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jrY0BSuyMBc>>. Acesso: 17 setembro de 2015.

ISO14000. **ISO14000 SERIES ENVIRONMENTAL MANAGEMENT SYSTEMS.**
Disponível em: <<http://www.iso14000-iso14001-environmental-management.com>>.
Acesso: 23 agos de 2015.

KAZUO, Nakano; KOHARA, Luiz. **São Paulo: repovoamento das áreas centrais.**
In: São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais/organização de Aldaíza Sposati e Dirce Koga. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013. p.69-120.

KYOTO, Protocolo de. **Conferências sobre Meio Ambiente.** Disponível em:
<<http://protocolo-de-kyoto.info/conferencias-sobre-meio-ambiente.html>>. Acesso: 09 ago de 2015.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas.** In: Serviço Social e Sociedade nº 117 janeiro/março de 2014.

LANDIM, Leilah. **A INVENÇÃO DAS ONGS: Do serviço invisível à profissão impossível.** Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LECLAIR, Alain. Avant-propos – **Pourquoi l'ISR a-t-il besoin de recherche universitaire?** Regards croisés. In: Renué d'Economie Financiere. Revue trimestrielle de l'association d'economie financière, nº 85, setembro 2006. Imprimerie du Lion. Châtenois-les-Forges – France.

LE MONDE. **Paris, au cœur de l'espoir climatique.** Disponível em:
<http://www.lemonde.fr/cop21/article/2015/11/28/paris-au-c-ur-de-l-espoir-climatique_4819769_4527432.html>. Acesso: 5 dez. 2015.

LEGIFRANCE. Le service public de la difusion du droit. **Décret n° 2012-557 du 24 avril 2012 relatif aux obligations de transparence des entreprises en matière sociale et environnementale.** JORF n°0099 du 26 avril 2012 page 7439 texte n° 18 . Disponível em:
<<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000025746900&categorieLien=id>>. Acesso: 19 dez de 2015.

Liste des organisations et institutions membres de la Plateforme nationale pour la RSE (arrêtée le 27 février 2015). Disponível em:
<<http://www.strategie.gouv.fr/travaux/plateforme-rse/presentation-de-plateforme/>>.
Acesso: 11 novembro de 2015.

LOI n° 2010-788 du 12 juillet 2010 portant engagement national pour l'environnement . Disponível em:
<<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022470434&categorieLien=id>>. Acesso: 11 nov de 2015.

LOUCHE, Céline; LYDENBERG, Steven. **Investissement socialement responsable: différences entre Europe et États-Unis.** In: Revue d'Economie Financiere. Revue trimestrielle de l'association d'économie financière, nº 85, setembro 2006. Imprimerie du Lion. Châtenois-les-Forges – France.

MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações:** responsabilidade social, instituições, governança e reputação. São Paulo: Thomson, 2006. 172 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. Ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARTINS, Jose de Souza. **A sociabilidade do homem simples : cotidiano e historia na modernidade anomala.** Sao Paulo : Contexto, 2010.

MARTINELLI, Antônio Carlos. **“Empresa Cidadã”:** uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHEPE, Evelyn B. (org). Terceiro Setor – desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa.** Temporalis. Revista Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss / Pesquisa e conhecimento em Serviço Social. Ano V, n. 9, jan. A jun. 2005, Recife: Universitária da UFPE, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos Escolhidos.** Tradução José Carlos Bruni. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, Karl. **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. O capital. **Crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política:** salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENEGASSO, Ester Maria. **Responsabilidade Social das empresas: um desafio para o Serviço Social.** Revista Katálysis n. 5/2001 Estado, sociedade civil e democracia. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5724>>. Acesso: 08 jul. 2012.

MENEZES, Franciane Cristina de. **Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”:** o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. In: SERVIÇO Social & Sociedade. São Paulo: Cortez 2010. N 103.

MEMORIAS DA DITADURA. **Formação do Regime Militar**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/formacao-regime-militar/>>. Acesso em: 24 dez 2015.

MILANI, Gisele Dayane; OLIVEIRA, Angélica da Silva; OLIVEIRA, Juliene Aglio de; SANTOS, Poliana Rodrigues. **Reflexões Acerca dos Desafios e Possibilidades de Atuação do Assistente Social Frente à Responsabilidade Social Empresarial** (artigo). Revista Intertemas Toledo, 2014a. Disponível em: <intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/.../3021>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MILANI, Gisele Dayane. **A outra face da responsabilidade social empresarial a luz das ciências sociais aplicadas: a atuação do assistente social** (artigo). Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente, 20 a 23 de outubro, 2014b. Colloquium Humanarum, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 622--629. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.nesp.000583.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso: 25 jul de 2015.

MONTAÑO, Carlos. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. Carlos Montañó (org.). São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elisabete. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.

MYNAIO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo I. Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília, Cfess, Abepss, Cead, UNB, 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social** In: CFESS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: Abepss: 2009.

NOVETHIC. Le média expert de l'économie responsable. **Reporting – France**. Disponível em: <<http://www.novethic.fr/isr-et-rse/comprendre-la-rse/reporting.html>>. Acesso: 19 dez de 2015.

NUNES, Isabella Rosado. **As pessoas, a empresa e a sociedade.** In: Investimento privado e desenvolvimento : balanço e desafios / org. Marte Porto; pesq. Andre Urani, Monica de Roure ; colab. Cindy Lessa. 1.ed Rio de Janeiro: Brasil : Senac Rio, 2005.

OAB/SP. **Aspectos Gerais do Terceiro Setor. Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.** Dezembro de 2011. São Paulo/SP.

ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Paris, 2015.** COP21/CMP11. Disponível em: < <http://nacoesunidas.org/cop21/>>. Acesso: 7 dezembro de 2015.

ONU-BR. **A ONU e o meio ambiente.** 2014. Disponível em: < <http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso: 13 ago de 2015.

PACTO GLOBAL. **Pacto Global Rede Brasileira: Histórico.** Publicado em 25 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/63/Historico>>. Acesso: 19 dez de 2015.

PAES, A. **A Responsabilidade Social Empresarial (RSE):** espaço de intervenção profissional do Serviço Social. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, São Paulo, 2003.

PALMISANO, Angelo; PEREIRA, Raquel da Silva. **Sociedade e meio ambiente: história, problemas, desafios e possibilidades.** In: Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época. Org: Aroldo José de Hoyos Guevara [et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior.** Chicago, Chicago University Press, 1967, *apud* HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.27-34.

Plataforme RSE: Responsabilité Sociétale des Entreprises. Disponível em: <<http://www.strategie.gouv.fr/travaux/plateforme-rse/presentation-de-plateforme//>>. Acesso: 11 novembro de 2015.

PORTAL BRASIL. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: < http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 25 jul de 2015.

RESSIF. **Réseau des Services Sociaux Interentreprises de France.** Disponível em: <<http://www.ressif.com/>>. Acesso: 7 novembro de 2015.

RIO + World Centre for Sustainable Development. **Paris and the futures of sustainable development.** Posted on December 21, 2015 by Rio+ Centre. Disponível em: <<http://riopluscentre.org/2015/12/21/paris-doesnt-tell-the-whole-story/>>. Acesso: 31 dez de 2015.

ROSE, Serra. **Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos**. Rose Serra (org.) Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

ROSSETTI, Fernando. **Da filantropia ao investimento social privado**. Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS), 2010. Disponível em: <http://gife.issuelab.org/resource/da_filantropia_ao_investimento_social_privado>. Acesso: 23 jan de 2015.

ROSINI, Alessandro Marco; SILVA, José ultemar da; RODRIGUES, Mônica Cairrão. **Empresários ausentes, cidadãos presentes: um ensaio sobre a ética ambiental no mundo corporativo**. In: Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época. Org: Aroldo José de Hoyos Guevara [et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: regulação no Brasil**. 4ªed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

SERRA, Rose; TAVARES, Maria Augusta da Silva. **Desemprego e Mercado de Trabalho no contexto das crises capitalistas contemporâneas e suas particularidades no Brasil**. In: Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos. Rose Serra (org.) Jundiaí, Paco Editorial: 2012a, p. 15-36.

SALIS, Viktor D. **Édipo: Messias ou Complexo? 4ª Edição**: São Paulo – Brasil, 2014. Disponível em: <https://books.google.fr/books?id=oJxKBQAAQBAJ&pg=PA36&lpg=PA36&dq=esfinge+devora&source=bl&ots=5v6Y5TVU8g&sig=G3Uy685LFPKihHK6Y5MOIloV4bg&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjSI9j_uPvJAhUHlxoKHXgVAAwQ6AEIUDAJ#v=onepage&q=esfinge%20devora&f=false>. Acesso: 27 dez 2015.

SAMPAIO, Leandro. **História de São Paulo**. Atualizado em 18.02.2014. Disponível em: <<http://www.cidadedesapaulo.com/sp/br/a-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso: 19 set 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado**. In PEREIRA, L.C. Bresser, WILHEIM, Jorge & SOLA, Lourdes. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/ENAP, 1999. p. 243-271

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. 2ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SCHOMMER, Paula Chies. **Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado**. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1984-92302000000300010&script=sci_arttext>. Organ. Soc. vol.7 no.19 Salvador Sept./Dec. 2000

SILVA, Orlando Roque. **Empresários ausentes, cidadãos presentes: um ensaio sobre a ética ambiental no mundo corporativo**. In: Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores

desafios da nossa época. Org: Aroldo José de Hoyos Guevara [et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVEIRA, Sandra da Silva. **Estado da arte do social: uma perscrutação às práticas de responsabilidade social empresarial.** In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 103, set. 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **São Paulo: dinâmica e governo intraurbano.** In: São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais/organização de Aldaíza Sposati e Dirce Koga. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013. p.13-42.

SPOSATI, Aldaíza; KOGA, Dirce. **São Paulo: entre sentidos territoriais e políticas sociais.** In: São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais/organização de Aldaíza Sposati e Dirce Koga. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013. p.167-210.

THOMPSON. Andrés A. **Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina.** In IOSCHPE, Evelyn Berg [et al]. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

URANI, André. **Investimento privado e desenvolvimento : balanço e desafios / org. Marte Porto ; pesq. Andre Urani, Monica de Roure ; colab. Cindy Lessa.** 1.ed Rio de Janeiro: Brasil : Senac Rio, 2005.

WANDERLEY, L. E. W. **A questão social no curso da globalização: O caso Latino-Americano e o Caribenho.** In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria (orgs). Desigualdade e a Questão social. 4 ed. Rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2013, p. 61-172.

WINGS. **About us.** Disponível em: <<http://www.wingsweb.org/?page=AboutWINGS>> Acesso: 17 nov de 2015.

WWF-BRASIL. **Da taoria à pratica.** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/participe/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/>. Acesso: 08 agos de 2015.

WCED, World Commission on Environment and Development. **Our Common Future.** Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso: 22 ago de 2015.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller: indivíduo e ontologia social – fundamentos para a consciência ética e política do ser social.** São Paulo: s.n, 2013. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, demandas no âmbito do terceiro setor e a questão do voluntariado.** In: Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos. Rose Serra (org.) Jundiaí, Paco Editorial: 2012a, p. 117-132.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: CFESS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: Abepss: 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: CFESS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: Abepss: 2009.

ANEXO 1

QUADRO 15: Les organismes de promotion de l'ISR

Forum pour l'investissement responsable (FIR)	"Le Forum pour l'Investissement Responsable a été créé en 2001 à l'initiative de gestionnaires de fonds, de spécialistes de l'analyse sociale et environnementale, de consultants, de syndicalistes, d'universitaires et de citoyens. Depuis, ils ont été rejoints par des investisseurs. Leur préoccupation commune : promouvoir l'Investissement Socialement Responsable (ISR), faire en sorte que davantage d'investissements intègrent les problématiques de cohésion sociale et de développement durable. Le FIR est partie prenante et membre fondateur du réseau européen des forums pour l'investissement responsable : Eurosif."
Association Française de Gestion	"L'Association Française de la Gestion Financière (AFG) réunit tous les acteurs du métier de la gestion d'actifs, qu'elle soit individualisée sous mandat ou collective. Ses membres sont des sociétés de gestion entrepreneuriales ou des filiales de banques ou de sociétés d'assurances. L'implication de l'AFG dans l'ISR se situe dans le cadre plus global de son action de promotion de l'épargne longue (épargne salariale et épargne retraite) et de la qualité des actifs (action résolue en matière de gouvernement d'entreprise...), leviers du bon financement de l'économie et d'une protection efficace des intérêts des épargnants."
Paris Europlace	"Paris EUROPLACE a été créée par les principales institutions représentatives de la Place financière de Paris pour promouvoir les acteurs financiers français. Elle entend positionner la place de Paris sur l'ISR. Une commission créée en son sein a publié en mai 2008 10 recommandations d'actions."
Novethic	"Filiale de la Caisse des Dépôts, Novethic est à la fois un média sur le développement durable et un centre de recherche sur l'Investissement Socialement Responsable (ISR) et la Responsabilité Sociale des Entreprises (RSE)."
Observatoire sur la Responsabilité Sociétale des Entreprises (ORSE)	"Association regroupant des grandes entreprises, des sociétés de gestion de portefeuille, des organismes professionnels et sociaux qui informe et réfléchit sur la responsabilité sociale et environnementale des entreprises, le développement durable et l'investissement socialement responsable (ISR) en France, en Europe et à l'international."
Chaire Finance durable et	"Créée en 2007, la chaire " Finance Durable et Investissement Responsable" est la première dans son

investissement responsable (FDIR)	genre au niveau mondial. Elle est co-dirigée Sébastien Pouget (Université Toulouse 1 Capitole, IDEI-TSE et IAE) et Patricia Crifo (département d'économie de l'Ecole Polytechnique), et s'appuie sur les compétences d'équipes de chercheurs hautement qualifiés et jouissant d'une réputation internationale."
Association pour le Développement de l'Enseignement et de la Recherche sur la Responsabilité Sociale de l'Entreprise (ADERSE)	"Association visant à promouvoir la thématique de la responsabilité sociale des entreprises (RSE) dans les institutions d'enseignement des sciences de gestion - Universités et Grandes écoles - en France, ainsi qu'à favoriser le développement de la recherche dans ce champ émergent."
Amis de la terre	"Association de protection de l'Homme et de l'environnement qui mène notamment campagne sur la responsabilité des acteurs financiers. Elle développe un point de vue critique sur l'ISR et a élaboré un guide « éco-citoyen » "Environnement : comment choisir mon épargne ?"

Fonte: Portal de economia e finanças do Ministère des Finances et des Comptes Publics da França (FRANCE, 2015, s.p).

ANEXO 2

Primeiro instrumental de coleta de dados.

Olá, bom dia.

Meu nome é Gisele Dayane Milani, mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, RA 00144668, orientanda da Prof. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley. Pesquiso em minha dissertação de mestrado a interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado. Estou realizando um levantamento junto aos associados do GIFE localizadas na cidade de São Paulo e que desenvolvem ações socialmente responsáveis e de investimento social privado.

Venho através deste contato solicitar algumas informações. Peço a gentileza de encaminhar estas perguntas ao setor/pessoa que possa respondê-las.

Gostaria de saber se a organização possui Assistente Social em seu quadro de colaboradores na cidade de São Paulo:

- () sim. Quantos:
 () não

Se sim, o(a) Assistente Social está inserido no desenvolvimentos das ações/projetos de investimento social privado ou em outra área?

- () no Investimento Social Privado
 () outra área. Especifique:.....

Se a empresa não possui Assistente Social no quadro de colaboradores da Responsabilidade Social/investimento social privado, quais são os profissionais que atuam nas ações e projetos socialmente responsáveis (ex: Advogado, Psicólogo, etc.?)

Especifique:.....

Agradeço a colaboração e estou à disposição para contato e/ou dúvidas. Aguardo a devolução do questionário via e-mail. Grata.

Gisele Dayane Milani - (18) 99628-0276 - (18) 3913-1487. *Assistente Social - CRESS 52788 e Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP*

ANEXO 3: Associados GIFE de São Paulo em maio de 2015.

Nome Fantasia	
1. Accenture	38. Instituto Alana
2. Aldeias Infantis SOS	39. Instituto Alcoa
3. Banco Bradesco	40. Instituto Arapyau
4. 4 Banco J.P.Morgan	41. Instituto Arcor Brasil
5. BASF	42. Instituto Arredondar
6. Carrefour	43. Instituto Avon
7. CCR	44. Instituto Ayrton Senna
8. Childhood Brasil	45. Instituto BM&FBovespa
9. Editora FTD	46. Instituto BRF
10. Fundação FEAC	47. Instituto C&A
11. Fundação Arymax	48. Instituto Camargo Corrêa
12. Fundação Bradesco	49. Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo
13. Fundação Bunge	50. Instituto Criança é Vida
14. Fundação Cargill	51. Instituto Cyrela
15. Fundação CSN	52. Instituto de Cidadania Empresarial
16. Fundação Educar DPaschoal	53. Instituto Ecofuturo
17. Fundação Iochpe	54. Instituto EDP
18. Fundação Itaú Social	55. Instituto Embraer
19. Fundação Jari	56. Instituto Este
20. Fundação José Luiz Egydio Setubal	57. Instituto Eurofarma
21. Fundação Lamb Watchers	58. Instituto Holcim
22. Fundação Lemann	59. Instituto Itaú Cultural
23. Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal	60. Instituto Jatobás
24. Fundação Nestlé Brasil	61. Instituto Julio Simões
25. Fundação Oftalmológica	62. Instituto Lina Galvani
26. Fundação Otacílio Coser	63. Instituto Natura
27. Fundação Stickel	64. Instituto Grupo Pão de Açúcar
28. Fundação Telefônica	65. Instituto Paulo Montenegro
29. Fundação Tide Setubal	66. Instituto Península
30. Fundação Victor Civita	67. Instituto Renault
31. Fundação Volkswagen	68. Instituto Samuel Klein
32. Santander	69. Instituto Unibanco
33. IMPAES	70. Instituto Votorantim
34. Inspirare	71. Instituto Wal-Mart
35. Instituto 3M	72. Intel
36. Instituto ABCD	73. Mattos Filho
37. Instituto Abramundo	74. Microsoft
	75. Monsanto
	76. NET

77. Pepsico
78. Pinheiro Neto Advogados
79. Roche
80. SAP Brasil

81. Serasa Experian
82. Tecnisa
83. United Way Brasil

ANEXO 4

Timbre da Instituição

São Paulo, XX de XXXXXX de 2015

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP – CEP-PUC/SP
A/c. Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho
Coordenador do CEP-PUC/SP

Autorização para realização da pesquisa

Eu, _____ diretor/coordenador/reitor/responsável da Informar o nome da “Instituição Co-participante”, venho por meio desta informar a V. Sa. que autorizo a pesquisadora Gisele Dayane Milani aluna do curso de Mestrado da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada “A Interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado”, sob orientação da Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como *instituição co-participante* do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

“Assinatura e carimbo do responsável institucional”

ANEXO 5

INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA Nº 1
Questionário para o(a) responsável pela organização

Identificação (iniciais do nome): _____

• **Quadro de colaboradores:**

1. Qual a formação profissional dos envolvidos nas ações e projetos de Investimento Social Privado?

Profissionais	Quantidade

2. Tem voluntários?

() Sim. Quantos: _____

() Não

• **Da participação do Assistente Social:**

3. A organização possui Assistente Social?

() Sim. Quantos? _____

() Não

4. Caso a organização não possua Assistente Social, já teve?

() Sim.

- Em que setor estava inserido? _____

- Qual ano de contratação: _____. E de desligamento: _____

() Não

5. Por que a organização não dispõe de Assistente Social?

• **Do Investimento Social Privado:**

6. Qual a concepção de Investimento Social da organização?

7. O que motivou criar o investimento social? De onde partiu a demanda?

8. Em que áreas a organização atua no âmbito do Investimento Social Privado?

9. Quem é o público destinatário? Há dados sobre o número de atendidos?

10. Cite os resultados alcançados que considera mais relevantes.

11. Em sua opinião, se as empresas, institutos e fundações deixassem de adotar políticas de responsabilidade social e de fazer investimento social, qual seria o ônus para a sociedade?

ANEXO 6**INSTRUMENTAL DA ENTREVISTA Nº 2**

Questionário para o(a) Assistente Social

Identificação (iniciais do nome): _____

1. Sexo: () feminino () masculino

2. Idade:

() 20 a 30

() 31 a 40

() 41 a 50

() 51 a 60

() mais de 61 anos

3. Ano de Formação: _____

4. Especialização: () Lato sensu (especialização)

() Strito sensu (mestrado)

() Doutorado

5. Carga Horária:

() 10 horas semanais

() 20 horas semanais

() 30 horas semanais

() 40 horas semanais

() outra. Qual _____

6. Mês e ano de inserção na organização: _____

7. Em que setor está inserido na estrutura organizacional e a denominação do cargo se for diferente de Assistente Social.

8. Há um perfil profissional exigido para trabalhar como assistente social no investimento social privado? Se sim, qual?

9. Quais são as principais demandas e atividades que você desempenha no exercício de seu cargo?

10. O Investimento Social Privado, a responsabilidade social empresarial e as organizações do Terceiro Setor possuem expressividade econômica, estão envolvidos nas principais demandas sociais enfrentadas pela sociedade e é um assunto cercado por desafios e contradições. Você tem encontrado dificuldades no desempenho de sua função atual? Especifique.

11. Com base em sua atuação na organização, o que você elenca como possibilidades de trabalho no investimento social privado enquanto espaço ocupacional do Serviço Social no mundo privado?

12. Neste momento em que a busca de uma sociedade sustentável se destaca no discurso dos empresários e da mídia, em sua opinião qual a contribuição do setor privado no desenvolvimento social?

13. Quais suas expectativas neste campo de trabalho para os próximos anos?

ANEXO 7**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA POS-GRADUADOS SERVIÇO SOCIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **A Interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado**, sob a responsabilidade da pesquisadora Gisele Dayane Milani a qual pretende conhecer e analisar o investimento social privado e sua interface com o Serviço Social em Empresas, Institutos e Fundações associadas ao GIFE situadas na cidade de São Paulo.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de preenchimento de questionário enviado via e-mail com perguntas referentes ao Investimento Social Privado realizado pela organização e seu quadro de funcionários.

A pesquisa será realizada através de questionários e não oferecem riscos à integridade física das pessoas, mas pode ao mínimo provocar um desconforto devido ao tempo exigido para seu preenchimento e no máximo um constrangimento pelo teor das perguntas. Não há outros riscos conhecidos.

Se você aceitar participar, estará contribuindo com um estudo pioneiro na área de Serviço Social e que trará benefícios para a sociedade, especificamente para profissionais da área, estudantes e pesquisadores. Nesse momento em que a busca de uma sociedade sustentável se destaca no discurso dos empresários e da mídia, entende-se ser necessário conhecer, problematizar e divulgar essa forma de investimento social em que as empresas e a sociedade civil são conclamadas a compartilhar responsabilidades com o Estado, e que é um campo de trabalho do(a) Assistente Social.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, as sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço Rua Olivio Matricardi, 109, Montalvão Presidente Prudente – SP, cep 19.110-037, pelo telefone (18) 3913-1487, e-mail giselemilani@hotmail.com, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa PUC/SP, na Rua Ministro de Godói, 969, Sala 63 C (Térreo do Prédio Novo) – Perdizes – São Paulo/SP telefone (11) 3670-8466.

Consentimento Pós – Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a

explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data:

___/___/___

Assinatura do Pesquisador Responsável



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado

Pesquisador: Gisele Dayane Milani

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 49389115.9.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.332.815

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Dissertação de Mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPG em SSO), vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Gisele Dayane Milani, sob a orientação da Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Conhecer e analisar o investimento social privado e sua interface com o Serviço Social em empresas, institutos e fundações associadas ao GIFE situadas na cidade de São Paulo.

Objetivos Específicos:

A dissertação visa identificar a conjuntura que propiciou o surgimento e desenvolvimento do Investimento Social Privado;

mapear os associados do GIFE que desenvolvem investimento social privado na cidade de São Paulo;

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 1.332.815

identificar a presença ou não do Serviço Social e em que setor estão inseridos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atendem satisfatoriamente ao que está disposto e é recomendado na Resolução CNS/MS n. 466/12 que trata das pesquisas que envolvem seres humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo-se concluir que a pesquisa possui uma linha metodológica definida, base da qual será possível auferir conclusões consistentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados a conteúdo, conforme orienta a Resolução CNS/MS nº 466/12, os Regimento e Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP e o Manual Ilustrado da Plataforma Brasil, disponíveis para consulta no site: www.pucsp.br/cometica

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 1.332.815

associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_577031.pdf	20/10/2015 17:03:18		Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	20/10/2015 16:43:20	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	digitalizar0080.pdf	20/10/2015 04:05:32	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	Fundacao_Bunge.pdf	20/10/2015 03:48:32	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	FTD_Educacao.pdf	20/10/2015 03:47:56	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	Autorizacao_Walmart_Instituto.pdf	20/10/2015 03:47:22	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	Autorizacao_Carrefour.pdf	20/10/2015 03:46:56	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	Instituto_ABCD.pdf	20/10/2015 03:45:41	Gisele Dayane Milani	Aceito
Outros	oficio_de_apresentacao.docx	20/10/2015 03:42:39	Gisele Dayane Milani	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.docx	29/09/2015 03:52:00	Gisele Dayane Milani	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	MEMORIALQUALIFICACAO.docx	24/08/2015 19:23:59	Gisele Dayane Milani	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br

Continuação do Parecer: 1.332.815

Não

SAO PAULO, 23 de Novembro de 2015

**Assinado por: Edgard de
Assis Carvalho
(Coordenador)**